

EM TORNO DA LAREIRA

Peterson Barroso Simão

ÍNDICE

PREFÁCIO	04
APRESENTAÇÃO	08
MARIA PIA E OSCAR PALÁCIOS: DA CULINÁRIA À PINTURA	09
“ORA POIS, POIS”	25
MEU AMIGO TOLENTINO	27
ABRAÇO DE MÃE	52
NÓS E OS VIZINHOS	54
ADELSON DO PRADO	56
ALBERY	66
<i>MODUS IN REBUS</i>	79
ÁGUAS QUE CORREM	81
O PODER E A HUMILDADE	83
<i>SEXTING</i>	85
“BOMBA” - NEM DE BRINCADEIRA	87
O CONSUMIDOR E AS OBRAS DE ARTE	89
ELAS E ELES	92
MEMÓRIAS	94
O SEGREDO DA BIBLIOTECA	96
SIMPLICIDADE RURAL	99
TATUAGEM COMO MEIO DE PROVA	101
OS IDOSOS	104
PNEU FURADO	105
CONVERSA DE BAR	108
INDIGNAÇÃO	111
JUSTIÇA RESTABELECIDADA	113

SAUDADE	115
A DIFÍCIL TAREFA DE DOSAR A PENA	118
REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS	120
A ESTRADA DA VIDA	122
JEQUITIBÁ E JUSTIÇA	124
JÚRI À LUZ DE VELAS	127
A PERDA DE UMA CHANCE	129
O MUNDO GIRANDO	131
AMBIÇÃO SEM LIMITES	133
EUROPA	136
QUESTÕES DE FAMÍLIA NAS REDES SOCIAIS	140
INCLUSÃO SOCIAL	142
O HOMEM DOMÉSTICO	147
VANTAGENS INDEVIDAS	149
O DESESPERO	151
A INQUIETUDE DA VERDADE	153
O HOMEM DO MUSEU	156

PREFÁCIO

Uma surpresa assolou de imediato meu coração, quando a quatro dias da Páscoa deste 2017, ao entardecer, recebi uma graça, com conotação de missão, para que prefaciasse este Livro de autoria do Desembargador Peterson Barroso Simão. Logo concluí que essa homenagem decorria mais da possibilidade de se registrar memórias de tempos recuados do que das aptidões literárias deste sortudo prefaciador, eis que a escolha recaiu no mais modesto dos seus amigos e admiradores.

A leveza que se tem dos textos me levou à imaginação de que, se tivesse o autor, que bom orador é, o desejo de falar aos seus destinatários o que registrou neste livro, começaria ele do mesmo modo que fez Gonzaguinha na melodia: *“quando eu soltar a minha voz, por favor entenda, que palavra por palavra eis aqui uma pessoa se entregando...”*

No decorrer de uma gostosa e entusiasmante leitura da presente obra, vem a lume a característica singular deste humanista, membro da Academia Fluminense de Letras, e que honrou outros dignificantes quadros, por mais de um mandato, quer como Presidente da Subseção de Itaboraá, da Ordem dos Advogados do Brasil, quer como Presidente da Regional de Niterói, da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ.

Nas letras jurídicas, encontramos no autor um profissional versátil e muito bem preparado, tendo mostrado valor na magistratura fluminense em várias áreas do direito pelas quais atuou, merecendo destaque no Direito Civil, de Família, Penal, Fazendário, Tributário e Processual, dentre outros, como se vê nos capítulos muito bem escritos.

Apreciador de artes plásticas e de boa literatura, desde cedo aprendi a perceber que esse especial e leal amigo, apaixonado pela vida, um entusiasta da verdade, semeia amor e saudades. Com seus enigmas e artimanhas, o destino sempre nos aproximou cada vez mais. Mas como o bom vinho tem como segredo a uva de boa qualidade, a preocupação e o cuidado meticuloso das videiras, os merecedores de aplausos desse especial filho foram seus inesquecíveis genitores, com os quais tive o prazer de conviver agradáveis momentos.

Fomos alunos, com lições de experiência e cátedra, de Pedro Simão e Alaôr Scisínio, nossos pais, que daqui já partiram, mas nunca nos deixaram. Eles nutriam uma amizade recíproca, foram parceiros na Advocacia, atuando conjuntamente em várias causas e realizando júris por todo o noroeste fluminense. De municípios vizinhos, o autor nasceu em Santo Antônio de Pádua e este prefaciador, em Itaocara, nossos berços territoriais se uniam pela majestade do Rio Paraíba do Sul.

Quis o destino que os amigos juristas Pedro e Alaôr, numa semelhante trajetória, longa e muito difícil, buscassem um grande centro para criarem e educarem

seus filhos e netos, envelhecerem e de lá tomassem rumo para o infinito. Niterói, ex-capital fluminense, a escolhida, lhes foi acolhedora, oferecendo aconchego e calor humano. Se notabilizaram pela cultura. O primeiro exerceu o cargo de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo de Procurador-Geral do Município de Niterói. Enquanto a família do autor fixou residência na Rua Mem de Sá, a deste prefaciador ficou na Rua Lemos Cunha, dessa vez a natureza novamente a unir os dois logradouros pelo gracioso Campo de São Bento.

A amizade que nos brinda é fruto da antecedente estima de nossos pais, tempos em que os ensinamentos e raízes familiares, por tradição, se fundiam estendendo aos descendentes os relacionamentos dos patriarcas. Das visitas do passado, enquanto os pais trocavam prosas, os filhos juntos brincavam e sorriam, sem saberem que teriam uma vida profissional e social também similares.

Seguindo as mesmas carreiras jurídicas de nossos pais, nos bacharelamos no mesmo ano, ingressamos na Defensoria Pública pelo mesmo concurso em 1982, e na magistratura tomamos posse também no idêntico ano de 1992, vindo juntos a atuar por muitos anos na Comarca de Niterói, até que o autor foi promovido ao honroso cargo de Desembargador.

E bela saga continuou, pois nossos filhos guardam afeto uns aos outros, e reciprocamente são nossos amigos também.

Nesses mágicos textos, o leitor encontrará o autor em momentos de bondade, de dureza, de doçura, de abatimento, de firmeza, de entusiasmo, de desalento, de alegria, de tristeza, de orgulho, de saudades, de generosidade, de perdão, de bem-estar com a vida, de seriedade, de inconformismo, de leveza, de alegria e de esperança.

Suas observações atentas, análises precisas, lembranças vivas, o incentivaram na vontade de dizer sua verdade, exatamente como viu e viveu intensamente com as virtudes da boa-fé, sinceridade e fidelidade aos amigos. Sempre movido pela paixão à gratidão e o acerto no ideal de justiça. Com clareza e inteligência, Peterson articula do jeito próprio e deixa sua alma falar mais alto o que sente.

É de sua natureza a capacidade de se conduzir num método literário que ao mesmo tempo vedes brilhar os seus olhos, altear-lhe o peito e a imaginação daquele então menino paduano.

O início de sua coleção de quadros, narrado no preâmbulo da obra, mostra a obstinação e seu desejo de compartilhamento com a sociedade daquilo que à duras penas, e devagar, conquistou passo a passo. Questiona o autor o que teria sido a causa de sua transformação, posto que ficou mais recatado, com menos convívio social, limitando-se a curtir seus quadros e o inseparável charuto. Se por algum momento disse que se isolou, mostra-se agora feliz, abrindo-se para todos.

Sobre sua atuação como Juiz do Tribunal do Júri de Niterói, 3ª Vara Criminal, traz lembrança em riqueza de detalhes dos casos rumorosos, em especial o julgamento

dos assassinos da Juíza Patrícia Accioli, magistrada do Tribunal de Justiça deste Estado. Isso mudou sua rotina de vida, reconheceu.

Vindo da Vara de Família, onde exerceu a judicatura por elástico tempo, já na Vara Criminal, percebendo que muitos conflitos iniciados no âmbito familiar desaguavam na esfera penal, o autor escreveu o texto sob o título “Da Vara de Família ao Júri”, discorrendo sobre casos emblemáticos.

Do carinho e amizade com o artista Adelson do Prado, reproduziu emocionantes lembranças de seus encontros. De João Tolentino, dentre outros trabalhos, em especial, guarda em seu gabinete um desenho de Cristo, ressaltando que a admiração por suas obras é imensa. Saudades do convívio com o artista Oscar Palácios e sua inseparável Maria Pia, que ficou à frente do Restaurante Verdejante, até que o Estado desapropriou o sítio, acabando com aquele aprazível recanto. Dos bons momentos com o restaurador Manuel Batista, com os *marchands* de confiança, deles também não se esqueceu.

Relembrou do cuidado com o mestre de obras de construção do galpão em Teresópolis, que se destinou ao sonhado museu dos quadros e o susto tomado pela ação de um raio em dia de forte tempestade que atingiu aquele profissional, mas que graças a Deus nada de mal lhe aconteceu.

O entusiasmo pelo ingresso na Academia Fluminense de Letras é latente, em cuja prestigiadíssima posse esse prefaciador encontrava-se presente, ouvindo-o proferir um belo discurso.

Refletiu ainda o autor sobre textos seus outrora publicados, dos mais diversos temas, o que demonstra tratar-se o autor de homem culto e antenado nas questões sociais e jurídicas mais modernas.

Escrevo este simples prefácio em Dia de Sexta-feira da Paixão, data religiosa cristã que relembra a crucificação de Jesus Cristo e sua morte no Calvário. Data abençoada, que nos remete a muita reflexão, nos insta aos pensamentos em bons propósitos, momento de interiorização, em especial nesses sombrios tempos. Que Ele continue a olhar por todos nós!

Na história da literatura são justamente as obras onde o sentimento humano é mais intenso e vívido que se tornaram imorredouras.

Os sentimentos externados num livro desse naipe, contendo dinâmica social e registros com calma objetiva, o faz num exemplar de grande impulsor dos acontecimentos sociais.

D. Jayme Balmes, ao falar sobre aptidões, escreveu que “*a águia e a andorinha se distinguem pela força e agilidade de suas asas; porém jamais a águia lançou o seu voo à maneira da andorinha, nem a andorinha à maneira das rainha dos ares*” (obra “O Critério”, publicada em 1877).

Este livro levará o leitor à lembrança do voo das águias e das andorinhas, numa alternância sutil e delicada das proposições, que o autor com talento permeou em sua obra, que ficará definitiva, como marco e testemunha desses bons tempos de Peterson Barroso Simão, de bondade, de amor e de saudade do seu passado, dos amigos e de seu genitor, que entre eles já não mais está, porém nunca estiveram tão presentes, em sua memória, no coração, nos sentimentos, inspiração e fé na construção de um mundo cada vez melhor.

ALEXANDRE EDUARDO SCISINIO
Desembargador do TJRJ

APRESENTAÇÃO

Quando o frio é intenso, torna-se necessário se proteger. No inverno em Teresópolis, que é um lugar bucólico, com a linda vista do Dedo de Deus, onde tenho uma casa, ficamos todos em torno da lareira da sala neste período.

Ao cair da tarde, nos reunimos entre os amigos presentes e conversamos enquanto tomamos chá, vinho ou então dedicamos algum tempo à leitura.

Destas conversas de final de semana, ouvi e falei muito. Foram ideias que naturalmente surgiram enquanto o fogo nos aquecia e nos unia. Nos dias de manhã colhia os gravetos e galhos que caíam das árvores e assim fazia o estoque da noite.

Do chá ao vinho, colocando lenha na fogueira, lembro-me de haver conversado muito em decorrência do meu trabalho e da minha vida sobre aquilo que vi e senti. Com o pensamento livre, permitia que brotasse do meu coração os temas. E os amigos ao redor, sentados, participando e ouvindo, fizeram com que, dos monólogos e diálogos, surgissem as pequenas histórias que foram encadernadas, quando resolvi passar a escrever o que de interessante foi dito na véspera.

Muitas se referem a fatos verdadeiros, poucas, ficções, o que é perfeitamente observado das leituras. Alguns são textos jurídicos e outros vividos no dia a dia como cidadão ou criança que guardou na memória as passagens que marcaram. Diversos momentos e pessoas que moldaram minha sensibilidade e me fizeram ver o mundo de outra forma, para melhor, nesta fugaz existência, conduziram-me na elaboração dos temas. A vida e obra de alguns artistas plásticos, julgamentos realizados e assuntos nascidos do ato de criação, compõem o acervo.

Tudo foi realizado com prazer, alegria e finalmente reunido nesta publicação.

Se, de alguma forma, algo constante deste livro for útil ou trazer momentos de felicidade ao leitor, então terei atingido o meu objetivo. Os textos produzidos são uma extensão da memória e da imaginação. Minha intenção é de ser o portador de alguma felicidade quanto aos registros que nele constam.

Cada leitor, de certa forma, passou a integrar comigo esta informal conversa em torno da lareira, o que muito me agrada e me sensibiliza.

MARIA PIA E OSCAR PALÁCIOS: DA CULINÁRIA À PINTURA

Sempre gostei de apreciar antiguidade. Igualmente, quadros de pintura, pois me dão alegria, fazendo-me pensar e conversar comigo mesmo de alguma forma. Coisas que me tocam, causando-me o que se chama de *frisson*.

Em razão disso, passei a frequentar leilões de arte no Rio de Janeiro, quer presencial, quer por via da internet, atento a só comprar o que gosto, sempre dentro dos meus limites financeiros.

Por volta de 2010, participava de um leilão em Copacabana e um quadro me chamou muito a atenção. Tratava-se de um óleo sobre tela de 50cm X 60cm, retratando uma cena surrealista: um ancião sentado em uma mesa fazia anotações enquanto, no meio das nuvens, surgia uma mulher seminua no pórtico em frente dele, ao lado de um pequeno lago e pássaros.

Parecia algo imaginado no céu ou em outro plano que não a Terra. As cores escolhidas, principalmente ocre e terracota, misturadas às demais, eram maravilhosas e me encantaram. Fixei o olhar neste quadro e fui gostando cada vez mais e mais. Na medida de minhas possibilidades, tentaria arrematá-lo naquela noite.

Chegou o momento e minha cartela terminava com o número 3, que eu penso que me dá sorte. E deu. Consegui arrematá-lo. Foi meu primeiro encontro com o pintor, cujo nome se encontrava no canto direito, em baixo: Oscar Palácios.

Coloquei a linda pintura na sala da minha casa em Itaipu, Niterói e acendi um charuto para comemorar aquela “conquista” que me deixou muito feliz. Enquanto fumava, fiquei olhando e viajando naquelas cenas surreais. E, assim, começou o meu contato, estudo e conhecimento sobre o pintor.

Passei então a me interessar pelo artista e, nas conversas com amigos apreciadores de arte, soube que ele já teria falecido e que, por coincidência, morava em um sítio no bairro de Itaipuaçu, em Maricá, bem perto da minha residência, na Região Oceânica de Niterói.

Descobri que a pessoa que conviveu com ele, dona Maria Pia, continuava morando no mesmo lugar. Então, procurei me aproximar dela, diante do meu interesse em conhecer a obra e vida deste pintor.

Finalmente, encontrei Maria Pia, uma senhora, à época com 70 anos de idade, com sotaque, educada e atenciosa, alta e elegante. Nasceu assim, uma grande amizade entre nós, além de adquirir maior conhecimento sobre a obra e vida do casal.

Palácios e Maria Pia, também artista plástica, pintando aquarelas e fazendo esculturas, formaram um respeitável casal, perdurando por 30 anos até o falecimento dele.

Dar alegria, tocando a alma e o pensamento de forma positiva, é o verdadeiro significado da pintura de Oscar Palácios, mediante formas e cores por ele criadas. E, se encontramos felicidade e emoção na tarefa do pintor, podemos dizer que merece ser vista e revista a obra deste mestre argentino que viveu grande parte de sua vida no Brasil.

Nascido em Córdoba no ano de 1926 e falecido em Niterói-RJ, no Hospital Antônio Pedro, em 2 de junho de 2009, Palácios percorreu um longo caminho morando não só na Argentina, como também no Chile e Uruguai. Finalmente, chegou ao Brasil, conhecendo São Paulo, mas fixando residência posterior na zona sul do Rio de Janeiro por volta de 1967. Depois, procurando um lugar mais tranquilo, morou em Itaboraí, Itaipuaçu (Maricá), acomodando-se em definitivo na Serra da Tiririca, um lugar bucólico da Região Oceânica de Niterói.

Oscar Horácio Palácios, conhecido em família por Ocato, começou a pintar na infância como se algo sagrado lhe mostrasse desde cedo sua única e verdadeira missão. Como artista de grande sensibilidade, sabia dominar todas as técnicas de pintura como se fosse um mágico ou um cientista das cores e formas. Era extraordinário desenhista, trabalhando como mestre através do óleo sobre tela, cartão e madeira. Tinha pleno domínio também com guache, aquarela, crayon, sanguínea, grafite e do lápis de cor. Em muitas vezes misturava todas as técnicas em um só trabalho.

A transparência e beleza de suas figuras, sobretudo o rosto humano, é algo impactante. Registre-se que o figurativo era realizado imaginativamente ou em modelos retratados. Tinha preferência em trabalhar dentro do ateliê. Como pintor livre, sem características acadêmicas, criava e recriava obras especiais dentro de uma realidade muito pessoal, sendo fácil identificar seu trabalho, sequer necessitando da assinatura.

Rico em temas diversos, notabilizou-se por seus nus, rostos femininos e, sobretudo, pelo toque de surrealismo.

É exatamente o surrealismo que o pintor produz interpretando e pintando. Esses quadros fazem pensar, viajar, sair do cotidiano, partindo para aquilo que costumeiramente não vemos no mundo real.

Mas não se pode esquecer da pintura instigante das paisagens, animais tais como cavalos, cães, gatos e leões, como também da natureza-morta que até parece viva pelas cores e traços do artista.

Oscar Palácios estudou pintura com o mestre argentino Dasso, na Academia de Belas Artes Figueroa Alcorta em Córdoba, Argentina. Chegou a trabalhar nas artes gráficas como ilustrador. Fez muitas exposições individuais e coletivas e possui obras espalhadas em diversas coleções privadas de países da América Latina, Europa, Japão, nos Estados Unidos e principalmente por todo o Brasil.

Neste sítio onde moravam, enquanto Oscar pintava intensamente, Maria Pia abriu o restaurante *Verdejante*, especializado em comida vegetariana e logo ficou conhecida como grande *chef* de cozinha.

Era um extraordinário programa passear pelas praias de Niterói e depois contornar a Mata Atlântica almoçando no *Verdejante*, conversando e vendo as obras do casal, até que veio a desapropriação pública.

Curioso dizer que tenho costume de frequentar restaurantes, principalmente nos finais de semana. Sabia da existência e da procura pelo *Verdejante* de Maria Pia, época em que Oscar Palácios era vivo e pintava. Entretanto, por completo desconhecimento, achava que não me agradaria a comida vegetariana. Foi um grande erro. Fiquei uma boa parte da minha vida sem conhecer o delicioso sabor da gastronomia vegetariana e deixei de conhecer o pintor, o que aconteceria naturalmente se lá tivesse ido.

Como já dito, anos depois do falecimento de Oscar Palácios acabei conhecendo Maria Pia e a excelente comida vegetariana que ela prepara, agora em outro lugar. O sítio do casal foi desapropriado pelo INEA e ela foi morar em Itaipuaçu, próximo de Itaipu. Na casa de Maria Pia ainda ficaram algumas obras artísticas.

Hoje sou grande admirador da comida vegetariana, principalmente da culinária de Maria Pia, e um sistemático pesquisador da obra deixada por Oscar Palácios.

Maria Pia Mosto nasceu em 1939 em Buenos Aires, Argentina. É escultora, aquarelista e ceramista. Fez exposição em diversos lugares entre o Rio de Janeiro e São Paulo. É citada no Dicionário Brasileiro de Artista Plástico, coordenado por Walmir Ayala, vol.3, páginas 204 e 173. Foi professora de trabalhos em cerâmica de 1974 a 1977, tendo montado uma pequena fábrica ceramista de 1978 a 1984, produzindo modelos de argila exclusivos de seu próprio desenho. Suas aquarelas são todas sobre a temática de flores.

O recanto saboroso do *Verdejante*, em Niterói, ganhou notoriedade. Um ótimo restaurante vegetariano, comandado por Maria Pia, enquanto Oscar Palácios pintava em sua companhia, na Serra da Tiririca, na Mata Atlântica, em Niterói, tornou-se uma casa visitada por todos que apreciam tal gastronomia. O ambiente bucólico do sítio, a simpatia dos anfitriões e a gostosa comida deram fama nacional e internacional ao pequeno restaurante, onde a música clássica se fazia sempre presente.

Alguns pratos ficaram mais conhecidos, tais como: rocambole de palmito, flã de agrião com cenoura, bife de glúten, terrine de lentilhas com cogumelos, torta de espinafre com ricota, arroz integral com surpresas, pães caseiros, *croissant*, tortilha de batata, batata doce com mostarda e mel, shiitake, tomate seco, grãos de trigo com curry e outras delícias.

Além disso, pratos quentes, como crepe de ricota e agrião, lasanha de espinafre, purê de batata com carne de soja e cogumelos, e uma pizza de massa folhada com muçarela, tomate e azeitona. As sobremesas ainda davam um apetite maior. Eis algumas dessas delícias: flã de maçã, torta de maracujá, torta de chocolate, brownie, doce de gengibre, doce de abóbora e sorvetes.

Um jornal certa vez chegou a noticiar: “*Restaurante Verdejante põe simplicidade na mesa com requinte, além de expor obras de arte*”. No salão principal, as mesas dividem o espaço com uma grande estante de livros que podem ser lidos pelos frequentadores, ao mesmo tempo que os trabalhos de pinturas ficavam expostos nas paredes.

Maria Pia sempre acreditou que “*O vegetarianismo é a dieta que salvará o planeta...*” Como se sabe, o termo vegetarianismo vem do latim “*vegetare*” que significa dar vida, animar. “*Homo Vegetus*” significa homem saudável e vigoroso. Os motivos mais importantes para ser vegetariano são: saúde, proteção aos animais e ecologia, além de ser um modo de respeitar a vida. Dizem que algumas personalidades como Pitágoras, Platão, Sócrates, Newton, Voltaire, Leonardo da Vinci e Einstein, dentre outros, eram vegetarianos, lembrando que existem registros de que o vegetarianismo começou 600 anos antes de Cristo.

Sobre o assunto, resume Maria Pia: “*O que faço aqui é uma cozinha personalizada, sincronizada com as tendências da culinária vegetariana que se pratica no resto do mundo. Uso e abuso de temperos e ervas porque acredito que comer é um prazer sensorial que alia aparência e sabor.*” E assim, o restaurante *Verdejante* tornou-se um sonho de lugar. Numa casa aconchegante com imenso quintal, incrustada na Mata Atlântica, na Serra da Tiririca. As pessoas que visitavam o lugar respiravam o ar livre da floresta.

O requinte da comida e o bom gosto do ambiente tinham a marca registrada do casal argentino. Eram dois artistas plásticos que recebiam com música clássica numa casa cercada de verde. Usavam produtos orgânicos e o preparo era feito à moda francesa. Lá não havia um mero arroz integral. O que chegava à mesa era o arroz selvagem com shiitake e champignons, terrine de erva-doce com molho de laranja, bolinhos de berinjela com castanhas-do-pará, torta de tomate com ricota, rocambole de cenoura, mil-folhas com creme de amêndoas, cheesecake de tofu, torta de morangos, framboesa e suspirinhos. Um sabor que fica para sempre.

O restaurante *Verdejante*, que foi um sucesso por treze anos, no período de 1987 a 2010 ficou apenas na memória, pois nada é permanente na Terra. Oscar Palácios faleceu e ocorreu a desapropriação do sítio de 74.000m². Um Órgão Público inesperadamente entendeu que a Serra da Tiririca deveria ser totalmente preservada, mas pagou uma indenização não condizente com o valor de mercado e as obras que foram restauradas.

Maria Pia se mudou para Itaipuaçu, onde reiniciou o serviço, mas acabou cerrando as portas do restaurante pela dificuldade de acesso, locomoção, funcionários, além do quê, algo inesperado ocorreu.

Ao demarcar o lote de terreno que comprou com a ajuda de corretor, começou a construção de sua casa. Logo depois de bater a laje do teto, surgiu o proprietário dizendo que aquele terreno lhe pertencia. Depois de novas demarcações, notou-se o equívoco, e

ela teve que reiniciar outra construção do mesmo porte no lote ao lado, que realmente lhe pertencia, perdendo o que já havia sido feito.

Enfim, este casal, no tempo que lhe foi permitido, foi muito feliz, vivendo um amor intenso com as características de uma paixão permanente. Maria Pia, com suas aquarelas e esculturas de argila esmaltadas, além de grande *chef*, trazendo à tona sua alma sensível de artista, uniu o imenso amor com os interesses comuns de Oscar Palácios, um lendário nome da pintura. Por muitas décadas produziram o que de melhor havia e por isso serão sempre lembrados.

Quando posso, faço uma visita à Maria Pia em Itaipuaçu, pois moramos próximos. Ela, em idade provectora, naturalmente, sempre tem algo de bom a dizer.

Pia e Palácios formaram um casal de argentinos que vieram frutificar no Estado do Rio de Janeiro. As pinturas encantadoras de Palácios foram feitas aqui no Brasil. E Pia, esta guerreira de cada dia, que nasceu em berço de ouro, mas sempre lutou para atingir seus sonhos e ideais, continua firme, prosseguindo adiante, com certa dificuldade, tratando de sua saúde, morando só, na certeza de que não pode parar.



Cerâmica de Maria Pia em Itaboraí



Jarro de barro vitrificado



Aquarela de Maria Pia



Aquarela de Maria Pia



Maria Pia e Oscar Palácios no restaurante Verdejante



Óleo sobre tela de Oscar Palacios



Óleo sobre tela de Oscar Palácios



Óleo sobre tela de Oscar Palácios



Nu de Oscar Palácios



Maternidade de Oscar Palácios



Maria Pia e Peterson



Maria Pia e Oscar Palácios na exposição de quadros



Pastel de Oscar Palacios

“ORA POIS, POIS”

Ao procurar nos anúncios apartamento para alugar, Laura acabou encontrando o que melhor lhe atenderia. Entrou em contato telefônico e prontamente foi atendida, marcando encontro no estabelecimento do proprietário, que soube chamar-se Antônio, português, dono de um restaurante na zona sul da cidade.

Os contratantes sentaram-se à mesa lá nos fundos e negociaram o aluguel, assinando o contrato. Nesta longa conversa, a inquilina informou que foi transferida do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, trabalhando como aeromoça.

Fácil notar que se tratava de uma bela mulher. O proprietário, Antônio, português, interessou-se pela inquilina além da conta e a convidou para almoçar com ele quando houvesse o primeiro pagamento de aluguel.

Ela exigiu que o imóvel estivesse em perfeitas condições e se houvesse chateação com os vizinhos o chamaria. Ele, por sua vez, exigiu, como sempre, o pagamento em dia, rigorosamente.

Após um mês, surgiu no restaurante a linda mulher que Antônio convidara para almoçar. Mandou servir um prato especial de vieiras e abriu um vinho *Barca Velha*, pois ficou felicíssimo pela companhia. Almoçaram e conversaram muito.

Ao final, mais íntimos, acertaram em repetir esse momento uma vez por mês, como aconteceu ao longo de vários meses.

Numa tarde de sábado, Laura telefonou a Antônio, reclamando do papagaio da vizinha ao lado. Ele foi socorrê-la imediatamente. Tomou suas dores e conversou rispidamente com a vizinha. Disse-lhe que o papagaio não poderia mais ficar importunando a doce inquilina. Durante a discussão, Antônio exclamava reiteradamente a expressão “ora pois, pois”.

O caso acabou sendo levado à reunião de condomínio que decidiu pela manutenção do pássaro, pois não causava perigo.

Antônio passou a frequentar a casa de sua inquilina e sempre repetindo tal expressão em voz alta, até que o papagaio instintivamente, passou a imitá-lo.

E aí, a confusão foi renovada e com maior intensidade. Por isso, para proteger Laura de qualquer agressão verbal, Antônio começou a dormir no sofá da sala.

Ato contínuo, passaram a um relacionamento amoroso e sexual bastante forte e comprometedor. Estavam apaixonados pela intensidade dos encontros.

O papagaio continuava a provocar naturalmente – ora pois, pois. Era a senha para sinalizar a presença do português no edifício, razão pela qual o romance se tornou público. O pássaro sentia a presença de Antônio e tagarelava aquela expressão lusitana.

Seis meses depois, Laura recebeu uma convocação para fazer uma viagem internacional a trabalho pela companhia aérea. E assim o fez. Antônio aproveitou a ocasião e tirou uns dias de férias do restaurante.

No retorno ao Rio de Janeiro, Laura, uniformizada como aeromoça, passou pelo *free-shop* de Lisboa para ver o que poderia comprar. Olhava as prateleiras quando, de repente, surpreendeu-se.

À sua frente encontrou Antônio de mãos dadas com uma mulher e com dois filhos. Assustou-se e ficou bastante nervosa. Não se conteve e dirigindo-se ao namorado disse:

- Seu safado, você é casado e tem dois filhos!?

Na confusão generalizada, chegou o comandante da aeronave pronto para decolar, bateu nas costas de Laura e lhe chamou:

- Vamos meu amor, está na hora. Saindo abraçado com ela.

A consequência foi que o papagaio se calou na referência à expressão “ora pois, pois”.

MEU AMIGO TOLENTINO

Quando uma obra de arte é analisada e surge a voz de alguém, uma emoção, sentimento e sonhos, então, seu autor terá atingido a finalidade pretendida – levar sua mensagem artística até nós.

Dar alegria, tocar a alma e o pensamento de forma positiva é o verdadeiro significado da pintura de João Tolentino, mediante formas e cores por ele criadas.

E, se encontramos felicidade e emoção na hábil sabedoria do pintor, poderemos dizer que vale a pena ver e rever a obra deste mestre nascido em Niterói, morando no Centro da cidade.

Artista plástico há mais de 50 anos e só tendo esta única profissão, possui grande sensibilidade, sabe dominar todas as técnicas de pintura como se fosse um mágico ou um cientista das cores e formas.

É um desenhista extraordinário, que trabalha como mestre através do óleo sobre tela, cartão ou madeira. Tem pleno domínio com guache, creiom, sanguínea, aquarela, grafite e também no lápis de cor. Em muitas das vezes, em um só trabalho, mistura todas as técnicas.

A beleza e transparência e beleza de suas figuras, principalmente do rosto humano, é algo impactante. Ressalte-se que o figurativo é realizado imaginativamente ou em modelos retratados ao vivo. Prefere trabalhar dentro do ateliê. Como pintor livre sem características acadêmicas, cria e recria obras especiais dentro de uma realidade muito pessoal, sendo fácil identificar seu trabalho, que sequer necessita da assinatura.

Certa vez, tive a oportunidade de vê-lo acertar com uma única pincelada o rosto de uma figura de mulher, mudando completamente o modelo.

A busca pela perfeição também é uma característica sua. Faz e refaz centenas de vezes até ficar da forma pretendida.

Rico em temas diversos, seus nus e rostos femininos o notabilizaram. Mas, não se pode esquecer da pintura instigante das paisagens, crianças, marinhas e naturezas mortas.

Estávamos em um bar-café em final de um dia de sábado e lhe pedi para pintar um Cristo. Pegou uma folha de papel e rascunhou rapidamente um desenho mostrando o verdadeiro significado da força deste trabalho que hoje guarnece o meu gabinete.

Fez muitas exposições individuais e coletivas. Possui obras espalhadas em diversas coleções privadas de países da América Latina, Europa, Japão, Estados Unidos, e principalmente por todo o Brasil.

Atualmente, tem sido muito difícil conseguir um espaço público para exposições, dificultando a divulgação do seu trabalho. Merecedor de uma atenção maior, devia ser prestigiado como um mestre da arte em Niterói, como professor de pintura.

Na prática, para quem não tem prestígio no mundo da arte, como eu e o próprio Tolentino, torna-se uma peregrinação repleta de exigências e de espera para concretizar uma exposição hoje em dia em Niterói, enquanto que obras de artistas de outros estados e países são reivindicadas (o que também é bom). Mas, valorizar a “prata da casa” seria primordial e justo a quem dedicou e ainda dedica toda sua vida à arte.

Resguardando a devida proporção, a Tolentino, de certa forma, se aplica o que John Ruskin, crítico de arte inglês, disse sobre Velazquez: *“Pintando o amor, o ar, a cor, a luz das coisas que não se gastam, pintou as horas que vão à eternidade.”*

Conheci Tolentino nos últimos 20 anos de sua carreira. Morava próximo a Itaipu, em Niterói. Firmamos uma amizade sólida de tantas vezes que ia em sua casa comprar quadros.

Ficou viúvo e, a partir deste fato, tudo em sua vida ficou mais difícil. Mudou-se para Parati e tentou se estabelecer por lá. Visitei-o duas vezes e adquiri duas telas.

Posteriormente, retornou e foi morar em São Gonçalo, com um de seus filhos.

Precariamente morando e pintando, quis ajudá-lo. Ele me disse que sua família havia lhe deixado uma pequena casa em uma vila em Niterói, no centro. Pesquisei o assunto. A casa estava ocupada. Solicitamos a devolução e para felicidade dele a casa foi desocupada e ele logo retornou ao lugar onde nascera.

Com mais de oitenta anos, vivia com bastante dificuldade, inclusive com problemas de saúde. Certa vez, teve uma hérnia supurada e as dores eram intensas. O sistema de saúde em Niterói era muito ruim. Só um exame de sangue que lhe pediram demoraria 6 meses para pegá-lo.

Diante da triste realidade encontrei um amigo comum que era médico cirurgião exatamente nesta especialidade. Atendeu-me e, assim, Tolentino pôde se recuperar.

Escolheu viver em total solidão e distante de todos, muito orgulhoso e de poucas palavras. Na solidão surge a primeira impressão e o toque de inspiração, como dizia ele.

Minha admiração por suas obras é imensa. Não conheço ninguém que faça um nu melhor do que ele, na conjugação de cores e no ânimo que deixa a quem vê.

Formado na Sociedade de Arte, Tolentino sabia pintar de tudo e muito bem, mas, preferencialmente, nus que parecem fazer parte de sua alma irrequieta.

Todos os seus quadros me agradam e me chamam a atenção imediatamente.

Uma vez, pedi-lhe para fazer uma criança. Ele fez uma menina em um campo verde colhendo flores. Seria para presentear alguém. Mas, ao vê-la, comprei e levei o quadro para casa e substitui o presente.

Na tarde do dia 25 de abril de 2019 caminhava pelas ruas do centro de Niterói, como costumeiramente fazia e, ao atravessar a movimentada avenida em frente às Barcas, foi atropelado por um ônibus municipal, tendo tido morte imediata. Seu corpo foi transferido para o IML a fim de ser periciado e, após dois dias de demora, foi finalmente liberado.

Escolhido o Cemitério do Maruí para o sepultamento, onde já se encontrava sua falecida esposa, ocorreu uma surpresa bastante desagradável. Não havia vagas nas capelas dentro do prazo para velar o corpo que teve que aguardar no necrotério até domingo de manhã, dia 28, quando se realizou a cerimônia final, contando com pouquíssimos amigos e o querido filho na derradeira despedida.

Nascido e criado em Niterói, tendo vivido grande parte do tempo na Rua Marquês de Caxias, no centro, primeira e última moradia, passou alguns anos morando também em Maricá, Itaipuaçu (divisa com a Região Oceânica de Niterói), Parati e um curto período na Bahia.

Era hábil jogador de sinuca nas horas vagas, fumante e teimoso. Gostava de contar suas experiências filosóficas, algumas escritas nas paredes de sua modesta casa que também servia de ateliê. Sempre muito humilde, mas orgulhoso, manteve sua ética e respeito perante todos.

Nos últimos anos, tornou-se ainda mais exigente e perfeccionista. Muitas vezes inutilizava a tela já pintada dizendo que não estava de acordo com aquilo que ele se propôs. E aí, começava tudo outra vez até se tornar algo encantador que tocava a alma.

O colorido de suas telas causa um frisson em qualquer observador, mesmo em alguém desinteressado por arte.

Foi pintor por toda a vida e só pintor. Dizia que era a única coisa que sabia fazer bem.

Artista inquieto e incansável, sempre via o formato de figura em tudo, e dali seguia a inspiração, com um profundo amor ao que fazia - pintar.

Se sua missão na Terra era exercer e realizar a pintura e os desenhos, há a certeza de que aquele octogenário a cumpriu com muito amor e prosperidade, nunca se deixando abater pelas vicissitudes da vida e pela desvalorização das artes plásticas no País.

Sua mão direita era firme ao segurar o pincel e precisa ao concretizar o belo nas diversas cores.

A grandeza de seu trabalho profissional não teve o merecido reconhecimento em vida, mas, certamente, as gerações futuras darão o seu verdadeiro valor, pois com simplicidade fez suas obras que seguirão com a eternidade.

João Tolentino Filho, ou Tolentino ou “Tolen” para alguns, fez a passagem para outro plano desconhecido. Ao atravessar a rua em frente às barcas de Niterói, no centro, lugar que muito conhecia, foi atropelado por um ônibus, tendo falecido no ato da colisão. Mas suas obras permanecerão entre nós a serem contempladas.

Algumas semanas depois fui procurado pelo filho de Tolentino, Vinicius, e marquei um encontro em Itaipu. Tomamos um café, relembramos os bons momentos com Tolentino e de sua obra. Quando saímos do bar, fui chamado para ir até o carro dele Vinicius. Coube a este filho abrir o maleiro de seu automóvel e me fazer a doação de uma natureza morta acabada e assinada, que era como um talismã de inspiração, e mais três quadros inacabados, sem assinatura, que foram os últimos trabalhos de Tolentino. Presenteou-me, ainda, com os livros de arte do pai, cujos pintores exerceram nele certa influência. Além disso, ganhei os pincéis enrolados em um saco. Fiquei comovido e lhe perguntei a razão. Ele me respondeu que seu pai gostava muito de mim e que, se algum dia pudesse fazer uma exposição, teria mais elementos. Fiquei muito feliz e dei-lhe um forte abraço. Curiosamente os quadros inacabados permanecem fortes, muito fortes na minha lembrança, pelo importante significado que possuem.



Tolentino em sua casa/ateliê



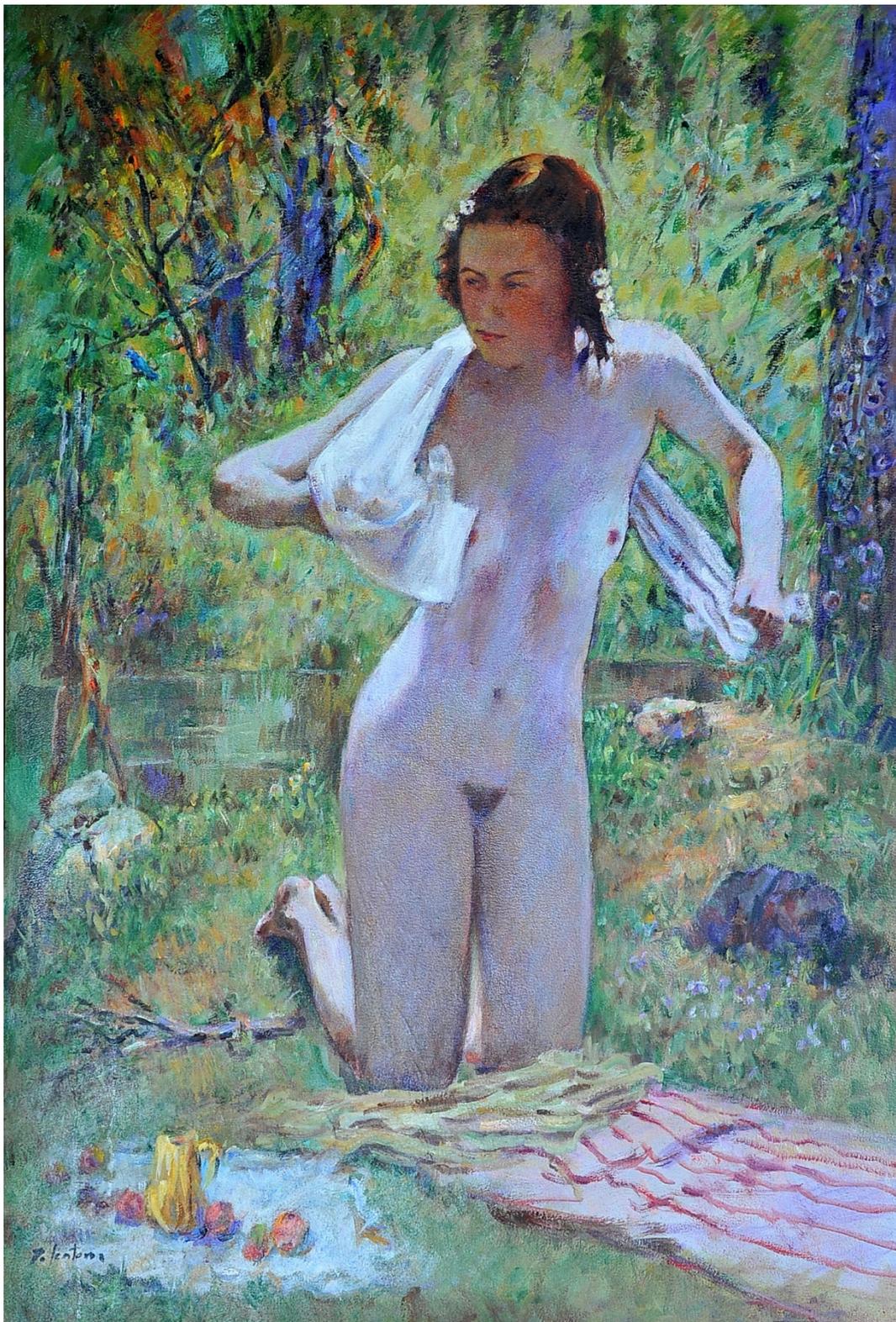
Tolentino e Peterson no Centro Cultural Banco do Brasil



Tolentino com quadros no cavalete



Tolentino e Peterson com obra no cavalete



Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Toledano



Óleo sobre tela de Toentino



Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Tolentino



Tolentino em exposição



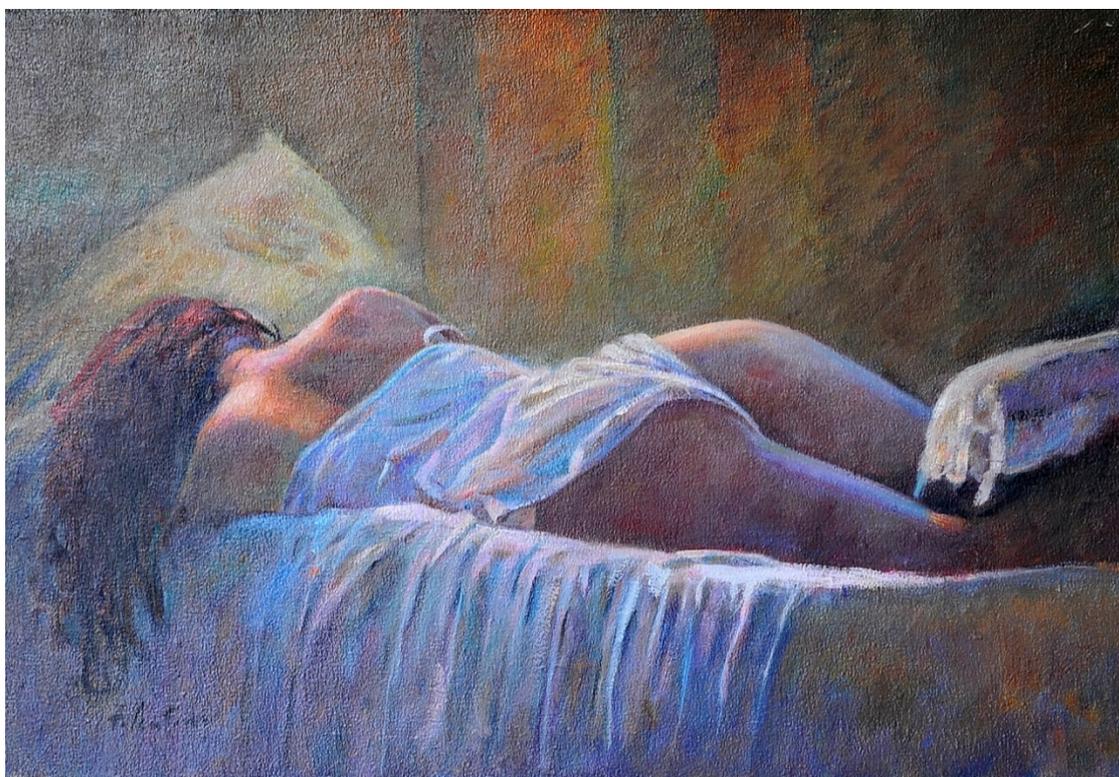
Óleo sobre tela de Tolentino



O artista e sua obra



Óleo sobre tela de Toletino



Óleo sobre tela de Toletino



Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Tolentino



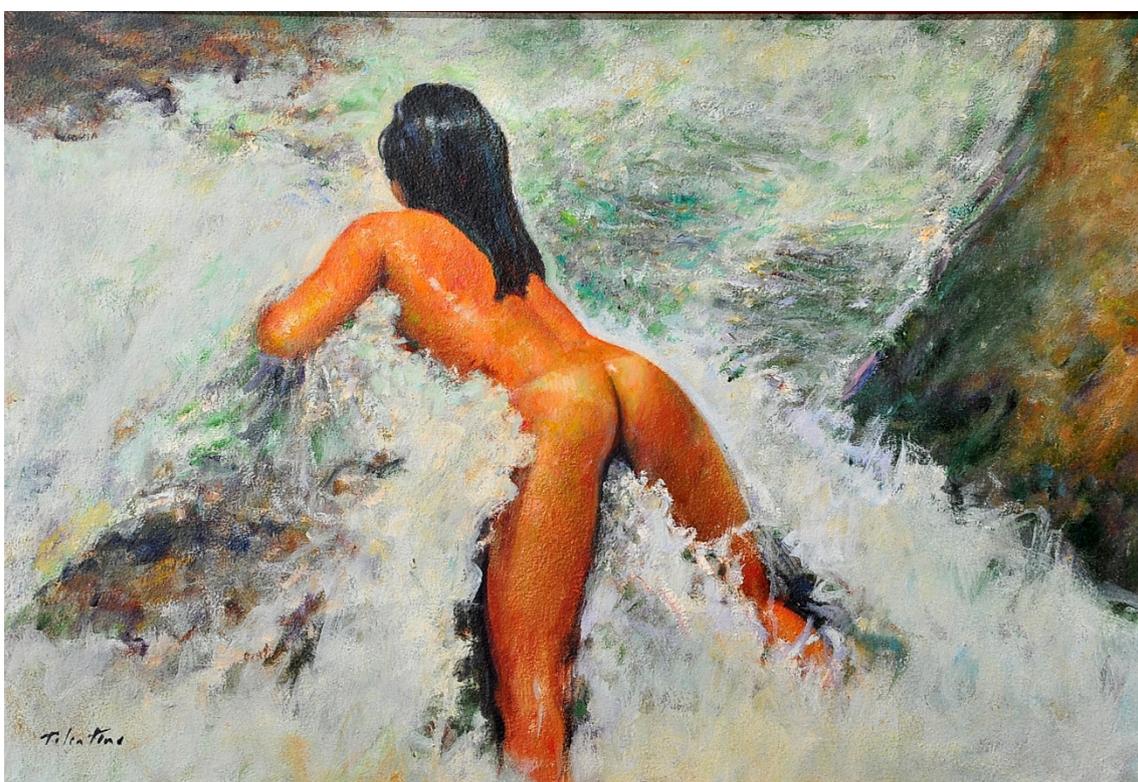
Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Tolentino



Toletino e sua obra



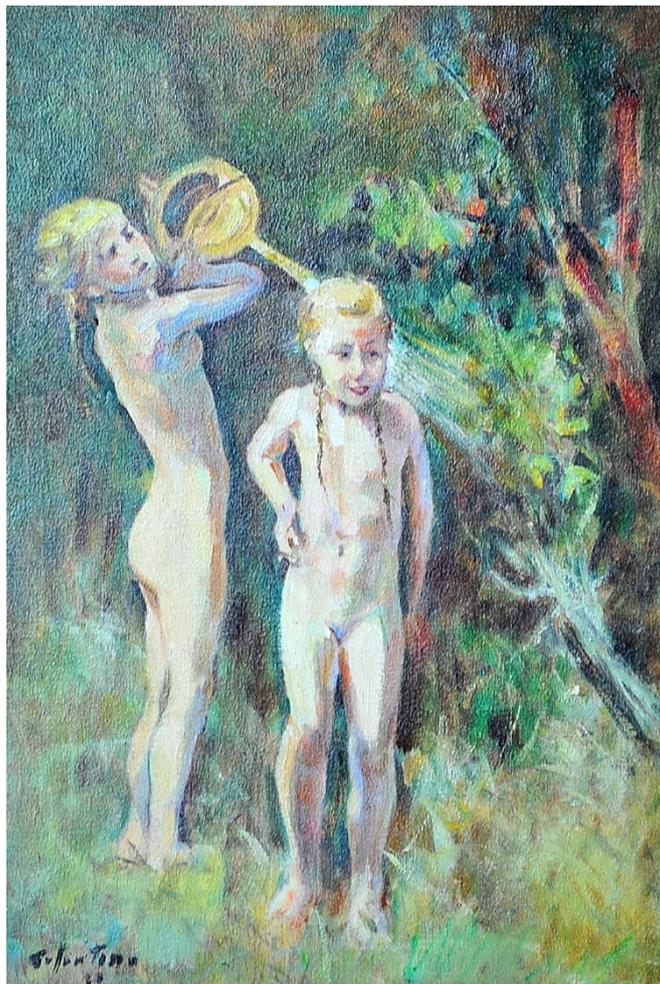
Óleo sobre tela de Toletino



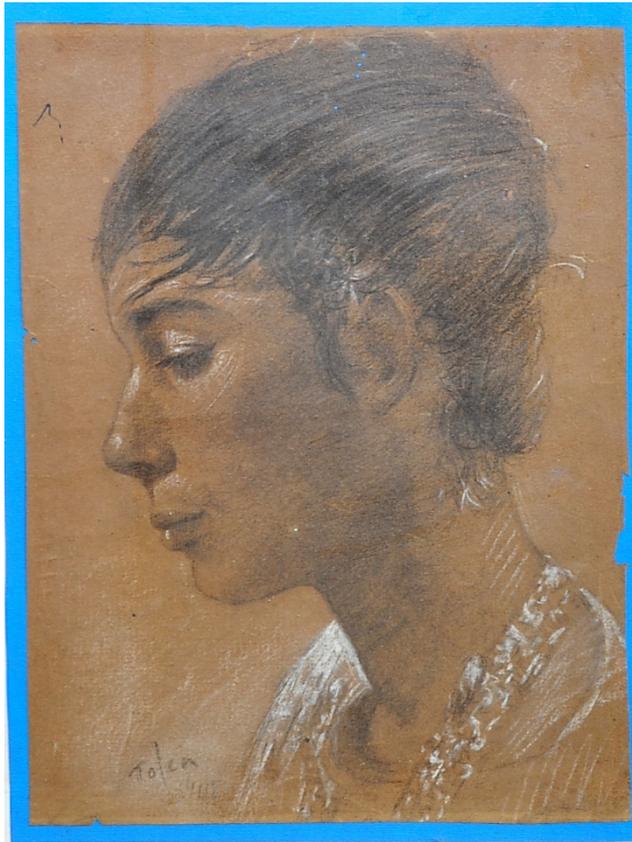
Óleo sobre tela de Tolentino



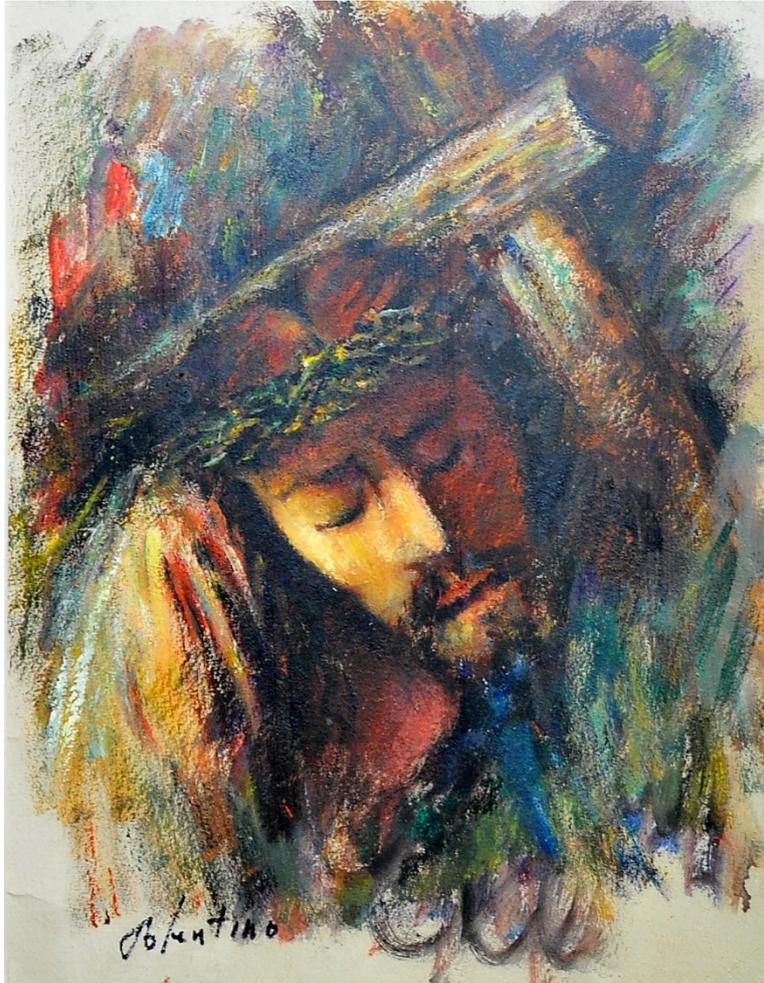
Itaipu - Óleo sobre tela de Tolentino



Óleo sobre tela de Tolentino



Pastel de Tolentino



Pastel de Tolentino

ABRAÇO DE MÃE

Entre os sintomas imponderáveis da vida, entre os pequenos e grandes fatos que por qualquer modo nos impressionam, sempre alguns se cristalizam em nosso espírito, encontrando agasalho em nosso coração.

Cresci e vivi em um lar onde meu pai, advogado, escrevia a sustentação das defesas de seus clientes, e minha mãe, tabeliã, lavrava as declarações de vontade das pessoas no cartório em Santo Antônio de Pádua, interior do Estado do Rio de Janeiro.

Isto foi um incentivo para as leituras dos livros e assim, aos poucos, encontrar minha vocação nas letras jurídicas e meu modesto estudo sobre literatura.

Guardo na memória lembranças daquela época da infância em que cada aluno tinha que declamar na escola um verso de Olavo Bilac, Casemiro de Abreu, Castro Alves e Gonçalves Dias.

E vendo e vivendo naquele cenário simples e interiorano, foi surgindo alguém preocupado em amar, fazer o bem, servir e trabalhar pela humanidade.

Na idade de oito ou nove anos, estudava no Grupo Escolar Barão de Teffé e lembro-me de que logo na entrada havia uma frase de Olavo Bilac escrita em enormes letras: “Ame com fé e orgulho a terra onde nasceste.”

E, nesse clima poético, minha professora à época, dona Ritinha, como era chamada por todos, criou uma sessão literária ao final do semestre, onde ocorreu um grande evento com a presença de professores, outros alunos, pais, mães e o público em geral. O evento foi realizado no enorme saguão do antigo colégio público.

Durante a sessão literária, cada aluno declamaria no palco, ao lado da dona Ritinha, uma estrofe da poesia de Casimiro de Abreu “Meus Oito Anos”.

Para mim coube aquela famosa parte da poesia que transcrevo:

“Oh! Que saudades que tenho

Da aurora da minha vida,

Da minha infância querida

Que os anos não trazem mais!”

Ficamos, nós alunos, enfileirados para subirmos ao palco quando chamados ao microfone.

Chegou a minha vez. “Venha o aluno Peterson Barroso Simão”.

Subi, vi de cima para baixo aquele público enorme. Minha mãe estava no canto da primeira fila. Fiquei assustado. Demorei alguns segundos para iniciar. O que era tão fácil se tornou uma grande dificuldade.

A professora estava ao meu lado. Comecei a declamar e consegui proferir as duas primeiras frases. Repentinamente, o nervoso apagou minha memória. Olhei para o lado e, com pureza, como se pedisse socorro, disse à professora:

- Ih! Dona Ritinha, esqueci.

Ela educadamente me levou até a saída e disse que eu retornaria.

Fui direto para os braços de minha mãe. E ela, abraçada em mim, ficou lendo e relendo o meu verso baixinho.

Enquanto isso, meus colegas subiam ao palco e declamavam a parte que lhes cabia. Ainda bem que a poesia era grande.

Enfim, ninguém mais havia a se apresentar e o público me aguardava. Não queria retornar. Minha mãe insistiu.

Naquele momento tomei uma das decisões mais difíceis da minha vida. Se não retornasse, ficaria eternamente frustrado por não romper o obstáculo. Criei coragem, fui correndo ao palco. Declamei às pressas o meu verso, saí correndo e fui o mais aplaudido.

Aprendi muito com aquele problema, principalmente a cautela e boa preparação que se deve ter ao falar em público.

Tive a certeza de que amor de mãe nos dá tudo: paz, equilíbrio e felicidade.

No dia 1º de dezembro de 2019 dona Miryam completou 90 anos de idade e realizou-se uma comemoração de muita felicidade em torno dos parentes e amigos.

NÓS E OS VIZINHOS

Todos nós desejamos ser felizes em nossas casas. Para que isso ocorra é preciso olhar para o lado direito, o esquerdo e nos fundos da residência com paciência, respeito e, se possível, com amizade.

São comuns os barulhos de festas e de animais. Árvores e trepadeiras malcuidadas (ou descuidadas) também provocam, muitas vezes, dissensões. Quando isso ocorre e, infelizmente, não conseguimos resolver com civilidade, podemos recorrer à Justiça.

Por isso, no Código Civil encontramos normas que norteiam essas relações de vizinhança, a fim de garantir o bom convívio entre os moradores. E não são raros os casos nos quais o Juízo Cível tem atuado.

Sobre o tema “Direito de Vizinhança” é sempre importante reler os ensinamentos do professor San Tiago Dantas, dentre outros.

Uma amiga, que mora no interior do Estado do Rio de Janeiro, vivenciou uma situação que poderia ter-se transformado em um “caso de polícia”, como se diz normalmente. A contenda se deu por causa de uma flor. Isso mesmo, uma flor gerou a situação de conflito entre ela e sua vizinha. Este é o fato:

Dois anos atrás, quando chegava de sua cidade pela Rodoviária Novo Rio, desceu próximo a um terreno baldio onde foi demolido um prédio no chamado Porto Maravilha.

Só havia escombros onde antes, talvez, tivessem existido algumas casas. Grandes pedaços de concreto e tijolos, alguns na calçada por onde ela passava, criavam um grande cenário de desolação. E, no meio daquela confusa destruição, sob o sol do meio-dia de verão, observou que havia uma orquídea agarrada em um dos blocos de concreto. A planta estava pronta para morrer junto com aquela antiga construção demolida.

Ao vê-la, minha amiga não hesitou e a retirou dos escombros derramados naquela calçada. Quando chegou a casa, colocou-a no galho de uma mangueira que crescia próximo ao muro.

A necessidade profissional a fez afastar-se de sua casa por um ano inteiro. Ao retornar, viu que a mangueira havia crescido muito, e o galho onde estava presa a orquídea rompera seus limites e ultrapassara o muro divisório. A orquídea nele agarrada permanecia linda, mas do outro lado, na casa de sua vizinha.

Sendo assim, pegou a escada para retirá-la, quando foi surpreendida pela vizinha, já idosa, que se disse muito feliz com o “presente da Natureza” e não se mostrou disposta a perder a “sua” orquídea.

Disse-lhe, ainda, que durante esse ano o cuidado que teve com a planta lhe dera muita alegria. E, todos os dias, a vizinha cuidava da orquídea em seu quintal.

Nesse caso, à minha amiga só restava apreciar a orquídea de seu lado do muro.

O Código Civil é claro quando dispõe que em toda disputa envolvendo frutos e flores esses devem pertencer ao outro em que pende a árvore.

Até onde sei, essa situação não gerou conflito entre as partes, mas uma respeitosa amizade entre as vizinhas, que cresceu em torno de um objetivo comum que era a manutenção daquela linda planta. Perdeu-se uma flor. Ganhou-se uma amizade.

Posteriormente, o tempo permitiu retirar uma muda para plantio no quintal de onde veio.

Contudo, repito, se o “inimigo mora ao lado” e se o aborrecimento for muito grande, não havendo outra saída perante sérios e reiterados problemas, a melhor solução não é o “bate-boca”, mas chamar a polícia ou registrar um boletim de ocorrência na Delegacia mais próxima da casa e, em seguida, tomar as medidas criminais cabíveis.

Além disso, como se sabe, na esfera cível, é possível promover ação judicial específica referente ao Direito de Vizinhança, como também pleitear indenização por dano moral, se houver o respectivo legal e se for a pretensão. Penso, no entanto, que esse é o extremo e último caminho a ser trilhado.

Prefiro pensar que procurar fazer do vizinho um amigo ou manter com ele e sua família um respeitoso relacionamento é a melhor alternativa.

Como sabemos, paciência e tolerância são princípios que devem orientar não só a convivência entre vizinhos, mas nosso comportamento no dia a dia. Conter o ímpeto e permanecer com a razão afigura-se medida equilibrada e inteligente.

ADELSON DO PRADO

A força energética que surge da pintura de Adelson do Prado devia brotar do fundo de sua alma, cujo manancial inesgotável era a fé inquebrantável em Deus. Com simplicidade e pureza realizou suas obras e, à luz da inspiração que tocou, manteve-se fiel às raízes populares. A alegria de Adelson era pintar, pintar e pintar, da religiosidade popular barroca a temas diversos. Ele costumava dizer que “*minha pintura é minha carteira de identidade, um estilo único onde a paleta só aceita minha mão direita para pintar o motivo que fica na tela. É inconfundível, não dá para imitar, e mesmo vindo de longe uma das obras, pode-se dizer que é um Adelson do Prado*”.

Em sua obra, o que fazia de modo inigualável era a mistura das cores e, quanto mais colorido, melhor e mais bonito, deixando em cada quadro marcas de sua originalidade e irreverência.

Dos santos, o mais homenageado foi São Francisco de Assis, com várias interpretações. As santas mais pintadas eram Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Santana, além de Madonas de diversos tipos.

Foi exatamente de sua ingenuidade e originalidade que nasceu a grandeza de sua arte que tocava a alma e os sentimentos mais nobres do ser.

Além da religiosidade popular, gostava de pintar canaviais, casarios, paisagens com mar, céu, lua, sol e geralmente, ao fundo, uma igreja.

Vitória da Conquista, interior baiano, foi o berço do nascimento deste pintor no ano de 1944, e já na infância pobre mostrava-se com desenvoltura para o desenho em sua escola. Na fase adulta, veio morar definitivamente na zona sul do Rio de Janeiro e nas últimas décadas, morava na Rua Humberto de Campos, em Ipanema.

Alguns críticos classificam sua pintura como de caráter ingênuo, fixando paisagens e temas de sua terra natal – Bahia. Suas figuras da religiosidade popular preocupam-se com riquezas de detalhe e na distribuição das cores com harmonia. Caracteriza-se como um pintor do trópico, tipicamente brasileiro, que resplandece exuberante dos santos barrocos e das lindas paisagens, flores e circos.

Certa vez fiz uma entrevista com meu amigo Adelson em Itaipu, onde o convidei para almoçar. Disse-me que: “*Minha pintura virou minha marca registrada. As pombas surgiram do contato diário, na infância, com a casa do vizinho possuidor de um viveiro. Num riacho próximo, nasciam copos-de-leite, daí o meu gosto pela cor branca que me influenciou muito, razão da presença de ambas na minha pintura. Os santos e santas portugueses e brasileiros, provenientes do barroco, foram fixados na minha personalidade em virtude do lugar onde nasci e fui criado, e por tudo que vi na minha Bahia. Outros quadros da minha autoria têm como tema, por exemplo, casarios, flores,*

vendedores de bola, mulheres com pássaros, tudo com muitas cores vibrantes, sobretudo verde, vinho, vermelho, azul cobalto e turquesa, violeta e amarelo.”

Em outra oportunidade, quando o convidei para almoçar em um restaurante japonês, cometeu uma gafe, que segundo ele foi: *“Ao entrar pela primeira vez no restaurante em Niterói, fui logo ao banheiro. Só que se tratava do banheiro das mulheres. Foi divertido, pois não sabia, mas depois pedi desculpas às duas moças que estavam lá dentro.”*

Neste mesmo dia, pedi-lhe para fazer o seu autorretrato, pois minha pretensão era de escrever algo sobre o pintor. Então ele assim se expressou:

“Sou do signo de virgem, adoro as praias e de participar dos eventos culturais. Faço minha caminhada diária. Não gosto de política. Gosto de comer o arroz com um feijão, mas de vez em quando, compareço ao restaurante japonês para comer um sushi com amigos. Meu santo predileto é São Francisco. Já passei por muitas dificuldades. Sinto-me feliz hoje vivendo no Rio de Janeiro, como feliz que fui em minha temporada em Nova York. Meu maior sofrimento foi a perda de meu pai e de minha mãe. Minha vida é pintar. Pretendo fazer grandes murais. Quero me aperfeiçoar na pintura a cada dia”.

Perguntei-lhe em seguida:

- Amigo, como é o começo, meio e fim de sua pintura?

“Quando eu imagino desenhar ou pintar alguma coisa, primeiramente pego a tela branca ou virgem. Antes de pintar o quadro, mentalizo o motivo ou tema que irei fazer. Pego o lápis e começo a rabiscar ou desenhar de acordo com a minha criatividade. Começo desenhando e esboçando com lápis e régua, quando o quadro é geométrico. Faço então de cima para baixo, com céu e mar, preenchendo as figuras com as cores. Primeiro o céu, depois o mar, enfim, o infinito. Os telhados e os casarios vêm depois. Em seguida faço as figuras com bolas, elegantes palmeiras e plantações que sempre coloco saindo da relva. As pombas, borboletas e demais figuras são também pintadas dessa forma. Tudo preparado, passo às tintas e cores. Assim faço há mais de 45 anos, sendo que tive várias fases e a minha melhor fase foi a partir da década de 90. Observo que, nos últimos anos, minha pintura está aprimorada e bem finalizada nos mínimos detalhes. Cada quadro tem sido para mim um filho, uma parte integrante da minha pessoa.” Em seguida, concluiu: *“Sou um autodidata e, como pintor popular, mostro minha criatividade que brota do meu interior, como um manancial. Sou simples e humilde por natureza e autêntico em todos os sentidos. Orgulho-me de minha autenticidade que não foi modificada em tempos globalizados.”*

Ficamos muito amigos, a ponto de nos comunicarmos todos os dias por telefone. Quando ele produzia um bom quadro cujo tema eu ainda não tinha, dava-me preferência na compra e assim foi se sucedendo ao longo dos anos.

Foi por meio dele que o meu gosto pela arte foi se aprimorando, pois tinha ele muita informação e conhecimento neste assunto.

Após 50 anos de pintura ininterrupta, Adelson do Prado disse-me por telefone que iria passar duas semanas com seus familiares em Vitória da Conquista, pois estava com muita saudade de seus parentes e da terra onde nasceu, o que ocorreu em época próxima do Natal e final de ano. Era solteiro.

Já em terras de Vitória da Conquista, como se fosse um chamado, teve um mal súbito ainda na rodoviária. Logo em seguida, chegou a notícia de seu falecimento no dia 6 de fevereiro de 2013.

Lembro-me sempre do meu amigo e dos conselhos sobre arte. Quando vejo em leilões quadros dele que possam completar minha coleção em suas diversas fases e temas, faço um lance de compra. É uma forma de estar junto dele que fazia aniversário no dia 15 de setembro, um dia depois do meu Pai, também falecido.



Adelson do Prado e Peterson



São Francisco - Acrílica sobre tela de Adelson do Prado



Acrílica sobre tela de Adelson do Prado



Acrílica sobre tela de Adelson do Prado



Acrílico sobre tela de Adelson do Prado



Acrílica sobre tela de Adelson do Prado



Acrílico sobre tela de Adelson do Prado

ALBERY

Albery Seixas da Cunha nasceu em Belém do Pará em 4 de outubro de 1944, e faleceu precocemente em Ipanema, no Rio de Janeiro, no ano de 2003. Em sua trajetória, morou por alguns anos em Paris, onde pintou retratos de várias celebridades. Mas o que mais o marcou em sua pintura, sob minha ótica, foi a mistura, em uma só tela, de figuras de rostos e de cavalos, além de diversos animais, fazendo uma integração entre eles de forma espetacular.

O primeiro quadro de Albery ganhei de um amigo de longos anos. O tema envolve uma forte cena de discordância entre os militares e a população no período de 1964 e por isso é datado de 1967. Gosto de ver a criação dele colocando a população enfileirada e unida um com os ombros dados aos outros.

Posteriormente fui comprando em leilão quadros deste pintor que eu não conheci. Finalmente, por via das redes sociais, encontrei o filho único dele de nome Magno Fernandes, de quem comprei outros quadros. Um deles era uma sereia rodeada de peixes. Na verdade, se trata de um painel pela dimensão que possui.

Magno contou-me que só foi conhecer o pai na fase adulta e a aproximação entre eles foi se dando paulatinamente.

Também conheci o irmão de Albery de nome Alcy Seixas da Cunha, que me acolheu em seu sítio em Jacarepaguá e me cedeu outras pinturas do artista, completando o acervo que pretendia.

Muitos desses quadros chegam até a minha pessoa bastante deteriorados pelo tempo. É preciso ter paciência e forte vontade para restaurá-los, acreditar no pintor e ver lá na frente como ficaram depois de restaurados. Foi o caso desta sereia, cuja tela se encontrava rasgada, sendo preciso reentelar todo o painel. Mas no final ficou tudo muito bom.

Tenho diversos quadros pintados por ele. A preferência não é por retratos, mas por esta conjugação de rosto de gente com cavalos e outros animais. É óbvio que os retratos das princesas europeias e as damas brasileiras são todos interessantes, sobretudo quando acompanhados de elementos como figuras de animais. Mas, a preciosidade que penso existir fica por conta de sua arte surrealista, com composição de humanos com diversos seres.

Curioso que, por meio deste pintor, observei que sou um pouco supersticioso. Um amigo comerciante de quadros na Rua do Resende, na Lapa, Rio de Janeiro, tentou vender-me um quadro de Albery. Era um pequeno quadro retratando o cavalo de Tróia, muito bem pintado. Acontece que a história de Tróia não é das melhores e, por isso, nunca tive vontade de comprá-lo.

É preciso destacar a sabedoria de Albery em sua inspiração, às vezes visionária, às vezes surreal demais, no bom sentido, com ideias inimagináveis. Sua inspiração parece que não vem só da Terra e sim de outros Planetas. Dizem que ele também fazia outros trabalhos manuais, tais como gravura e escultura, além de gostar de trabalhar com desenhos em nanquim, por onde iniciou sua carreira.

Alguns fatos me fizeram conhecer Albery antes mesmo do que seus quadros. O primeiro, uma reportagem bastante comentada de que na época do regime militar ele teria pulado de asa-delta da Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, objetivando pousar na Barra da Tijuca; ocorre que os ventos fortes sopravam de leste para oeste e o plano de voo restou alterado; ele acabou pousando no quintal da casa de uma importante autoridade pública e a situação ficou bastante nebulosa, tendo que dar explicações aos militares que o cercaram na descida; o lado positivo disso é que, posteriormente, ele, inspirado nesses voos, fez uma mostra de pintura sobre esse tema.

O segundo, em notícia internacional veiculada em todos os cantos, dizia que ele, pintor, foi em cima de um elefante pelas ruas ou algo parecido, quando inaugurou uma de suas exposições em Paris, chamando a atenção do Velho Mundo.

O terceiro é que na década de 80, em uma boate da zona sul do Rio, ele apresentou em uma festa noturna uma modelo pintada dos pés ao pescoço, representando o cometa Halley.

Também, em outras ocasiões, pintava com grafitti abstracionista os bumbuns das mulheres que se ofereciam às belas pinturas temporárias, como pura arte.

Por fim, o quarto não é bem um fato, mas comentário de jornal à época, que ele, Albery, tinha uma frase de algibeira e habitual: “Falem mal, mas falem de mim.”

Pesquisando sobre a vida e obra deste pintor deparei-me com uma oportunidade de compra de manuscritos dele que contavam sua trajetória até Paris. Foi em um leilão de antiguidades no Rio de Janeiro, onde fui o único interessado e arrematante.

Da leitura que fiz, gostaria de registrar alguns pontos importantes, tais como: Albery viveu até os 15 anos em Belém, quando mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, em 1959; a partir de 1960, começou a pintar seus primeiros óleos; estudou artes gráficas, inicialmente, e logo em seguida ingressou na Escola de Belas Artes, trancando a matrícula para servir o Exército, onde aprendeu paraquedismo; em 1967, continuava entusiasmado com a pintura e assim inaugurou sua primeira vernissage, em Ipanema, no Rio; desfilou também em Saint-Germain-de-Pres montado numa vaca cor-de-rosa, ao fazer uma de suas exposições; que a mulher francesa desprovida de tabus lhe facilitava o trabalho na execução de “la peinture vivant”, com maior integração da trilogia pintor-modelo-arte; para o pintor era importante evoluir sempre na tarefa de aprimorar sua técnica e imaginação; Albery pintava ouvindo música e algumas vezes se fazia acompanhar de uma musa inspiradora; teve atelier no seguinte endereço em Paris – 29

Rue Georges Pitard e, ao lado de seu cavalete, havia uma rede armada, não fugindo de suas origens; tinha intensa vida noturna depois de um produtivo dia de trabalho; tinha o sonho de dividir seu tempo entre Rio, Paris e New York, lugares que lhe davam vontade de viver e pintar; sua fonte principal de inspiração foi a mulher.

Como já dito, retornando ao Rio de Janeiro, foi morar à Rua Humberto de Campos, mesma rua que também morava o pintor Adelson do Prado e na mesma época. Continuou a pintar até seu derradeiro dia.

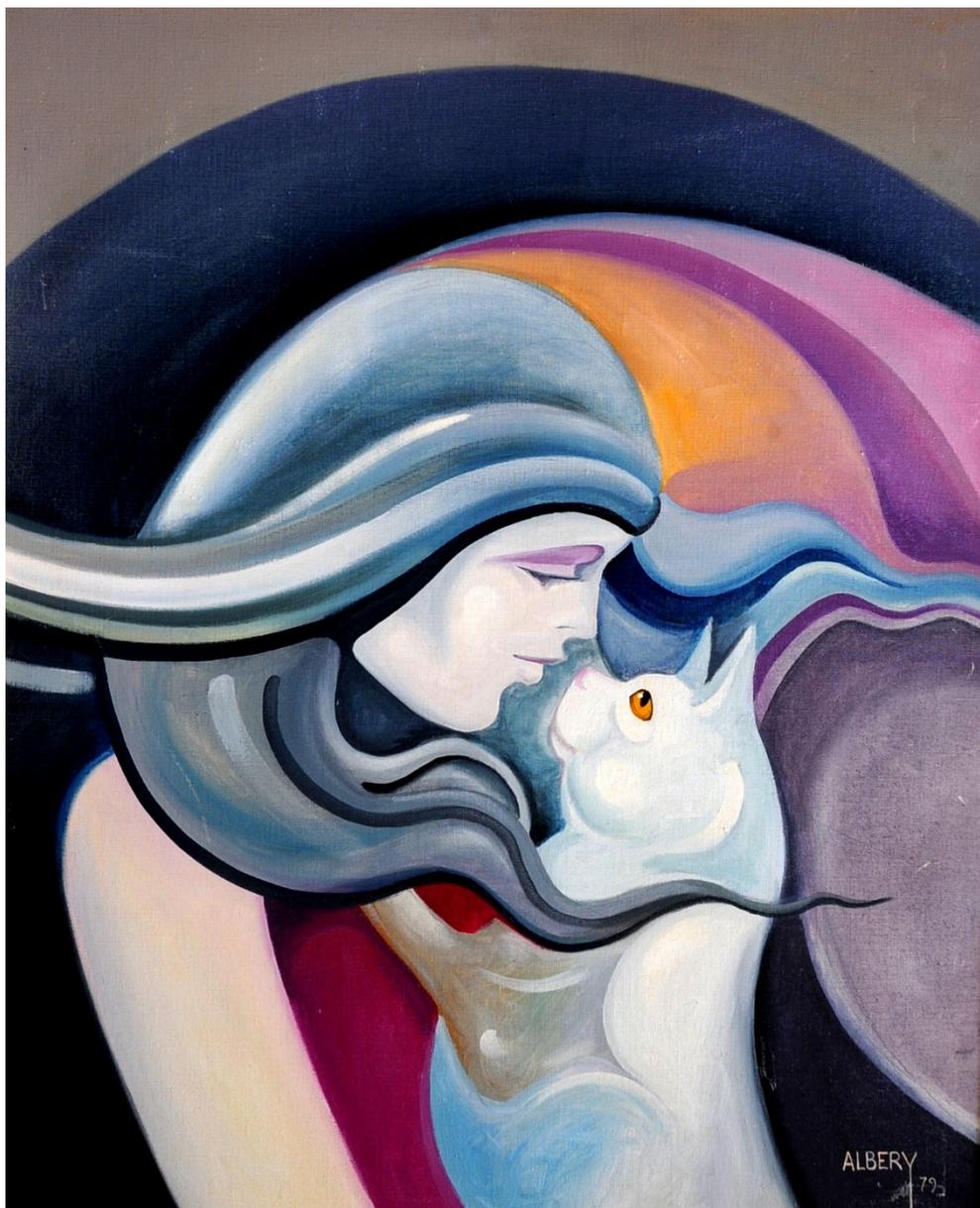
Este modesto texto busca de alguma forma eternizar a memória de Albery que fez de sua arte, ao seu modo, “um sopro Divino”.



Óleo sobre tela de Albery



Óleo sobre tela de Albery



Óleo sobre tela de Albery



Óleo sobre tela de Albery



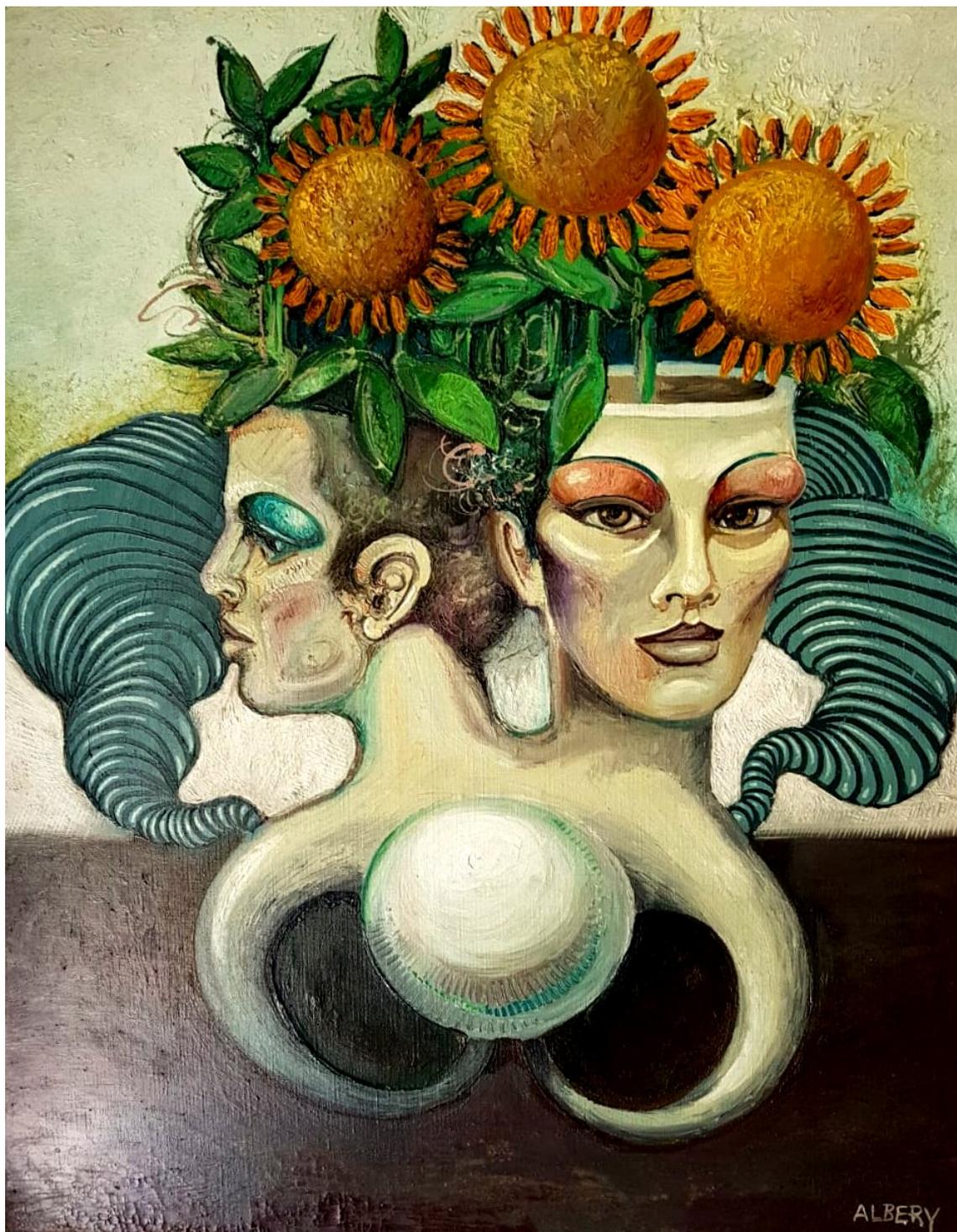
Óleo sobre tela de Albery



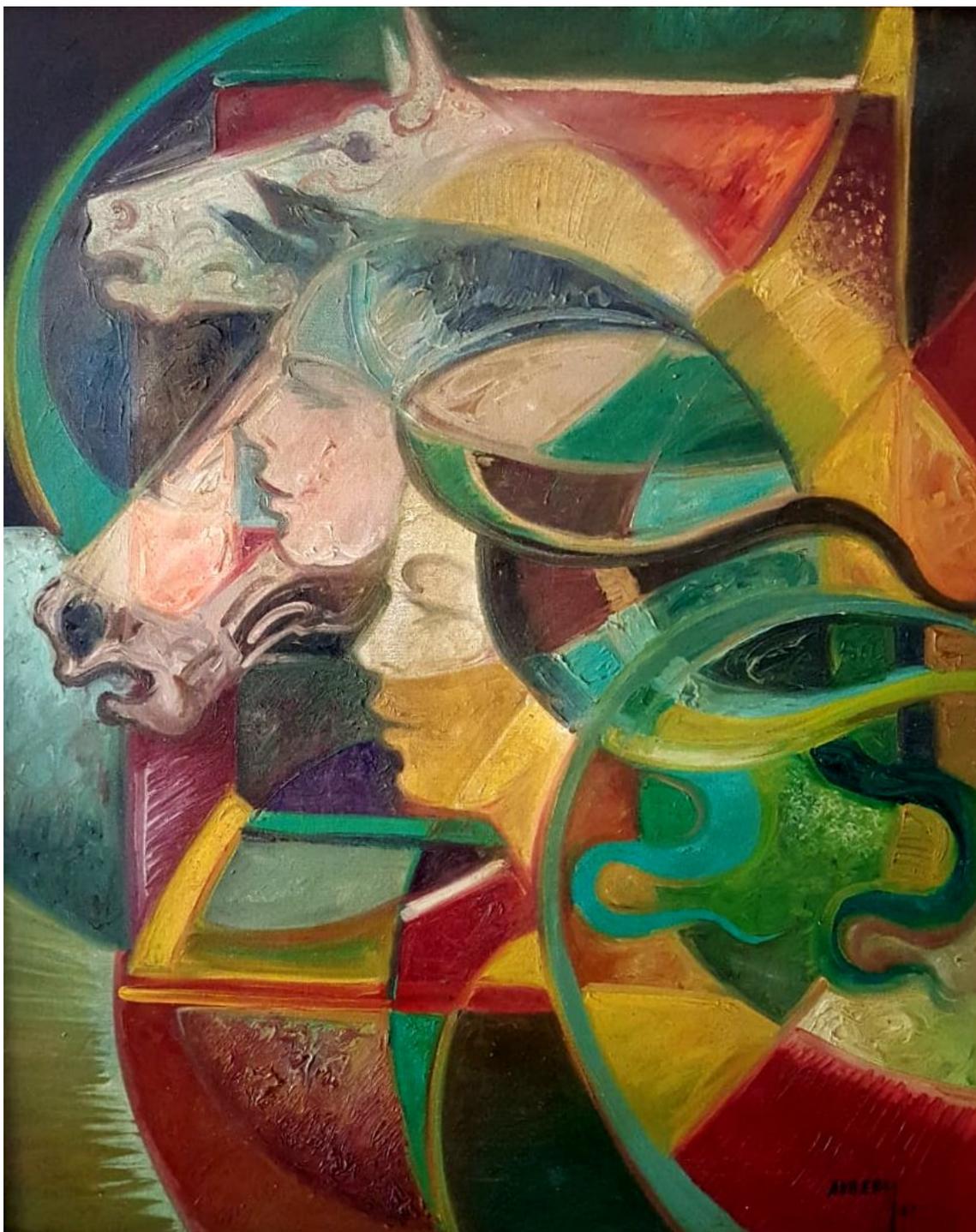
Óleo sobre tela de Albery



Magno, filho de Albery e Peterson



Óleo sobre tela de Albery



Óleo sobre tela de Albery



Óleo sobre tela de Albery

MODUS IN REBUS

Na antiga Roma, o poeta e filósofo Horácio formulou a seguinte frase em latim: “*Est modus in rebus, sunt certi denique fines*” que significa “haver uma justa medida em todas as coisas, existindo afinal, certos limites”. Ou então, simplesmente – *modus in rebus*, que é a moderação nas coisas.

Esta expressão chegou em minha vida quando cursava a Faculdade de Direito da UFF e nunca mais foi embora, graças à feliz insistência do querido Professor que, em todas as aulas, lembrava aos alunos dos limites toleráveis nas atitudes do dia a dia.

É infinita a aplicabilidade deste ensinamento, como, por exemplo, na situação que passo a expor:

Pegamos uma folha de papel em branco e uma caneta e escrevemos livremente. Às vezes, além do necessário, podendo nos comprometer e atingir terceiros.

Agora, este papel em branco que aceita tudo está sendo substituído pela tela do computador, que, após digitar e enviar, transmite nossas manifestações pelos cinco continentes em segundos.

As redes sociais, por meio de seus respectivos desdobramentos, são fantásticas, rapidíssimas e bastante eficientes. Contudo, podem engrandecer ou destruir um cidadão, dependendo do comentário. A ilicitude e a inverdade ganham força de realidade por um bom tempo e não se apagam da memória humana apenas com um *click*.

Por isso, as redes sociais deveriam ser um canal de interligação entre as pessoas, tendo por único objetivo o contato pacífico, verdadeiro, servindo de instrumento para fazer o bem.

A grande maioria entende desta forma, mas alguns não. E quando isso ocorre, as consequências são prejudiciais, como se houvesse uma arma na mão de quem se comunica fora dos limites plausíveis, ferindo a esfera criminal.

Temos conhecimento de inúmeros fatos reprováveis decorrentes da comunicação virtual que culminaram em processos criminais e cíveis. Como digitar é fácil, podem-se perder os limites e muitas pessoas serem atacadas muitas vezes de forma cruel. Daí o cometimento de preconceito racial, fraudes, estelionatos, propagandas enganosas, falsos perfis, mobilização para o tráfico de drogas e outros temas, todos desagradáveis.

A irresponsabilidade de quem digita e divulga algo ilícito é muito grande, merecendo uma resposta rápida das autoridades públicas.

Diante deste cenário virtual doloso, surge uma ideia, nova ou não, que é apresentada sinteticamente nos seguintes termos:

Foi criada uma Delegacia de Polícia para investigar e apurar crimes de informática no Rio de Janeiro. É um passo importante. Mais importante ainda seria o Judiciário criar uma Vara Especializada em Crimes de Informática, principalmente, na Capital.

Sabe-se que a liberdade de expressão é garantia fundamental na Constituição Federal, sendo um direito inarredável em favor de todos. O que vai muito além, e a Lei não pode proteger, são as ofensas e o desrespeito, bem como os ilícitos penais praticados nas redes, que só encontrarão um verdadeiro "basta" quando tivermos uma Vara Especializada para imediatamente coibir os abusos.

Não se tem notícia da iniciativa de tal criação, que serviria para reprimir os exageros, punir os culpados e também absolver os inocentes.

O momento é oportuno para a realização deste estudo visando à viabilidade de criação desta Vara, ante o gigantesco crescimento de atitudes desonestas utilizando-se dos mecanismos da informática.

Apesar do aperto econômico atual, o Estado do Rio de Janeiro, que possui um Tribunal de Justiça de ponta e exemplar, após constatar a necessidade acima, se for o caso, poderá inaugurar esta proteção judiciária específica em favor da sociedade fluminense. É apenas uma sugestão, sendo natural e compreensível focar nas prioridades já existentes.

Com ou sem esta Vara Criminal Especializada, é bom lembrar-se do Paraninfo da Turma de 1981 - *modus in rebus* - ao acessar e participar de todas as redes sociais.

ÁGUAS QUE CORREM

As cidades brasileiras receberam grande fluxo migratório a partir da década de 50 do século passado. O advento da industrialização promovida pelo Estado atraiu milhares de pessoas que, desestimuladas com as dificuldades de viverem da produção agrícola, procuravam nas cidades meios que garantissem uma vida mais confortável e mais dinâmica do que a do interior.

O Rio de Janeiro e as metrópoles em geral são exemplos do êxodo rural que atraiu grande parte dessa população que está se multiplicando cada vez mais.

Entretanto, o crescimento populacional não foi acompanhado na mesma proporção pelas melhorias advindas dos recursos urbanos. A grande maioria dos indivíduos não tem garantido o mínimo dos direitos que teria como cidadã em uma “cidade grande”.

O princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana não encontra o pleno respaldo perante a realidade existente. As velhas questões sociais continuam atuais e graves. Contudo, o que afronta ainda mais os cidadãos de bem, tem sido a escandalosa e covarde violência praticada em todos os cantos.

Vemos constantemente nos meios de comunicação, e mesmo próximo de nós, adultos e adolescentes com armas nas mãos e o pavor aumentando. A instabilidade gerada tornou os grandes centros ameaçadores para muitos. O medo real que hoje nos assola tem provocado um movimento lento e constante de migração para cidades menores e menos violentas.

Buscamos, nas cidades do interior, aquilo que não temos garantido nas metrópoles: a segurança e a tranquilidade perdidas. Lugares onde podemos colocar as cadeiras nas calçadas e conversar com os vizinhos sem temor. Lugares em que possamos caminhar despreocupados durante o dia ou à noite. Lugares cada vez mais distantes, onde prevalecem o respeito, a responsabilidade e a dignidade.

Ansiamos por um dia em que não precisemos fugir e que possamos escolher, livremente, onde viver.

Nesta oportunidade, é lembrada a indagação de Heráclito: Por que ninguém desce duas vezes o mesmo rio? Primeiramente porque as águas do rio correm. Em segundo lugar, porque nós mesmos somos igualmente um rio. Nós também somos flutuantes.

O fato de deixar um lugar por outro deve pautar-se pelo prazer e não pela frustração.

Cada qual fazendo sua parte e as autoridades públicas trabalhando com eficiência pode ser o início de uma nova esperança, ainda que debilitada. Portanto devemos ser muito criteriosos na escolha de nossos representantes.

Não creio que a solução esteja nos aeroportos. Nós merecemos felicidade aqui ou ali. Se esta última conclusão não estiver correta, só restará o caminho que nos conduza até as cidades do interior, certos de que estaremos todos juntos em virtude da rede mundial de informática.

O PODER E A HUMILDADE

São duas palavras distantes, mas reunidas representam o fruto da sabedoria humana.

O poder, ao qual me refiro, é aquele que traz grandes consequências positivas ou negativas para muitas pessoas, quer no campo político, econômico, jurídico, administrativo, quer nas lideranças exercidas no seio da população. A humildade, por sua vez, é a virtude essencial que deve existir nas condutas daqueles que exercem o poder.

Bons exemplos neste diapasão de ideias seriam, dentre tantos, Schindler, aquele empresário do conhecido filme que retrata fato verdadeiro ocorrido em 1944-1945, não visava só ao lucro, mas se preocupava, acima de todos os interesses, com a condição humana daqueles que se encontravam sob sua responsabilidade.

O magistrado que tem o poder-dever de condenar o acusado a uma pena que varia entre 12 e 30 anos de reclusão e, levando em conta as circunstâncias judiciais favoráveis, as provas, a primariedade e as atenuantes, fixa a punição no mínimo legal.

Ou então, o Juiz de Direito, que no litígio entre pai e mãe, ambos pretendendo a posse e guarda definitivos dos filhos, decide que estes devem ficar com a avó, considerando o melhor interesse das crianças, a vontade manifestada, os laudos e o sério vício constatado dos genitores.

Neste segmento, a Magistratura Brasileira tem visto um importantíssimo exemplo de poder equilibrado e bem exercido com moderação e simplicidade, sem deixar o rigorismo da lei, proveniente dos atos do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, cujo histórico profissional já antevia tal inteligência e respeito à população e aos jurisdicionados, cumprindo o compromisso maior com a Justiça Fluminense.

Também, outro grande exemplo deste somatório (poder e humildade) seria o que conta a história sobre os últimos dias de João Goulart como Presidente. Independente do mérito ou não de seu mandato, é preciso reconhecer um ato de grandeza: muitos queriam que ele resistisse no poder e tinha condições para isso, sobretudo em vista do apoio que viria do Sul. Mas ele não queria que houvesse “derramamento de sangue” nem o sofrimento maior do povo. Assim sendo, mesmo tendo argumentos favoráveis para permanecer, encontrou asilo no Uruguai, evitando tragédia e turbulência no País.

O Papa Francisco mostra com clareza solar que só existe poder respeitado, equilibrado e contínuo onde existe a humildade. É alguém que trabalha pela paz mundial e a felicidade dos povos com tanta simplicidade que o amor, por onde ele prega, floresce em fraternidade. Resume o Santo Papa: *“A verdadeira riqueza não está nas coisas, mas no coração.”*

Infelizmente, tem sido enorme a busca por outros caminhos que, pela falta de humildade, prudência e respeito, prejudica a todos. Abraham Lincoln já advertira que “*se quiser pôr à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder.*” É verdade. Como que se revela fácil e rápido o caráter do homem embriagado do poder que lhe sobe à cabeça!

Alguns, quando chegam ao poder, têm dificuldade em conservá-lo. Outros, detentores de grande potencial econômico, dirigindo milhares de empregados, com uma só assinatura, modificam vidas, geralmente para pior. Por outro lado, a maioria dos líderes que se apresentam quer cada vez mais poder e os abusos podem ocorrer sorrateiramente.

Na ausência de humildade no poder, surgem com intensidade a arrogância, a vaidade e a prepotência como instrumentos da soberba e, ao mesmo tempo, da insegurança. Neste caso não há limites, e tal comportamento gera a ambição e a falsa ideia de impunidade.

Chegar ao poder não se mostra pretensão difícilíssima. O que se torna bastante difícil é o exercício e a manutenção do poder de forma equilibrada e justa.

Quando alguém sai da vida pública, mas fica de consciência tranquila por só ter trabalhado por bem servir e fazer o bem, esse cumpriu sua missão e, enfim, pode descansar com todas as honras e glórias. Certamente, será sempre lembrado com muita satisfação. Torna-se paradigma e marco de referência no relacionamento humano e profissional de forma natural e sensata.

Então, é preciso que se entenda: quanto maior o poder, maior deve ser a humildade ao exercê-lo. Incrível, mas o primeiro só se torna sucesso se vier acompanhado daquela virtude na mesma proporção. Aqueles que possuem os dois predicados vencem, fazem as pessoas felizes e próspero o lugar onde atuam.

Tagore afirmou: “*Quanto maiores somos em humildade, tanto mais próximos estamos da grandeza.*” Este ensinamento é simples, mas pouco acolhido na prática.

Aceitar os erros e corrigi-los em tempo hábil é sinônimo de maturidade e responsabilidade. E é desse equilíbrio que a humanidade tanto precisa.

Não se pode esquecer que o cidadão poderoso acaba tendo o mesmo final de um honrado cidadão comum. Na maioria das vezes, a segunda situação é bem melhor. Portanto, seja qual for a trajetória, sejamos sempre bons, com responsabilidade, retidão de consciência e simplicidade.

SEXTING

Se um atleta conseguisse correr o mundo em segundos, alcançaria o recorde de um glorioso super-herói. Essa façanha só é possível na ficção.

No mundo real, apenas uma notícia é capaz de rodar o mundo em questão de segundos. Contudo, em se tratando de *sexting* (contração de sex e texting) isso é muito ruim, perigoso e destrói a reputação, a intimidade e a tranquilidade da vítima de tal maldade e irresponsabilidade.

Por meio de aparelho celular ou via internet é possível enviar fotografias e vídeos de conteúdo erótico e sensual, que são divulgados nos cinco continentes em instantes. Ao enviar esse material para o mundo virtual, a pessoa perde o controle sobre ele, que se torna de todos.

O fato é recorrente e mais uma vez aconteceu em cidade do interior. A jovem dançava nua para o seu namorado, que a filmava. Tudo era felicidade passageira. A brincadeira saiu cara quando o namorado, enciumado, rompeu abruptamente o romance e, no ímpeto da emoção e de cabeça quente, apertou o botão do celular para remeter a filmagem via WhatsApp para outros colegas. Os destinatários daquele material também divulgaram para outros tantos e assim a intimidade da jovem tornou-se universal.

O autor da divulgação negou o fato, mas as perícias constataram que as imagens e o texto saíram do celular que lhe pertencia. Ele tem responsabilidade pelo vazamento daquelas imagens, seja por ter divulgado ou por ter sido omissor na guarda do conteúdo armazenado em seu aparelho (arts. 186 e 927, do Código Civil).

O que fazer em tal situação? Já diziam os ditados populares: “a flecha lançada não retorna” e “em casa arrombada não adianta colocar fechaduras”.

Como primeira lição, vale lembrar: cautela e prudência em todas as atitudes. Não admitir a possibilidade de compartilhar a intimidade, mesmo que aquele momento seja propício e maravilhoso. Fazer sexo com amor e respeito.

A vítima pode invocar a aplicação do Direito ao Esquecimento, ou seja, que fatos passados de sua vida não se perpetuem na memória da sociedade. Para tanto, será preciso excluir aquele conteúdo ofensivo, em respeito aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da inviolabilidade da honra e da intimidade (art. 1º, III, e art. 5º, X, da Constituição da República).

A divulgação não autorizada de material com teor sexual, por meio virtual, caracteriza *cyberbullying*, ou seja, um comportamento condenável praticado por um indivíduo ou grupo que constrange e ofende moralmente determinada pessoa.

Existem projetos de lei na Câmara dos Deputados para combater essa prática criminosa. Por ora, de concreto só existe a previsão no art. 241-A, do Estatuto da Criança

e do Adolescente, que pune criminalmente aquele que divulga cena com teor sexual envolvendo criança ou adolescente. Se a vítima for maior de idade, o responsável pode vir a responder, a depender do caso, pelos crimes de difamação ou injúria (arts. 139 e 140, do Código Penal). O responsável pela reprovação ainda responde por danos morais.

Somente com o apoio das autoridades públicas, com a conseqüente punição do responsável, será possível aliviar a dor e o sofrimento da vítima, que deverá ter a saúde mental bem cuidada para administrar o problema com serenidade. A solidariedade e a compreensão dos amigos e parentes também são fundamentais neste momento delicado.

“BOMBA” - NEM DE BRINCADEIRA

Gasta-se uma fortuna para investigar a fórmula para a invenção de novos remédios que salvam vidas. Isto é extraordinariamente maravilhoso. Em contrapartida, gasta-se uma fortuna maior para inventar armamentos nucleares, instrumentos de guerra, como bombas capazes de devastar uma população inteira e o espaço geográfico. Isto é terrível, é o aniquilamento da esperança da humanidade.

A segunda hipótese é geradora de muitas consequências diretas, indiretas, realistas e fictícias, tudo fruto do temor.

As estatísticas mostram que, em demandas judiciais contra empresas aéreas, em razão da má prestação do serviço, geralmente os consumidores são prestigiados e conseguem a justa vitória. Os motivos são diversos, tais como, atraso de voos, malas extraviadas, problemas de embarque e desembarque. Nestes casos, o reclamante é tutelado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), que traz normas jurídicas avançadas, embora tenha mais de 20 anos.

Entretanto, nem sempre os consumidores têm razão e a improcedência da pretensão autoral se impõe.

Em pauta de julgamento da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entrou um litígio (pedido de indenização por danos morais) envolvendo dois consumidores (marido e mulher) que foram embarcar em aeronave para passeio no exterior.

Durante o procedimento de embarque, o homem foi indagado sobre o que carregava em sua pequena bagagem de mão e ele respondeu, por duas vezes: “*Uma bomba.*”

Em vista desta resposta, todos pararam para as providências de praxe. O avião não decolou, atrasando o voo. O casal foi levado ao setor próprio para investigação. As malas foram revistadas e o casal perdeu a oportunidade de voar naquele dia.

A empresa aérea tem reponsabilidade civil objetiva, por eventuais danos causados ao consumidor em razão de falhas na prestação do serviço, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Para afastar o dever de indenizar, cabe à empresa provar a ocorrência de alguma causa excludente de sua responsabilidade (art. 14, § 3º, do CDC). Por exemplo: que o defeito inexistente, motivo de força maior, caso fortuito ou mesmo culpa exclusiva do consumidor.

O Juiz de Direito, em primeiro grau, julgou improcedente o pedido de indenização. A sentença foi confirmada no Colegiado do Tribunal de Justiça – 3ª Câmara Cível, pois o fato ocorreu por culpa exclusiva do próprio consumidor, o que afasta a

responsabilidade da empresa aérea, nos termos do art. 14, § 3º inciso II, do CDC, como ensina o Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho em seu livro sobre o Direito do Consumidor.

A mulher, que também postulava indenização, nada recebeu, pois o procedimento adotado pela empresa aérea foi realizado de acordo com a recomendação de segurança para aquele caso.

Esta infeliz brincadeira não seria levada a sério na década de 20 ou 30, mas nos dias atuais, em que as bombas explodem de forma criminosa em todo o mundo, esta situação pode ficar bastante cara e perigosa, além de prejudicar terceiros.

Como lição, vale lembrar o provérbio popular que diz: *“brincadeira tem hora e lugar”*. Os especialistas em marketing Al Ries e Jack Trout já registraram em uma frase a importância do primeiro contato: *“Não existe uma segunda chance de se causar uma primeira boa impressão.”*

Por tudo isso, proferir a palavra *bomba* na atualidade pode se revelar perigoso. Bomba, só se for de chocolate ou bomba d'água.

O CONSUMIDOR E AS OBRAS DE ARTE

Em um prato da balança encontra-se a frase de Oscar Wilde: *“Vivemos numa época em que coisas desnecessárias são as nossas únicas necessidades.”* No outro, talvez com maior razão, as frases de Goethe: *“O homem deseja tantas coisas, mas precisa de tão pouco!”*; e de Chico Xavier: *“Graças a Deus aprendi a viver apenas com o necessário.”*

Independentemente de saber qual prato pesa mais, não podemos esquecer que consumir com moderação faz parte do cotidiano e comprar objetos de arte, inclusive uma balança antiga, além de servir de adorno, possui valor econômico, conta a história da humanidade, embeleza, tendo finalidade cultural para os povos. Traz leveza, suavizando a vida.

Dar alegria, tocar a alma e o pensamento de forma positiva, fascinando e entusiasmando, é o verdadeiro significado da pintura e dos objetos de arte em geral. É por isso que surgiram concomitantemente com a civilização, ganhando realce, valor econômico e comercialização.

Hoje são frequentes os leilões de arte em todas as metrópoles, galerias e antiquários, sobretudo os que se referem aos quadros, esculturas de bronze, de barro, livros raros, móveis de época, etc.

Concernente às pinturas a óleo sobre tela, foi a leilão um quadro muito antigo, danificado, uma figura de jovem, sem assinatura exposta, precisando de restauro.

Por preço módico, que não ultrapassou o valor da avaliação, o quadro foi comprado. No site do leilão constavam duas descrições: uma individualizada: *“óleo sobre tela sem assinatura”*; outra generalizada: *“os objetos serão vendidos no estado, não aceitando reclamação.”*

O olhar pensativo da jovem retratada na tela fez com que o comprador ficasse bastante satisfeito com a aquisição e, sendo muito antigo, foi levado à restauração.

Durante a limpeza, foi saindo aquela crosta de verniz e a tela foi clareando como originalmente fora produzida. Surpresa ocorreu: surgiu finalmente um nome no canto inferior direito. Reavaliado, constatou-se que a figura de rosto foi pintada no século XVIII e o europeu que a pintou é um artista mundialmente consagrado.

Fato semelhante ocorre também com alguns quadros em que a assinatura é dada como ilegível, mas posteriormente se descobre o autor.

A sorte do adquirente chegou aos ouvidos do leiloeiro, de seu avaliador e depois, a quem consignou a peça para ser vendida. Considerando a enorme desproporcionalidade do valor entre o mesmo quadro, antes e depois da limpeza e

restauração, originou-se um conflito de interesses com a pessoa que consignou a obra, o leiloeiro, o avaliador e o arrematante.

Em favor de quem vendeu, pode-se entender que houve erro substancial sobre a qualidade do objeto da compra e venda, o que caracterizaria um negócio jurídico anulável, nos termos do art. 139, inciso I, do Código Civil. Neste caso, o desfazimento do negócio deve ser pleiteado no prazo de quatro anos a contar da sua conclusão (art. 178, inciso II, do Código Civil). No entanto, a validade da compra e venda não seria prejudicada caso o comprador se propusesse a pagar a diferença entre o preço real da obra e aquele que foi efetivamente pago (art. 144, do Código Civil).

Por outro lado, em defesa daquele que comprou, é plausível o argumento de que a oferta da obra foi feita como objeto individualizado e com preço certo, sem direito a reclamações posteriores. Pelas circunstâncias, verifica-se que a peça foi vendida no estado, ficando caracterizada a venda “*ad corpus*”, expressão em latim que significa "por inteiro", "assim como está".

A compra de objetos de arte efetuada junto a lojas e similares configura relação jurídica de consumo, devendo as controvérsias daí decorrentes serem resolvidas com base no Código de Defesa do Consumidor. O referido estatuto prevê a vinculação do fornecedor à oferta (arts. 30 e 48, ambos do CDC). Além disso, eventuais dúvidas são dirimidas em favor do consumidor (art. 47 do CDC).

Se o vendedor não admitia futuras discussões sobre o objeto, também não pode questionar a qualidade e o valor da obra que vendeu. A manifestação de vontade vincula as partes àquilo que foi contratado, sendo consequência natural da força obrigatória dos contratos (*Pacta Sunt Servanda*). Em razão disso, em nome da segurança jurídica, deve prevalecer a intenção inicial das partes de negociar um determinado objeto, no estado, por preço certo, sem direito a questionamentos futuros.

A rediscussão sobre o valor do bem vai em oposição a princípios basilares do Direito Civil, como lealdade, probidade, confiança, boa-fé objetiva (arts. 113 e 422, ambos do Código Civil).

Nem sempre os negócios são bem-sucedidos em favor de todos e, não raro, somente um fica feliz. Não existe um critério universal de equilíbrio na compra e venda realizada sob o manto da legalidade e boa-fé. Ao que tudo indica, nem o antigo dono sabia o real valor do bem, que só foi descoberto graças ao ato do adquirente que teve interesse e iniciativa de restaurar a obra. Caso o antigo dono entenda que foi prejudicado pela má avaliação, deverá reclamar seus direitos junto aos profissionais que contratou: leiloeiro e avaliador.

Por analogia, pode-se aplicar o art. 1.265 do Código Civil, que trata sobre “Achado do Tesouro” e assim dispõe: “*O tesouro pertencerá por inteiro ao proprietário do prédio, se for achado por ele, ou em pesquisa que ordenou, ou por terceiro não autorizado*”.

Quando o proprietário de um terreno descobre um tesouro fica com a preciosidade. Da mesma forma, a descoberta da obra valiosa ocorreu por ato do novo adquirente, que deverá se beneficiar com o seu achado.

Não há que se falar em enriquecimento ilícito do adquirente da obra, pois em momento algum praticou ato em desacordo com a lei. Nem ocorreu empobrecimento do vendedor, que aceitou alienar o bem pelo preço da avaliação. O enriquecimento do comprador se deu por causa justa – restaurar e conservar o bem determinado - o que anteriormente ninguém quis fazer.

É preciso respeitar o direito do consumidor sempre, inclusive quando a sorte decorrente de seu empenho e boa-fé o favorecem. A celeridade está afastando definitivamente a antiga aliada daqueles que infringem reiteradamente o Direito do Consumidor: a morosidade.

ELAS E ELES

Se tivesse que me casar com uma árvore, a escolha seria: manacá da serra. Se tivesse que ter uma árvore amante, seria o flamboyant vermelho. Contudo, meu coração fica com o ipê amarelo, que produz muita luz e beleza por curto período. Faço esta singela homenagem a elas e quanto a eles seguem as palavras abaixo.

Há oito anos adquiri um Golden Retriever, filhote com 2 meses. Na verdade, foi ele que me escolheu, pois, em vez de permanecer amontoado com seus pares, preferiu vir brincar aos meus pés.

Meses depois, fazendo manobra em automóvel na garagem, atropelê-o, quebrando-lhe os ossos de uma das pernas. A cirurgia ficaria mais dispendiosa do que substituir o atropelado pelo irmão que ainda não tinha sido vendido, orientação dada pelo próprio vendedor. Tormentoso o meu erro, logo procurei repará-lo, levando-o à veterinária para se submeter à cirurgia pelo preço que fosse, o que acabou dando certo felizmente.

Este evento me fez aproximar ainda mais do animal e vice-versa. Hoje, ele é meu grande amigo “Peu”, recuperado e feliz. Sabe a hora que saio e que chego em casa. Vê no meu olhar alegria ou tristeza e procura se solidarizar. O semblante de sua face parece falar. Nada reivindica ou exige do dono, apenas quer carinho. Companheiro fiel, procura sempre agradar, sendo um dos motivos para me sentir feliz em casa.

Meu avô, que morava na roça, teve um cachorro por muitos anos. Quando morreu, o funeral foi acompanhado pelos parentes, amigos e pelo “Neném”. Uma semana depois este faleceu, talvez por saudade do dono.

Uma professora que mora em um sítio é possuidora de gatos e cachorros. Passando pela rua, observou que a acompanhava uma fêmea vira-lata. Ao entrar em casa, continuou acompanhada da “hóspede”. O dono não foi encontrado apesar dos esforços. Ela foi ficando e continuou com o apelido de “Hóspede”. Verificou-se posteriormente que ela estava prenhe, merecendo cuidados especiais. Meses depois, veio a ninhada de seis filhotes muito bonitos. Estão sendo doados para pessoas que realmente gostam de animais.

No ano passado assisti a um filme "Sempre ao seu lado", em que o ator Richard Gere ia com seu cachorro até o trem em que viajava todos os dias. Quando retornava, o animal o aguardava no mesmo horário e local. Um dia o dono não mais retornou e o cão continuou todos os dias esperando-o descer do trem, no mesmo lugar e horário. Entusiasmo maior nutro pelo filme "Marley e Eu".

Interessante dizer que animais domésticos trazem muita felicidade e nada nos exigem, exceto carinho. Estão sempre prontos para nós, sentem saudade, sofrem por nós,

além de nos proteger. Não fazem maldade. A nossa responsabilidade para com eles precisa ser lembrada diariamente.

Parabenizo os milhões de brasileiros que amam e respeitam os animais, especialmente aqueles que guarnecem os lares. Eles e elas dão alegria e compõem o Universo com harmonia.

MEMÓRIAS

Em Santo Antônio de Pádua, no noroeste do Estado do Rio de Janeiro, onde nasci décadas atrás, existia uma rua detrás do cemitério em que bares irregulares existiam com a participação de pessoas que vinham de fora para alegrar o ambiente.

Contou-me um querido e antigo amigo sobre difícil situação que vivenciou nesse local e que tanto tempo depois ainda guardo na memória.

Meu amigo colocou seu melhor terno, foi à Rua das luzes azuis e, ao ingressar em um dos bares, deu de cara com uma mulher muito bonita que o convidou a dançar, o que foi aceito. Após, subiram ao segundo andar do estabelecimento onde ficava um quarto apertado, com uma única porta e janela, sendo que esta, se aberta, dava vista para o referido cemitério, ficando parede colada com o muro.

Estava todo feliz se relacionando com a moça quando bateu à porta um homem que gritava em voz alta e bastante nervoso: *“me dá o dinheiro que deixei em cima do criadinho”*. Era possível perceber que se tratava do truculento barbudo dono do bar e que mandava e desmandava.

Procurando o dinheiro, nada foi encontrado. A mulher desesperada, então, pediu ao meu amigo que desse o dinheiro que tinha para não haver problemas, pois o homem era muito agressivo. Tal conselho foi prontamente seguido.

Depois de semanas retornou ao bar e o mesmo se sucedeu. Quando estava na melhor hora, a porta foi batida com muita insistência. O barbudo, agora, queria uma gravata que estava no guarda-roupa e que não foi encontrada. O mesmo conselho foi dado e atendido.

Como uma súbita paixão pela bonita mulher passou a existir, meu amigo retornou pela terceira vez e, inadvertidamente, levava ao pulso um relógio que lhe foi presenteado por seu irmão mais velho já falecido.

Feliz no quartinho do segundo andar, novamente o barbudo bateu a porta com força, pedindo um relógio que deixou na mesa do canto, o que não havia. O terceiro conselho foi dado. Meu amigo abriu a janela e viu o grande cemitério. Dava para fugir por aquela janela por não ser o sobrado alto. Mas ele não teria coragem de caminhar sobre os túmulos.

O que fazer? Era a pergunta do jovem amigo naqueles instantes de suplício, enquanto mais por ter visto quando subiu o barbudo com uma arma na cintura.

As batidas na porta foram aumentando cada vez mais, como se o objetivo fosse derrubá-la.

O amigo, à época muito jovem, estava em apuros. Pressionado pela mulher e pelo barbudo e a porta quase sendo arrombada, então, encontrou a solução, apesar do medo – abriu a janela, pulou dentro do cemitério e correu até a rua da frente onde ficou seguro.

O relógio foi preservado. Mas meu amigo aprendeu a lição de que a mulher e o barbudo armavam a confusão para tirarem proveito.

O bobo pela última vez foi ele, que nunca mais retornou àquele lugar e amadureceu. Aprendeu que os mortos não fazem mal. Tornou-se em um sábio na visão de seus filhos e da esposa com quem ficou casado por 59 anos, com muita felicidade.

O SEGREDO DA BIBLIOTECA

Finalmente Mariana foi chamada para trabalhar como pesquisadora em história na maior biblioteca pública do país, o que conquistou por concurso público, após mestrado e doutorado sobre a matéria.

De vendedora a pesquisadora, a jovem teve que trilhar um caminho muito difícil, algumas vezes ficando sem as refeições diárias para poder estudar com sucesso e nunca desanimava de pegar um trem e dois ônibus para ir e voltar de sua casa à faculdade.

Mas, valeu a pena, pois depois de enriquecer sua atividade sobre história do país e do mundo, se tornou alguém bem informada e atualizada, em condições de ocupar com galhardia o cargo para o qual havia sido convocada.

Delicada, jovem e bela, ainda tinha muito a conquistar e este trabalho, além de lhe dar o suporte financeiro adequado, ainda lhe permitia trabalhar naquilo que mais ama que é história, por pura vocação.

Desde a infância, lia e relia livros todos os dias e, quando podia, exercitava seu hobby que era fazer caminhadas e trilhas em matas.

No primeiro dia em que chegou ao velho casarão de três andares, em estilo clássico que lembrava os templos romanos, recebeu um jaleco azul, luvas e máscara.

Marco Antônio, um senhor robusto e sempre usando terno, após apresentá-la aos demais funcionários, levou-a até o porão, duas escadas abaixo do nível da rua. Abriu a porta, única existente, e disse à Mariana:

- Está vendo este enorme salão, com pouco ar, pouca iluminação, todo sujo, cheio de livros, documentos, móveis antigos, retratos e muita poeira? É aqui que você vai trabalhar, organizando, catalogando os livros, documentos e tudo que for encontrado. Pesquisar, arquivar e colocar nas estantes o que for necessário. Estas pilhas, montanhas de pilhas de livros e documentos são uma vergonha para nós. A limpeza também faz parte deste trabalho. Há mais de 80 anos que ninguém vem aqui, pois quando abre a porta sai correndo.

Mariana aceitou o desafio apaixonante. Não "correu do pau" como se diz na gíria. Arregaçou as mangas e começou a trabalhar só e com vontade. Ninguém para ajudar. Era ela e Deus. Não tinha escolha e o caminho escolhido era o único para quem começa um novo trabalho sem apadrinhamento.

Oito meses depois, grande parte do acervo já se encontrava arrumado como se desejava. Restava, apenas, aquilo que se encontrava no fundo do salão, entre móveis e estantes. Ela continuou seu trabalho minucioso, agora com mais facilidade, pois já se utilizava de ventiladores, água e material de limpeza. A pesquisa e organização dos bens

estava sendo um sucesso, apesar de ela sair todos os dias com seu jaleco com a cor marrom da sujeira.

Aos poucos foi chegando ao fim da sala, onde era possível avistar um velho baú acorrentado, o que a deixou bastante curiosa. Ainda não dava para chegar nele, pois era necessário remover os móveis que estavam na frente.

Tudo ali dentro era secular, e por isso muitos livros foram para restauração como móveis também. Documentos cuidadosamente foram colocados em pastas plastificadas preservando-os, e outros, já danificados, eram igualmente levados aos restauradores.

Enfim, Mariana colocou a mão no velho baú de madeira. Havendo corrente e cadeado jamais visto por ser muito antigo, chamou o profissional especializado que o abriu. Já era final do dia e, embora estivesse muito curiosa para saber o que havia dentro, preferiu aguardar o dia seguinte pela manhã para degustar a abertura e verificação da parte interna do baú como se estivesse saboreando um vinho.

Foi a primeira a chegar no outro dia. Foi até aquele baú como se estivesse recebendo uma chamada ou convocação. Foi o que sentiu, uma forte atração um pelo outro, tal como acontece nas missões especiais da vida.

Após fotografá-lo, começou a garimpagem, com luvas e com muito cuidado para preservar tudo que houvesse.

Não entendeu a razão daquela caixa de madeira ficar no canto escondido de todos e lacrado. Parecia algo misterioso a ser desvendado.

Logo que levantou a tampa, foi fácil identificar algumas aquarelas de Debret em viagem pelo país, o que se constituía, por si só, em algo fantástico.

Continuando, encontrou alguns documentos retratando tratados entre Estados e referentes às divisas, todos assinados. Foram encontrados documentos do Império de muita importância. No fundo, lá no fundo, o último dos documentos, um manuscrito de mais de cento e cinquenta anos, assinado por autoridades da época, que dizia algo incomum.

Este documento perdido na história, escondido e trancado se referia a algo especial. Dois escravos correndo atrás de bois numa fazenda da serra, de nome Pedra Azul, próximo à montanha de Tuã, do lado direito da tranquila nascente de água, teriam encontrado um ser não identificado que não falava e apenas gesticulava e brilhava. Que este ser teria colocado uma pedra ao chão como se lhe estivessem presenteando algo bom. Apontou para um desenho em forma de caracol que fez em pedra maior. De repente, o ser teria desaparecido sem deixar vestígios.

Os escravos, assustados, fugiram em galope e foram até o fazendeiro, um senhor de engenho muito bravo. Contaram o ocorrido. O dito fazendeiro levou os escravos até a autoridade pública competente que lavrou esse acontecimento.

O escrivão encarregado pediu para que todos voltassem um mês depois. Por isso, neste documento constou que eles não retornaram e o assunto foi arquivado por medida de recomendação de segurança do Império. Nada mais foi apurado, a não ser outra nota no rodapé de que o fazendeiro faleceu por infarto e os escravos retornaram às origens por navio.

Mariana ficou mais curiosa ainda do que já era e sentiu que tinha que desvendar tal mistério, inclusive por ter, um ano antes, caminhado próximo à referida Fazenda no interior do Estado, próximo à serra.

Entendeu que este segredo lhe cabia desvendar e ficou mais entusiasmada ainda.

No primeiro fim de semana, colocou sua roupa própria de caminhada, mochila, faca, corda, celular, demais apetrechos e seguiu até o tal lugar.

Lá chegando, começou a fazer a trilha que já existia. Olhou e observou que distante havia uma enorme pedra, como dito no documento e desviou-se da trilha para atingir aquele lado da serra.

Por volta das 15h, em dia bastante claro, encontrou o tal lugar. Mas nenhuma pista foi possível ver. Lembrou-se da nascente e rodou em volta da montanha. Finalmente a encontrou. Procurou o desenho de caracol e nada. Parou para comer e beber, deitando-se em seguida.

Fitando os olhos para cima percebeu uns arranhões na pedra lá do cume que a copa da grande árvore existente os encobria. Correu e chegou naquele desenho que era uma inscrição. Se era um ser que o fez e não era humano, poderia então ser um extraterrestre. Caminhou em volta e tropeçou numa pequena pedra que era a deixada pelo ser.

Uma energia positiva saía daquela pedra. Era o indicativo de que aquela pedra que veio do Universo poderia trazer a paz a toda a Humanidade. A felicidade foi logo se mostrando perante todos.

Aquela descoberta fez que o mundo todo parasse para contemplá-la. Passou a ser chamada de pedra da esperança, da paz e da felicidade.

Coube à Mariana descobrir esta verdade tanto tempo escondida. Provavelmente, se dito àquela época, poderia causar comoção social ou tumulto. No entanto, a descoberta veio em hora certa para o bem da Humanidade.

SIMPLICIDADE RURAL

Admiro a zona rural pelo canto do passarinho, as matas, os rios, a Natureza reinando tranquila com a simplicidade das pessoas.

Por isso, não me esqueço da minha infância e adolescência passadas nos finais de semana na fazenda de meu avô materno em Leopoldina, Minas Gerais.

A começar por ele, homem muito trabalhador, mesmo depois dos 80 anos de idade, saía cedo do lar e ia ver lavoura e gado lá no campo. Nas horas vagas, ao entardecer chamava todos os cachorros do terreiro e sentava-se no banco embaixo do pé de flamboyant vermelho. Em torno dos cachorros, a maioria vira-lata, ficava cantarolando antigas canções. Prestes a deixar o local, quase escuro, incentivava os cachorros a latirem alto, mas um latido demorado, como se estivessem uivando e cantando também.

Era uma festa deles que todos respeitavam. Os que mais se manifestavam eram "Bolinha", "Neném" e "Ted". Assim ocorria às tardes, normalmente.

Meu avô faleceu dormindo, de infarto fulminante. Ainda bem que não sofreu.

Dos cachorros, um morreu logo em seguida, pois sentiu demais a ausência de seu dono. Os outros, no mesmo horário da tarde, iam todos os dias ao mesmo local, e, como se meu avô lá estivesse, ficavam uivando bem alto. Parecia a presença dele naquele momento diante da ausência material.

E assim, os cães fizeram por muito e muito tempo, como lembrança de quem tanto lhes deu carinho.

Meu avô era daqueles antigos fazendeiros para quem a palavra empenhada valia muito mais do que qualquer documento assinado.

Certa vez, o fazendeiro das terras da divisa disse que um bezerro preto e branco pertencia a uma vaca da propriedade dele, o vizinho. Meu avô mandou-lhe recado dizendo que o bezerro pertencia à vaca do lado de cá, onde ele era o proprietário.

Um pequeno conflito ocorreu e foi resolvido da seguinte forma: as duas vacas foram colocadas no mesmo curral; em seguida soltaram o bezerro que correu para se amamentar na vaca que realmente pertencia ao meu avô. A discussão se encerrou ali, facilmente.

Nesta mesma fazenda, os empregados se reuniam domingo, depois do almoço, em um ambiente coberto e ficavam a prostrar. Num desses dias, passava lá longe da porteira o João, conhecido por João Mentiroso. Um dos empregados disse:

- Lá vem o João. É muito mentiroso. Tudo que diz é mentira.

Todos concordaram por unanimidade, pois só não falava verdade.

Ao passar, um deles o chamou:

- João, vem cá para contar uma mentira para nós e beber um gole de cachaça.

João, então, replicou passando a mão aflita na cabeça:

- Não posso gente! Estou indo visitar o compadre Djalma que acabou de ficar viúvo.

Todos saíram em correria para ajudar aos familiares da falecida.

A prosa acabou de repente. Era outra brincadeira de mau gosto.

Deixando de lado as reminiscências, a vida no campo para criança e adolescente passarem dias deveria ser obrigatória. Muito se aprende com a Mãe Natureza e com as simples e boas pessoas da zona rural.

Subir na mangueira, goiabeira, tomar banho de rio, conversar com os animais, tirar férias das redes sociais, vivenciar a vida comum comendo angu e verduras tiradas na hora, faz muito bem à saúde física e mental.

Para finalizar, lembro-me que, ao pescar com meus primos depois de jogar uma partida de futebol, tive uma boa surpresa no lago de águas rasas. Enquanto meus primos pegavam lambari e pequenas tilápias, uma traíra enorme pulou da água e foi parar na margem direita onde eu me encontrava. Peguei-a não com anzol, mas com as mãos.

Naquele dia senti-me como se fosse um herói de tenra idade.

TATUAGEM COMO MEIO DE PROVA

Prova é a demonstração da verdade através dos fatos. A persuasão racional dá liberdade de apreciar e valorar as provas vinculando o convencimento à fundamentação (art. 93, IX, da CF). Ressalva existe nas decisões tomadas no Tribunal do Júri, onde os jurados decidem por convicção íntima, exceção que se justifica em vista da soberania dos veredictos e sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, da CF).

A tatuagem, nas últimas décadas, tem sido importante prova de identificação do ser humano, embora a finalidade de sua realização seja outra. Não se deve descartá-la quando necessária e, por isso, somar-se às demais.

A arte pré-histórica mostra vestígios de povos que cobriam o corpo com marcas e sinais, embora a palavra tatuagem tenha origem do inglês “*tattoo*”.

No Brasil, há notícias de que as tribos indígenas já se tatuavam, mas a tatuagem artística teria chegado no início da década de 60, através do dinamarquês Knud Gregersen, que utilizava uma máquina própria e desenhos catalogados.

Hoje parece um costume de muitos, de todas as idades e dos diversos segmentos da sociedade, fazendo no corpo verdadeiras pinturas.

Quando presidi o Tribunal do Júri de Niterói, foi realizado um julgamento bastante emblemático pelo trauma causado. Versava o fato sobre homicídio e tentativa de homicídio contra dois jovens que, dentro de um automóvel, desciam, na madrugada, a estrada conhecida como “Garganta”, da Região Oceânica em direção ao Centro.

Havia um bloco de carnaval atravessando e se encerrando na rua e o carro ficou bloqueado. Dentre aqueles que festejavam, havia um grupo composto de cinco homens e uma mulher.

O líder reconheceu, erroneamente, dentro do veículo, que seriam policiais, tanto o motorista quanto o passageiro. Foram então retirados e levados para o alto do morro, ficando de cabeças baixas, perante as pessoas que dominavam o tráfico de drogas no lugar. Lá, desferiram disparos de arma de fogo nos dois inocentes, enterrando-os em valas rasas.

Uma vítima morreu imediatamente. A outra, mesmo soterrada e com um projétil na barriga, acordou a tempo, e vendo que estava sob a terra procurou sobrevivência, saindo do buraco. Rastejando e perdendo sangue, sabedor que os transgressores não mais estavam na proximidade, foi parar num canto da estrada onde passava uma criança que chamou a mãe e esta acionou a Polícia Militar que o levou ao hospital.

Felizmente, o jovem bastante forte sobreviveu e pôde contar a tragédia. Lembrou que o chefe era um “rapaz gordo, e que na batata da perna havia uma tatuagem

de um rosto de Pierrot”. Disse que não viu nenhum dos bandidos, pois tinha que ficar olhando para baixo e, por isso, era possível ver apenas a tatuagem.

As Polícias Militar e Civil agiram em conjunto e, com muita capacidade, logo prenderam o grupo e o chefe, aquele da tatuagem de Pierrot.

Sucederam-se as audiências até o julgamento. Como o acusado sempre comparecia de bermuda, a defesa não se opôs a que ele se levantasse e mostrasse as panturrilhas. Havia, de fato, uma tatuagem, mas de um dragão e não de um Pierrot.

Soube-se que dentro do presídio ele a teria transformado em um dragão com ajuda hábil de terceiro conhecedor da arte. Só que, os olhos do Pierrot, tão bem pintados, permaneceram no corpo do dragão, o que era perfeitamente notado por qualquer cidadão comum.

Perícias foram realizadas, constatando a transformação. Posteriormente realizou-se o Júri. A sentença condenatória, de acordo com o veredicto dos jurados, foi justa e razoável para afastar os inimigos da sociedade para bem longe e por muito tempo, até que sejam ressocializados.

Assim, a tatuagem tornou-se meio de prova utilizado naquele julgamento, de forma lícita e com as cautelas legais, considerando que o acusado negava a acusação. A Justiça foi realizada e os responsáveis punidos.

Enfim, a finalidade da tatuagem é algo muito pessoal para quem a faz. Realizada, torna-se um fato, com vantagens ou não. É uma questão de momento e de fase da vida. Juridicamente, tornou-se mais uma prova à disposição da verdade e da Justiça.

Como Desembargador, fui relator de processo envolvendo este tema. Tratava-se de mandado de segurança contra decisão administrativa que reprovou o candidato no exame médico de concurso por possuir tatuagem no corpo.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu recentemente a inconstitucionalidade da proibição de tatuagens a candidatos a cargo público estabelecida em editais de concurso público, fixando a seguinte tese: “*Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais*” (RE 898450 RG, Relator: Min. LUIZ FUX).

Apesar da vedação de tatuagem estar prevista no edital do concurso, no caso concreto ela não ofendia *a honra pessoal e o decoro do policial militar, nem cultuava violência e nem fazia apologia ao crime, além de não ser discriminatória, preconceituosa ou atentatória à moral, aos bons costumes e à religião.*

A exclusão do candidato em razão de tatuagem naquelas circunstâncias mostrou-se ilegal, na medida em que a idoneidade moral do autor deve ser avaliada na

fase de investigação social, não se podendo presumir que o simples fato de ter o candidato tatuagem no corpo implicaria incapacidade moral para o preenchimento do cargo.

A exclusão realizada pela Administração não condiz com a finalidade do certame ou com o exercício do cargo disputado, violando o princípio constitucional da isonomia, em virtude da flagrante discriminação de candidatos que tenham tatuagem em seu corpo.

Além disso, é importante lembrar que, se não há lei restringindo o acesso de pessoas com tatuagem a cargos públicos, não pode um edital criar tal limitação.

Não se pode aferir o caráter de um cidadão simplesmente por possuir tatuagem no corpo. Também não se pode excluí-lo de ingressar na carreira se aqueles que lá já se encontram não obedecem às regras do edital, sendo fato público e notório que muitos servidores dos quadros da Polícia Militar trazem em seus corpos diversas tatuagens.

Afinal, é o homem quem faz a tatuagem e não a tatuagem que faz o homem.

Lembro que este litígio foi encerrado com a procedência do Mandado de Segurança para que o candidato prosseguisse nas demais etapas do certame, por ser de direito e justiça.

OS IDOSOS

Quando exercia a função jurisdicional perante a Terceira Vara de Família de Niterói, o que fiz por cerca de 13 anos, chamava minha atenção os inúmeros litígios envolvendo os idosos, especialmente, quando se tratava de interdição de pessoas já acamadas.

Isso pessoalmente em cada lugar onde o interditando se encontrava, para ter a impressão pessoal, caso ele não pudesse ir até o Juízo. Fazia costumeiramente por ser importante e legal.

Certa vez, um interditando era disputado por todos os familiares, companheira, ex-esposa, filhos, filhas e genros. Teria que definir quem seria o melhor curador.

Examinando os autos constatei que o contracheque dele era em torno de R\$ 60.000,00 líquidos, em virtude de diversas acumulações que foram incorporadas ao longo da vida profissional, além de ser ex-combatente na Segunda Guerra Mundial.

Por decisão da Presidência da República à época, e exatamente quando estava para escolher o curador, foram reduzidos os proventos e vencimentos de todos para o patamar do chamado teto salarial. O interditando passou, então, a ganhar líquido a terça parte, que dava apenas para cobrir as despesas da casa, as duas cuidadoras, remédios e consultas médicas.

Marcada e realizada a audiência, todos os pretendentes a curador declinaram do encargo, sem motivo justificável.

Coube a uma moça criada na casa, como se filha fosse, aceitar administrar e cuidar do querido padrinho, sendo a melhor opção para a responsabilidade.

O desrespeito aos direitos dos idosos ocorre com frequência, quando deveriam ser os primeiros a terem a respeitabilidade dos mais jovens.

Existe o Estatuto do Idoso, impondo maior proteção estatal, consoante consagrado na Lei 10.741/2003, norma de vocação constitucional e, portanto, de observância obrigatória. Some-se ainda que alguns ainda possuem deficiência por conta da idade ou doença e, para tanto, existe a proteção consagrada na Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A Dignidade da Pessoa Humana é um princípio constitucional que deve estar presente o tempo todo perante o trato diário com o idoso, a ser sempre respeitado, com carinho e amor.

Os idosos são aqueles que abrem o caminho do futuro para os mais jovens e assim sucessivamente. Aquele que desrespeita os idosos deve se lembrar que um dia será um deles também.

PNEU FURADO

Fui Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro por 10 anos e quase por todo o tempo em Itaboraí, município bem próximo do Rio de Janeiro e Niterói, sendo um lugar que só me trouxe felicidades. Quando me lembro daquela cidade vem um sentimento de alegria pela terra e as pessoas que lá conheci.

Trabalhava grande parte do tempo em litígios de família, tais como, alimentos, separação, divórcio, guarda de menores, modificação de cláusulas, regulamentação de visitas, destituição do poder familiar e homologação de acordos. Eram maridos discutindo com as ex-mulheres, pais contra os filhos e vice-versa. Às vezes, atendia na parte da manhã mais de 50 pessoas, e à tarde fazia as audiências.

Ali aprendi que, em matéria de família, o litígio deveria sempre terminar em acordo, pois são parentes se desentendendo, mas que antes foram amigos, amados e queridos.

Havendo litígio com vencedor no julgamento, na prática, a verdade é que todos foram vencidos, inclusive o juiz de direito, que possivelmente não teve a habilidade e paciência para resolver a questão.

Excepcionalmente, a sentença para resolver a contenda torna-se a única opção. Mas é o acordo em família a melhor vitória. Sempre vi na transigência de ambas as partes a forma ideal do litígio se encerrar para sempre, não gerando em novos confrontos.

Muitas vezes ficava uma hora e meia dialogando com o casal procurando um acordo, enquanto para redigir uma petição inicial me exigiria apenas 20 minutos. Sempre acreditei na arte de transigir, inclusive, na partilha de bens. Nunca ingressei com uma ação judicial sem procurar ouvir a outra parte e advogado dela. Somente depois de todas as esperanças esgotadas aumentava a estatística judicial dos litígios de família.

Certa vez, compareceu uma jovem mãe com seu filho de seis anos, pretendendo fixar residência no Japão. O rosto dela já dizia que era descendente de japoneses, tal como confirmado pelos documentos trazidos. Disse-me que estava desempregada, morando de favor e desesperada por não ter ninguém que pudesse ajudá-la. Seu filho estava desamparado, sem poder comprar material escolar, comida escassa, e pior, os pés precisavam de caras botas ortopédicas que ela não tinha condições de comprar. Se não fosse tratado, o filho ficaria com as pernas atrofiadas.

Indaguei sobre o pai. Disse-me que era alguém de pouquíssima responsabilidade, não trabalhava e ainda ficava fazendo confusão nas poucas vezes que aparecia. O menino tremia ao vê-lo pelos gritos que proferia.

Convidei-a e ele para realizarmos uma pequena reunião na parte da manhã de uma quinta-feira. O pai realmente era pessoa de difícil conversa, bastante prepotente e ao

mesmo tempo ausente na criação do filho. Expus a situação a ele que se manteve intransigente. Não concordava com a transferência do filho para o Japão, onde moraria com os avós maternos que haviam retornado cinco anos antes e já estavam estabilizados.

Perguntei se ele poderia pagar pensão alimentícia e respondeu-me com um deboche, dizendo que tinha outros filhos e compromissos e caberia à mãe “se virar”.

Encerrada a reunião, estava eu diante de um daqueles casos que não tem outra solução do que procurar o caminho da Justiça.

Ingressei com a ação própria pedindo também um alvará judicial para que a mãe pudesse viajar com o filho menor, sem autorização do pai.

Foram realizados exames psicológico e de assistente social que concluíram que o menor queria muito ir e viver junto dos avós.

A documentação tanto da mãe como do filho estava toda regular.

Marcada a audiência, reiterou o pai não permitir que o filho deixasse o Brasil e ao mesmo tempo confirmou que não cumpria seu dever paterno, tampouco visitava a prole.

À conclusão para sentença, veio a surpresa do processo. O Julgador negou o pedido, julgando-o improcedente.

Recorri ao Tribunal de Justiça, alegando que o direito de ir e vir da mãe ficou cerceado, pois ficou presa em um lugar pela vontade do pai. Sustentei que o laudo das peritas havia sido favorável. Argumentei, ainda, que a vontade do menor em idade viabilizadora de querer e entender conduzia seu destino a seguir a mãe e juntar-se aos avós. Da mesma forma, destaquei a necessidade do menor de colocar botas ortopédicas, de estudar com dignidade e ser feliz onde fosse possível ser, realizando os seus sonhos. Por fim, lembrei aos Julgadores de segundo grau que o pai era alguém ausente e de baixa responsabilidade.

Felizmente o Tribunal reformou a sentença e a mãe e filho puderam viajar ao Japão, conseguindo o valor da passagem com vizinhos e a venda dos objetos que guarneciam o lar.

Anos depois, uma vizinha dela me encontrou na porta do Fórum e disse-me que havia recebido uma carta em que a mãe se dizia muito feliz ao lado do filho e ele mais feliz ainda. Prevaleceu o melhor interesse da criança.

Após narrar este fato verídico, gostaria de narrar um outro também verídico que aconteceu exatamente no dia que essa mãe compareceu a primeira vez na Defensoria Pública, numa quinta-feira.

Era inverno e, após um dia de intenso trabalho, retornei a minha casa em Niterói, fazendo o trajeto de sempre, dirigindo um simples veículo passando por Manilha, distrito de Itaboraí e conhedidamente um tanto violento.

Logo depois que passei pela parte principal de Manilha, o pneu do meu automóvel furou. Naquela época os pneus não duravam tempo nenhum depois do furo com prego. Já estava escurecendo.

Encostei imediatamente o automóvel e tirei o paletó. Comecei a subir o carro com o macaco e, todo suado, estava tentando tirar a roda.

De repente vi duas pessoas seguindo em minha direção. Um que parecia idoso e outro mais jovem. Fiquei preocupado. Tinha a certeza de que seria assaltado. Eles olhavam para mim e seguiam na minha direção até que ficaram a três metros de distância.

Bastante assustado, certo do assalto, fiquei surpreendido quando o mais idoso disse:

- O senhor não é o Dr. Peterson? Foi o senhor que fez a guarda e responsabilidade de meu neto. Pode deixar com a gente que nós acabamos de fazer o serviço.

Agradei a ambos, entrei no automóvel e fiz a viagem mais tranquila da minha vida.

CONVERSA DE BAR

Sempre tive a alegria de morar no Estado do Rio de Janeiro, mas sempre gostei de passear na Bahia, das praias desertas e maravilhosas. Preferia ir de automóvel do que via aérea, e parava nas principais cidades que margeavam a estrada.

Certa vez, fui visitar um amigo pintor de quadros que estava passando uma temporada em Vitória da Conquista, sua terra natal. Seu nome era Adelson do Prado.

Coincidentemente havia festa na região e um leilão de objetos de arte tinha sido marcado e foi realizado no centro da cidade, para o qual fui convidado por meu amigo.

Vi sendo arrematados muitos móveis, quadros, pratos brasonados e prataria.

Não quis comprar nenhum dos quadros do amigo Adelson, pois ele já havia me fornecido os melhores na véspera, em consideração a quem sempre prestigiou sua pintura desde quando ele era um desconhecido.

Mas, algo me chamou a atenção. Um pequeno criado muito antigo. A parte debaixo tinha um compartimento que antigamente era usado para colocar coisas como o pinico. Na parte de cima, havia uma gaveta e por cima uma pedra mármore italiana de cor amarela e com traços rosados, muito interessante. Esse criadinho de cabeceira devia ter mais ou menos sessenta ou setenta centímetros.

Como dito, bastante antigo, com as portas emperradas e precisando de restauração. Imaginei que, se o comprasse, poderia colocá-lo na cabeceira de uma das camas da minha casa.

Minha mulher à época disse-me para não comprar coisa velha, e aquela era velha demais.

Como estava em uma caminhonete de carroceria, não seria difícil levá-lo, se arrematado.

Pois bem, ninguém fez lance e eu o arrematei pelo preço da base.

Despedi-me do amigo e segui viagem para a Chapada Diamantina, fantástico e misterioso lugar que sempre vou me lembrar com muita satisfação.

Enquanto minha mulher fazia compras na cidade próxima onde havia muitos turistas, inclusive estrangeiros, sentei-me num pequeno bar. Ao lado da minha mesa estavam dois compadres conversando e, naturalmente, sobre a cachaça que eu provava, eles teceram bons comentários:

- Essa é da boa, patrão!

E assim, fizemos uma rápida amizade, razão pela qual surgiu uma história que me marcou.

Contou um deles que o Joaquim, amansador de cavalos, teria enlouquecido. Foi acusado de estuprar as três filhas do seu casamento com Raimunda. Descoberto, as pessoas do povoado se revoltaram e o pegaram. Amarraram-no com as nádegas para cima em um poste de madeira caído e inclinado do chão. Pegaram um dos cavalos que ele cuidava e instigaram o cavalo em cima dele, na parte inferior de seu corpo. O animal parece haver gostado e acabou por subir nele como se fosse uma égua. O fato seria verdade, pois Joca, como era chamado, foi parar no hospital e teve que dar vinte e poucos pontos nas nádegas. Posteriormente, Joca foi processado, condenado e preso.

Para não dizer que só lá na Bahia existem histórias incomuns, fizemos outra rodada da aguardente e contei-lhes uma que ouvi no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Era a história de um senhor, fazendeiro rico, de muitas terras, mas conhecido pelas maldades que fazia com alguns empregados em sua fazenda, uma vez por mês. Reuniões macabras com sacrifício de animais, restando sangue por todo o terreno.

Certa vez, nessa mesma reunião mensal, pegaram uma criancinha dos braços de uma mãe e, na madrugada, a sacrificaram. Foi algo terrível.

A população, ao saber do fato, ficou muito furiosa e se rebelou contra aquele fazendeiro até então o mandante. Ele foi preso e ficou dentro de uma pequena delegacia policial da cidade do interior.

Também na madrugada seguinte, uma multidão se posicionou em frente ao estabelecimento prisional, mandando os demais presos e policiais saírem do local, o que foi feito, sob forte ameaça. Só ficou o fazendeiro.

Em seguida, colocaram fogo no lugar e ele morreu queimado com a delegacia desintegrada ao chão. Foi uma justiça coletiva feita com as próprias mãos.

Isso não foi bom nem legal, pois ninguém ficou sabendo dos detalhes, nem mesmo se o mau fazendeiro seria mesmo o culpado. Enfim, esse foi um fato verdadeiro ocorrido cujos detalhes foram perdidos na memória.

Meus novos amigos ficaram tão assustados como eu com os casos narrados, muito tristes e, infelizmente, distantes da Justiça e da Lei que devem ser sempre respeitadas.

Espero sinceramente que as autoridades públicas atuais se tornem mais presentes, fiscalizando e protegendo as pessoas da maldade alheia, sejam elas de pequenas ou grandes cidades, já que todos possuem igualmente o direito à integridade.

Retornando a Niterói, feliz com a viagem, levei aquele criadinho de Vitória da Conquista para um marceneiro conhecido, habilidoso com o conserto de móveis de madeira de vinhático, bastante honesto.

Telefonou-me ele para ir lá dois dias depois. Perguntei se já estava pronto. Ele disse que não, mas precisava conversar comigo. Ao encontrá-lo, veio ele segurando três moedas de ouro estrangeiras, muito antigas. Disse que as achou no fundo do compartimento de baixo do criado, onde a porta estava emperrada.

Procurei saber por meio de telefone, em contato com o leiloeiro, sobre a procedência daquele pequeno móvel. Ele ouviu dizer que saiu de uma fazenda de café que não sabia onde.

Assim sendo, continuei minha vida bem leve pelo descanso e tranquilidade do passeio.

INDIGNAÇÃO

A população, de um modo geral, tem sofrido cada vez mais pelas dificuldades que lhe são impostas por todos os flancos.

A paciência e o equilíbrio das pessoas acabam por ser substituídas pelo nervosismo e desgaste físico e mental, muitas vezes desnecessários. Não bastasse a crise econômica e social, ainda temos que conviver com aqueles que detêm o poder de forma incoerente, impondo ao cidadão obstáculos pequenos e grandes.

Hoje, pagava em Niterói o IPTU de um sítio de minha propriedade no Município de Teresópolis, no valor em torno de R\$6.000,00, em cota única.

Primeiramente tentei fazê-lo por meio do aplicativo do Bradesco, não obtendo êxito.

Reexaminando o boleto, observei que só poderia ser pago no Banco Itaú, Lotérica, Santander e Caixa. Então, dirigi-me às 10h da manhã ao banco de Itaipu e, após a costumeira fila, consegui falar com o bancário do caixa.

Disse-me que infelizmente não poderia fazer o pagamento, embora o meu dinheiro estivesse ali depositado. Explicou que o boleto somente poderia ser pago no caixa eletrônico ou então na Lotérica. Eu, então, ponderei que no caixa eletrônico não seria possível porque meu limite para pagamento era de R\$2.000,00.

Ele, bancário, sem qualquer outra informação e sem tecer nenhuma atenção ao consumidor disse que não era possível. Ato contínuo, saquei em dinheiro o valor total do débito, saindo do banco e dirigindo-me à Lotérica 2km distante.

Lá chegando, ao apresentar o dinheiro com o boleto, a funcionária informou que não poderia fazer o pagamento, pois ultrapassava o valor de R\$4.000,00.

Em seguida, dirigi-me ao Santander mais 2km distante novamente. Entrei no banco, a fila era imensa e por isso retornei.

Depois de 4 horas de idas e vindas, consegui fazer o pagamento na agência da Caixa Econômica em Icaraí.

Toda essa dificuldade foi gerada pela insensatez da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Teresópolis, que impõe regras ao contribuinte que precisa lutar para cumprir com sua obrigação.

O banco, por sua vez, jamais deveria negar o pagamento de um boleto se realizado em dinheiro. A limitação da Lotérica a torna ineficiente.

Depois que perdi parte da manhã e da tarde, sem almoço e suado, consegui chegar ao meu trabalho.

Fiquei pensando se nessas idas e vindas com dinheiro em espécie poderia ocorrer a chamada “saidinha de banco”, tal como já ocorreu anos atrás com um advogado e delegado aposentado na calçada de um banco em Itaipu onde eu fiz a peregrinação. A resposta certamente seria sim.

Continuando a reflexão, se vítima de um latrocínio, como já havia ocorrido, o que se passaria na cabeça das pessoas que erroneamente levam o cidadão a se prejudicar para fazer um pagamento.

Se o pior tivesse acontecido comigo, como aconteceu com meu amigo, ele vítima fatal, provavelmente o senhor secretário do Município de Teresópolis, se soubesse do fato pela imprensa, apenas diria: “coitado”. O banqueiro sequer diria algo, pois estaria usufruindo do exorbitante lucro no exterior e a notícia não chegaria até lá.

A todos aqueles que dificultam indevidamente a vida do cidadão de bem, eu desejo que a consciência deles fique bem pesada e tumultuada, pois a perversidade deve ser substituída sempre pela expressão "bem servir".

Sou um homem trabalhador e idoso. Não posso aceitar absurdos como esse, que causam indignação. Não queria receber, apenas pagar.

Narro este fato no intuito de que um dia os serviços sejam aperfeiçoados em favor da sociedade já cansada e esgotada.

JUSTIÇA RESTABELECIDA

Dois trabalhadores de Goiânia dividiam o mesmo quarto da pensão e, por bom período, chegaram a ser amigos. Eram Ronaldo e Rafael, com a mesma faixa etária e parecidos em ideias e ideais.

Em Niterói, um deles cometeu um crime brutal e sumiu. Na investigação policial que seguiu as pegadas do criminoso, soube-se que se tratava de alguém de nome Rafael. Decretada a prisão deste, foram expedidos ofícios de praxe para diversos departamentos públicos.

Anos depois foi preso Rafael quando providenciava sua carteira de habilitação de motorista. Levou um susto. Disse que era inocente e nunca havia prejudicado quem quer que fosse. Preso estava, preso ficou, e a transferência dele para o distrito da culpa foi realizada. Três meses depois, compareceu ele escoltado por muitos policiais como se fosse perigoso.

Perguntado sobre o crime, negou a autoria. Reiterou sua inocência, inclusive, de nunca ter vindo a Niterói antes.

Juiz, Promotor e Defensor Público suspenderam a audiência e conversaram a portas fechadas, considerando a exatidão das respostas do acusado.

Retornando ao julgamento, disse ele ao Juiz que a única situação estranha que teria ocorrido foi a perda de sua carteira de identidade há alguns anos, tirando segunda via posteriormente.

A experiência dos três profissionais do Direito levou à nova suspensão da audiência, sendo certo que as testemunhas não o reconheceram por ter sido o fato ocorrido à noite ou pelo decurso do tempo.

Foi preciso trabalhar com bastante celeridade e constatou-se oficialmente que Rafael requereu e obteve segunda via de sua carteira de identidade no Estado de Goiás, sendo que o fato criminoso ocorreu depois.

Muitas vezes é preciso a ajuda de uma Luz Divina para desvendar casos emblemáticos. Alguns a chamam de intuição, outros, de experiência profissional. E ainda há aqueles que acham que não é uma coisa nem outra, mas o minucioso estudo do caso jurídico, com bom senso e senso de Justiça.

Veio a folha penal de Rafael e foi possível verificar que ele havia cometido outros crimes, e que se encontrava preso atualmente em São Paulo. Solicitada a cópia da carteira de identidade desse preso, constava o mesmo pai, mãe e data de nascimento do preso de Niterói.

Em trabalho de raciocínio hercúleo chegou-se à conclusão de que o cidadão Rafael preso em São Paulo era o mesmo Rafael que cometera o crime em Niterói. Só que o verdadeiro nome do bandido não era Rafael e sim Ronaldo. Este havia furtado na pensão de Goiânia a documentação do inocente Rafael.

Ato contínuo e imediato, foi a expedição de alvará de soltura do verdadeiro Rafael. Em seguida, fez-se a transferência de Ronaldo para responder pelo crime praticado em Niterói, bem como, foi autorizada a substituição do nome nos demais processos.

Nova amizade deve ser bem pesada e sopesada. Bom comer um saco de sal com a pessoa para poder chamá-la de meu amigo. Enquanto isso, a prudência será sempre muito bem-vinda.

SAUDADE

Meus avós paternos vieram do Líbano para o Brasil fugindo após a Primeira Grande Guerra Mundial e fixaram residência no interior do Estado do Rio de Janeiro, o que fizeram graças a uma carta escrita por um primo dizendo da felicidade brasileira.

Vieram no porão de um navio, com fome e sede e tiveram dez filhos. Na última gravidez que estava por nascer meu pai, meu avô paterno faleceu. Coube aos filhos mais velhos, assumirem a casa, bem como o sustento de toda família e do meu pai que acabara de nascer.

Muitos anos se passaram e todos prosperaram, sob o olhar atento da matriarca. Meus tios estabeleceram um comércio de produtos em atacado. Meu pai, já com dezoito anos, passou na Faculdade de Direito de Niterói e conciliava os estudos com o trabalho de motorista de um velho caminhão.

Trazia arroz, feijão, cachaça e verduras às regiões urbanas para venda. Recebia o valor dado pelo meu tio e saía ele, meu pai, parando o caminhão em cada bairro à procura de comprador. Não era difícil encontrar quem comprasse. O difícil era convencer o irmão de que poderia vender.

Com uma incrível demora, conseguia telefonar para o irmão e perguntava:

- Posso vender pelo preço que você me deu?

E o irmão dizia do outro lado da linha:

– Não, está barato. Eu dei o preço abaixo. Se foi fácil encontrar comprador é que vale muito mais. Tente aumentar o preço.

Depois de muitos telefonemas, meu pai passou a tomar a frente do negócio. Não mais telefonava e vendia o carregamento, retornando em seguida. Enquanto isso, estudava.

E assim ocorreu durante o tempo em que estive na Faculdade até que se formou.

Com o diploma na mão, olhou encabulado para minha avó e perguntou:

- E agora mamãe?

Ela não pensou duas vezes e mandou-o ir ao Fórum de terno e gravata.

Mas Santo Antônio de Pádua sempre foi terra de bons ou ótimos advogados. De lá saiu um grande advogado, depois Juiz de Direito que veio a ser presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Plínio Pinto Coelho. E assim, em lugar de bons advogados, quem daria causa para um novato?

Enfim, a primeira causa surgiu. Era fazer a defesa de um acusado no júri. Fez uma grande defesa, absolveu o acusado e então passou a ser conhecido como advogado e não mais caminhoneiro.

Advogou para muitos fazendeiros, como para pessoas humildes e acabou por ganhar boa reputação profissional. Naquela época, não havia especialização, e era preciso advogar causas cíveis, criminais, trabalhistas, administrativas e de família.

Lembro-me que meu pai advogou para um fazendeiro muito sabido, mas por ser sabido demais, não deveria ter recebido a atenção que lhe foi dispensada. Este fazendeiro comprou gado de todos na redondeza e os vendeu. Logo em seguida desapareceu. Os credores queriam que meu pai desse conta da dívida do cliente.

Com habilidade e muita coragem, mostrou a todos que não havia nada, absolutamente nada, que pudesse vincular a atitude do fazendeiro com o então advogado que sequer sabia para onde ele teria ido. Anos depois, soube-se que aquele ex-cliente se tornou um grande fazendeiro no interior do Espírito Santo.

Não enriqueceu na profissão, pois tinha que advogar gratuitamente para os eleitores de seu irmão mais velho que era deputado estadual e para o outro que era vereador. Mas ficou bastante conhecido e querido.

Meu pai continuou seguindo reto na advocacia. Foi nomeado Promotor de Justiça, Defensor Público e por mais de 30 anos exerceu a função de Procurador do Estado.

Já na velhice, conversava pouco e não se importava que lhe dessem razão. Fazia o que teria que ser feito ao seu modo sem se preocupar com os outros.

Dedicou-se à administração de sua fazenda em Leopoldina, Minas Gerais, que não fica distante de Pádua. Continuou bastante valente, tal como ocorreu certa vez.

Dita fazenda fica margeando a Estrada Rio-Bahia e, em um dia de domingo de verão, com muito sol, parou em frente da propriedade uma Kombi com um time de futebol que iria jogar em Além Paraíba. Todos desceram para urinar.

Com uma brincadeira de péssimo gosto e infeliz, aqueles que estavam fumando atearam fogo no capim seco de propósito. A queimada se alastrou e a Kombi fugiu com seus ocupantes. Meu pai que se encontrava lá, sabedor da situação, mandou os empregados fazerem um acero para conter o fogo.

Entrou no carro só com uma velha espingarda e foi atrás da Kombi que havia feito uma parada no posto de gasolina. Sozinho contra a turma irresponsável do futebol, disse das consequências daquilo que fizeram e mandou que retornassem para ajudar a ele e aos empregados.

O time de futebol não teve outra escolha e se fez ausente da partida. Perguntou um deles como foram descobertos, e um dos empregados mais antigos respondeu: *“parede tem ouvidos e a mata tem olhos”*.

Mas existiram momentos de medo como todo ser humano. Nesta mesma fazenda, o administrador dizia não ser mais possível manter um touro bravo no pasto, pois ele arrebatava todas as cercas atrás das vacas, pisava nos bezerros e teria se tornado um desespero, um perigo a todos, inclusive, atacando os empregados a cavalo.

Decidiu-se, então, sacrificar este animal feroz chamando o açougueiro. O bicho foi atraído por duas novilhas e acabou entrando e preso no curral. O açougueiro providenciou a morte do animal, o que fez com muita dificuldade e nervosismo.

Caído ao chão, todos se tranquilizaram e ficaram ao redor daquele bravo animal, inclusive, meu pai.

De repente, quando mexeram na cabeça do feroz, ele se levantou, passou a pular e correr contra todos. Meu pai, aos 83 anos de idade, salvou-se pulando a cerca de tábuas do curral com muita pressa e destreza. Depois, já tranquilos e reunidos, debochavam um do outro quem foi o mais medroso.

Não conheceu seu pai e ao mesmo tempo foi o melhor pai do mundo.

Sempre notei algo especial nele. Quando fazia favor para alguém ou ajudava com valores ou então com serviços profissionais não cobrados, procurava esquecer o que fez e não tocava no assunto.

Carregava a fotografia de seu pai na carteira e era uma pessoa muito grata. Queria crescer e ao mesmo tempo proporcionava a quem estava próximo dele as mesmas oportunidades e caminhos.

Passeando em Pádua há pouco tempo, as pessoas que me reconheciam não se referiam a mim como desembargador, mas “este é o filho do Pedro Simão”, o que me deixou muito mais feliz.

A DIFÍCIL TAREFA DE DOSAR A PENA

Se existe uma dificuldade na realização de um Júri, para o juiz de direito, é a dosagem e a fixação da pena de forma justa e equilibrada, com responsabilidade e de acordo com as circunstâncias judiciais.

Certo dia, entrou em pauta um julgamento envolvendo uma jovem de apenas 18 anos de idade que veio a estrangular e matar um rico empresário, após uma bebedeira.

Condenada, seria fácil redigir uma sentença aplicando a pena máxima de 30 anos, pois o Código Penal assim autoriza, de 12 a 30.

De um lado, o Promotor e Assistente de acusação pretendendo uma pena exemplar, juntamente com os familiares da vítima. De outro, a própria acusada, seu Defensor e os familiares dela torcendo e trabalhando por uma pena mínima.

Embora tivesse que proferir a decisão em público que esperava e a imprensa que gostaria de fazer a cobertura, não tive pressa e utilizei o tempo necessário para pensar. Assim, tranquei-me só no gabinete e fiquei refletindo.

Como dito, a condenação já era um fato consumado reconhecido pelos jurados. Restava a aplicação da pena, o que se tornou difícil pela peculiaridade do caso. Seis meses antes do fato criminoso, ela sequer estaria ali e sim no Juizado da Infância e Juventude em vista da menoridade.

Fui em busca de maior convencimento dentro do próprio processo, relendo os depoimentos de testemunhas e da própria acusada. Verifiquei que o empresário ficava aguardando-a na porta do colégio onde estudava. Se ela não entrasse no carro dele, ameaçava pegar o revólver.

Observei que no dia do fato ele, vítima, providenciou uma enorme compra de bebidas. Finalmente, pude ver mais claramente que a acusada embora esclarecida e bem informada, sofria com a vida tumultuada que levava por conta das infelizes atitudes da vítima. Além disso, como pessoa bem mais velha, a vítima deveria dar o bom exemplo à jovem e fazia exatamente o contrário.

Por isso, todos esperavam a pena a ser aplicada na extremidade, ou seja, em 30 anos.

Mas o magistrado não deve nunca se preocupar, em sua atividade jurisdicional, com a opinião dos outros, o clamor público e nem tampouco com a mídia. Sua consciência e as provas estão em primeiro lugar.

Finalmente, passei à leitura da sentença. Dediquei boa parte das razões que me levaram àquele raciocínio penal, ao mau comportamento da vítima, pessoa madura que vivia prejudicando a jovem ré.

Apliquei a pena em 17 anos de reclusão. Considerando a atenuante de ser a acusada menor de 21 anos, fiz a redução de 2 anos, tornando a pena definitiva em 15 anos de reclusão, em regime fechado.

Fui bastante criticado sob o comentário de que deveria ter sido “mão pesada”, o que não me abateu, pois o que pretendo em todas as minhas decisões é ser justo.

Sempre imaginei que a pena deve ressocializar e não exterminar a acusada, de forma física ou mental, permitindo que permaneça uma luz no fim do túnel para que a esperança continue pulsando.

Quando penso neste julgamento, pois muitos nos acompanham até a eternidade, tenho a certeza de que o meu raciocínio jurídico foi acertado, apesar das respeitáveis opiniões em contrário.

REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

Pai e mãe vivem em boa harmonia criando e educando seus filhos, como é normal de acontecer. Entretanto, um motivo surge, vai tomando dimensões insuportáveis e o casal acaba se separando. Cada qual segue o seu próprio rumo em sua nova vida de solteiro.

Quando não existe prole, tudo é feito com tranquilidade, geralmente.

Mas, havendo filhos, é preciso ter bastante sensibilidade para que eles não se tornem a flor que fica no rochedo que a onda do mar bate a todo instante.

Primeiramente, é necessário que ambos os pais tenham a certeza do que se refere e importa o princípio do melhor interesse da criança, ou seja, acima dos interesses, vaidades e escolhas dos adultos, encontra-se em destaque maior o que fará bem ao impúbere, lhe trará equilíbrio e disposição para ser feliz, continuar estudando e tendo bom aprendizado na formação de sua personalidade.

Se paixão, ressentimento e vingança entre os ex-cônjuges se fizerem presentes, dificilmente haverá paz. Então, a melhor proposta é que, após separado o casal, o perdão seja mútuo para que possam, em lares diferentes, criarem os filhos de forma saudável. Isso requer calma, paciência, prudência e respeito, principalmente a eles, filhos.

Ocorrendo este entendimento entre os pais, tudo continua razoável e a criação dos filhos torna-se a cada dia mais prazerosa, como um presente de Deus.

Infelizmente, muitas vezes o contrário é que acontece, sobrecarregando a criança física e mentalmente. Fica ainda pior quando alguém ingressa com a ação de alimentos e existem bens a partilhar.

Nas audiências que eu realizava em litígio de família, era possível encontrar fatos surpreendentes: Uma criança, que de 15 em 15 dias, ficava aguardando o pai aos domingos das 9h às 18h, e ele chegava uma hora antes do término da visita, gerando aflição e incompreensão; O genitor ou a genitora alegava alienação parental para afastar a guarda de quem detinha a criança, o que nem sempre era verdadeiro; Criança que colocava charuto na boca para tirar fotografia, como provava dois ou três goles de cerveja; Brigas e mais brigas entre os pais na presença do impúbere.

Em outro caso, o pai deu uma pequena motocicleta motorizada ao filho de oito anos para treinar na rua do condomínio; Quantas vezes o pai foi pegar a criança no dia de sua visita e a mãe viajava com ela propositadamente no dia anterior, como o inverso também ocorria; A negativa da criança em ir na companhia do pai, pois este lhe deu um coelhinho e depois que o bicho cresceu fez churrasco dele; Madrastas e padrastos que amedrontavam a criança quando em visita na casa do pai e da mãe, para não dizer coisas piores.

Enfim, a ausência paterna ou materna é muito ruim. Pior ainda é a presença danosa, que tumultua a cabeça da criança.

Por isso, necessário se faz manter o alto grau de compromisso e responsabilidade com a prole, se juntos ou separados. Quem ganha é a criança. Caso contrário, no futuro há uma probabilidade forte de haver um desvio comportamental negativo e aí sim, todos perdem.

O pai nunca deve criticar a mãe na presença do filho e vice-versa, mesmo que tenha razão. Os filhos devem permanecer juntos fortalecendo a irmandade. Terceiros ambiciosos e vaidosos não devem influenciar nas decisões do pai e mãe, nem na vida das crianças.

A imposição é sempre ruim. Certa vez, uma mãe ficou com a guarda do filho e mudou-se para Estado bem distante, rompendo o elo do filho com o pai. Ao fazer 18 anos, o rapaz quis voltar ao Rio de Janeiro, onde fez faculdade, visitando a casa de seu pai, matando a saudade.

Há pouco tempo, vimos pela imprensa um caso emblemático em que a mãe faleceu e o pai, que morava nos Estados Unidos, veio pegar o impúbere depois de quase um ano, não dando a menor satisfação à avó materna que nunca mais pôde ver quem ela ajudou a criar com muito carinho e amor. Os avós são muito importantes, tanto em momento de felicidade do casal quanto durante a vida tumultuada.

Como digo sempre, em matéria de família não existem vencedores. Todos são vencidos se perdurar a discussão.

Transigir as partes em paz, compreendendo o problema de um e outro, e ajudando na solução, sempre foi o melhor caminho. Isto é o que eu chamo de “arte de transigir”, o que só faz muito bem aos menores.

A família é o maior patrimônio moral do cidadão que deve fazer tudo para conservá-la, mesmo diante de uma separação, pois os filhos continuam sendo filhos, felizmente.

A ESTRADA DA VIDA

Durvalina foi uma senhora com quem conversei por algumas horas no interior do Nordeste do país por onde passeava em férias. Descendente de índios, contando com mais de 90 anos de idade, queria desabafar com alguém uma história que guardava e se lembrava sempre. Escolheu-me não sei por que, mas senti orgulho de ouvir uma idosa tão lúcida, o que fiz com bastante paciência.

Casou-se aos 15 anos com Antônio, conhecido por Totonho, com quem teve oito filhos ao longo dos anos.

A situação econômica estava muito difícil. Totonho foi então procurar emprego fora da pacata cidade onde morava e o encontrou. Foi convidado para trabalhar por quatro meses em outro Estado para cortar madeira.

Aceitou o desafio. Conversou com esposa e filhos e ao mais velho, de nome Pedro, incumbiu-o da tarefa de cuidar dos demais irmãos menores.

Despediu-se da família e seguiu viagem em uma caminhonete, cuja carroceria estava bem danificada. Ao final da empreitada, retornaria com dinheiro suficiente para superar a difícil situação de sustentar toda a família. E, neste período, sua mulher iria vendendo as cabras e bodes do curral para comprar o arroz e feijão dos filhos.

Dois meses depois, Totonho trabalhava no meio da mata, abrindo estrada, quando o pior aconteceu. Uma árvore derrubada por outro trabalhador caiu em cima dele. Foi levado praticamente morto ao distante hospital.

Ao final de quatro meses, um conhecido de Totonho e que trabalhava próximo dele, passou na casa da família e contou o ocorrido à Durvalina e filhos, sem maiores informações. Não deu esperança e ninguém foi ao hospital saber notícia por ser muito longe.

Naturalmente, naquela época nem telefones e nem energia elétrica existiam nas zonas rurais. A comunicação se encerrou ali.

A família deu por morto Totonho e sequer sabia o nome do hospital para procurar o corpo. Consequentemente, o jovem Pedro, de 15 anos, arregaçou as mangas e passou a trabalhar no canavial próximo para sustentar a família, graças à solidariedade de um sitiante vizinho que produzia cachaça.

Mais de oito anos se passaram e Pedro tornou-se o motorista do caminhão que levava a cachaça da roça até a cidade para ser vendida.

Certa vez, distante de casa aproximadamente 300 Km, guiando o caminhão pela estrada, avistou um senhor idoso que lhe acenou pedindo carona.

Parou o caminhão, o senhor entrou e agradeceu ao motorista. Mancava e se mostrava bastante envelhecido, de poucas forças.

Conversaram pouco e sequer olharam um para o outro, pois o idoso caiu no sono após dizer que iria na mesma direção do motorista e que acabara de sair do hospital depois de muitos anos, o que comprometeu parte de sua memória.

Pedro, a poucos quilômetros de casa, acordou o senhor e perguntou se ele não iria descer, o que foi respondido que seu destino seria Águas Brancas, próximo do entroncamento das estradas. O motorista achou curioso, pois era para este mesmo lugar que estava indo até que chegou.

Ambos desceram do caminhão e vagarosamente o idoso dirigiu-se a casa que era de Pedro, que não percebeu nada.

Durvalina veio receber o filho e qual foi a surpresa, Totonho estava ali, era o pai de Pedro.

A alegria foi muita e de toda a família ao saber que o patriarca ainda estava vivo.

São coincidências da vida como essas que nos fazem ter a certeza de que DEUS está em toda parte.

JEQUITIBÁ E JUSTIÇA

A mata era virgem. O Brasil ainda inexplorado naquele recanto. Ali se encontrava um grupo de caçadores de madeiras valiosas como jacarandá e mogno. Tudo se fazia de forma clandestina em busca do dinheiro.

Um dos madeireiros, carregando a motosserra, se desviou dos demais. À procura de outra trilha, caiu no barranco próximo a um riacho de águas cristalinas. A máquina assassina afundou na água e se perdeu.

Então, o homem, após se recuperar do susto, ficou margeando o leito daquele riacho e deu de frente com uma árvore frondosa, de troncos com grandes dimensões no comprimento e no perímetro. Era a mais bela da floresta e nunca vista anteriormente.

Ao colocar suas mãos na árvore, viu que dela saía algo parecido com leite minando de suas entranhas. Gritou para os amigos. Gritou tanto que o encontraram e ficaram muito felizes com a descoberta de árvore tão grande e bela e que lhes renderia um bom lucro.

A árvore era um jequitibá secular. Todos se puseram a admirá-la e baixaram as motosserras em sinal de respeito.

De repente, não se sabe se, numa alucinação, viram jorrar do seio dourado do jequitibá uma água leitosa, com intensidade. Desse ventre saiu um bebê chorando e precisava de cuidados.

Um dos exploradores foi à cidade mais próxima e contou a todos o que vira. Aqueles que acreditaram foram até lá e a primeira mulher a chegar segurou o bebê e disse que o adotaria, uma vez que não tivera a oportunidade de gerar filhos.

A notícia correu, e outras pessoas foram chegando para testemunhar aquele milagre. Algumas mulheres a tocavam para realizar o desejo de ser mãe pela primeira vez, e outras por pretenderem mais um filho.

Aquela árvore se abriu e foi dando à luz um filho atrás do outro. Eram humanos iguais àqueles que saem das maternidades. Aqueles que desejavam filhos foram chegando e a árvore não decepcionou a ninguém.

O fenômeno atravessou os oceanos. Estrangeiros também vieram à procura de um filho que a árvore generosa e carinhosamente lhes podia conceder. E assim sucedeu por mais de três anos. Os cinco continentes ficaram povoados daquelas crianças nascidas da árvore, seres humanos também.

Depois que a última mulher foi beneficiada após uma fila de milhares, aquela santa árvore secou e morreu. Foi reconhecida como milagrosa e uma romaria seguia até ela para tocá-la.

As crianças cresceram normalmente por todos os cantos e se integraram à sociedade, sem sequer serem identificadas.

Entretanto, algum tempo depois, percebeu-se, em estudo minucioso, que aquelas crianças nascidas da árvore da vida e esperança eram pessoas destinadas a fazer o bem e ensinar a praticá-lo, combatendo o mal. Fraternidade, igualdade e solidariedade eram pontos comuns entre elas.

Tempos depois, se observou que os sete pecados capitais ditos por São Tomás de Aquino desapareceram. A violência acabou. As ilicitudes também, graças ao convívio exemplar e contagiante com esses novos seres.

Uma dessas jovens descobriu a cura de muitas doenças. Outro jovem tornou-se muito estudioso e deu notável contribuição ao Planeta. As águas voltaram ao nível ideal e o superaquecimento terrestre acabou. Ainda, descobriu-se que a Terra poderia sair do eixo solar e a única solução seria que todos os seres humanos dessem as mãos e rezassem.

Em alguns lugares onde a guerra era a regra, quiseram boicotar esta atitude. Mas aquele jovem cientista calmamente explicou a razão de todos darem as mãos e rezarem. Esse seria o único caminho para evitar uma catástrofe e manter viva a Terra. Seria necessário, então, somar e unir todas as forças e energias positivas para restabelecer o equilíbrio perdido.

A partir dessa compreensão, a vida ressurgiu intensamente. As plantações foram integradas e produziram em abundância, as fronteiras derrubadas, as diferenças entre os povos esquecidas e as armas abandonadas. Todos passaram a viver em clima de amor e respeito. A sobrevivência dependia e depende de cada um e de todos.

Assim, o Planeta foi-se aperfeiçoando visando ao bem comum e todos passaram a viver muito felizes, em paz e tranquilamente.

O surrealismo literário que o francês André Breton divulgou a partir de 1924 permite que o pensamento se forme pelos impulsos provenientes do inconsciente, com incoerência, valendo os sonhos e os instintos, desprezando a lógica e os padrões existentes.

Fica a indagação se este texto é surreal: hoje, sim. Amanhã, não se sabe. Tanto a Natureza quanto o Universo têm nome: DEUS. E, se Ele quiser, tudo pode acontecer.

Quanto à Justiça, esta precisa ser bastante verdadeira, realista e apegada às provas existentes e às leis. O julgamento precisa nascer da mais alta esfera da consciência do magistrado, após o exame de todas as provas.

A ordem social, a segurança jurídica e a tranquilidade pública conduzem o magistrado ao convencimento da realidade processual, longe da ficção. A Justiça só vive da prova que cria a convicção inabalável, distante do falso e do irreal. Ou seja, nenhuma ideia prevalece e domina por muito tempo, sem um fundo de verdade.

A confrontação de todas as provas é a pedra de toque da verdade. Por isso, para fazer Justiça, é necessário unir o conjunto probatório com a sensibilidade do Julgador. Tal como o fogo que faz a comida, são importantes instrumentos para fazer Justiça: a razão, a equidade e a verdade. Quem conspira contra a verdade, a falseia com palavras e atitudes, desmerece o crédito da Justiça.

Sobre o assunto, sintetiza Rui Barbosa: “*Guardar fé em Deus, na verdade e no bem*”. Acrescenta Carlos Maximiliano que o importante na Justiça é “*o valor intrínseco dos depoimentos, pesá-los, e decidir afinal de acordo com o seu convencimento consciencioso, formado pelo exame do processo, em conjunto*”, com legalidade.

No momento de dizer o Direito e a Justiça não vale o surrealismo, a ficção ou a fantasia. O que vale é a verdade dos fatos que emerge cristalina das provas, nos termos da Lei. Neste caso, Jequitibá é apenas uma árvore.

JÚRI À LUZ DE VELAS

Aconteceu numa quinta-feira de fevereiro deste ano, no antigo Fórum de Niterói, prestes a completar 90 anos de importante existência e já deixando saudade, pois o Tribunal do Júri foi transferido para um moderno e estruturado prédio em frente.

Tratava-se do segundo julgamento de dois réus presos, sendo que o primeiro não ocorreu na semana anterior por absoluta falta de energia elétrica, em virtude do estouro de um transformador.

Por volta das 17h30min, já havíamos colhido grande parte da prova consistente dos depoimentos de cinco testemunhas e de dois interrogatórios. Novamente faltou a energia elétrica.

A comunicação com a Diretoria e a empresa responsável pelo fornecimento não surtiu efeito imediato. O que fazer? Estávamos naquela situação em que os pilotos de avião chamam de “*no return*”. Suspendemos o julgamento e esperamos por mais meia hora e nada. Fizemos a impressão dos últimos depoimentos com a ajuda do serviço de informática, que trouxe aparelho apropriado (adaptador para bateria).

Infelizmente, nada de energia e a luz do final da tarde se esvaía lentamente. O que fazer? Era a pergunta que não tinha resposta.

Dissolver o Conselho de Sentença seria o caminho mais fácil e cômodo, mas o último a seguir, pois a resposta penal já havia sido adiada da outra vez. Além disso, haveria necessidade de aplicar as consequências legais, inclusive analisar o relaxamento da prisão.

O céu escurecia aos poucos, o portão principal do plenário e as janelas que ficam próximas da rua já não traziam luz. Então, surgiu a ideia de acender seis ou sete velas para continuarmos o trabalho em harmonia e serenidade.

Foi preservada a incomunicabilidade e afastado qualquer tormento que pudesse afetar a isenção dos Jurados. Nenhum prejuízo foi constatado ou alegado em desfavor das partes.

Produzidas e encerradas as provas, restavam os debates. O Dr. Promotor de Justiça não se opôs ao prosseguimento, considerando que não faria leitura de peças. Sustentaria, como sustentou a acusação, oralmente, sem necessidade de manusear o processo. A penumbra de luz deu um toque de extrema responsabilidade a cada um e a todos.

Ao término de suas razões de 1h30min, a energia elétrica foi restabelecida. A Defesa por igual período também fez sua brilhante exposição. Cerca das 22h, a prestação jurisdicional foi cumprida com a leitura da Sentença.

A instituição do Júri como importante instrumento constitucional e popular, mais uma vez mostrou que o compromisso de fazer Justiça está acima dos esforços comuns e normais. Os Operadores do Direito que militam neste Tribunal do Povo – Promotor, Defensor, Advogado, Serventuários, Oficiais, Técnicos de Informática e, principalmente, os Jurados, têm a consciência inequívoca dos respectivos deveres perante a sociedade. Quando isso ocorre, não é impossível trabalhar sem a invenção de Thomas Edison, e assim os obstáculos do dia a dia podem ser superados.

Que Deus, de quem tudo dependemos, permita-nos transportar os frutos dos ensinamentos jurídicos e factuais adquiridos no antigo para o novo prédio, onde no 12º andar se encontra muito bem instalado o Tribunal do Júri, com o firme propósito de aperfeiçoar a distribuição de Justiça.

A PERDA DE UMA CHANCE

É possível que todos nós tenhamos perdido uma chance na vida, compensada de outra forma ou então nunca mais retornada, causando, neste caso, danos irreversíveis. Por isso, na França foi desenvolvida a chamada “*la perte d'une chance*” e na Inglaterra com o nome de “*loss-of-a-chance*”, o que para nós se chama a “teoria da perda de uma chance”.

Isto gera consequências de diversas ordens dentre as quais indenização pelos danos materiais e morais causados pelo responsável que acarretou a perda de uma chance de alguém.

Para a aplicação da teoria da perda de uma chance no âmbito da responsabilidade civil, é imprescindível que a chance seja séria e real, excluindo-se as meras expectativas e possibilidades hipotéticas. O dano se consubstancia na frustração da probabilidade de se alcançar um resultado muito provável.

Certa vez, uma mulher grávida de 38 anos foi submetida ao parto, mas havendo hipertensão arterial não tomaram as devidas cautelas médicas. Houve falha na prestação do serviço, tanto dos médicos quanto do hospital, com idas e vindas da paciente, fato que culminou com a morte do feto, detectada na última internação.

Por perícia, constatou-se que a alta médica em oportunidade anterior foi precipitada, pois, se a gestante tivesse sido internada e submetida a exames prévios e detalhados, a morte do bebê poderia ter sido evitada.

Neste caso, restou demonstrado pela mãe, por meio de prontuários médicos, exames e laudos o fato constitutivo de seu direito, ou seja, onexo causal entre a conduta lesiva e o dano, e houve a responsabilização dos médicos e do hospital.

Foi inegável a existência de ofensas aos direitos da personalidade. A morte de um ente querido, especialmente de um bebê, trouxe um abalo psicológico à genitora, que esperava sair com um filho saudável nos braços.

Até se restabelecer do trauma, não mais conseguiu engravidar, aumentando, em muito, sua frustração de não ter um bebê e ainda se lembrar da tristeza do filho pré-morto. Foi uma chance biológica em sua vida, única, que passou.

Em outra vertente, uma associação que pleiteava direitos de idosos aposentados regularmente associados, pediu na Justiça o pagamento de correção monetária.

O direito existia. Só que o decurso implacável do tempo levou à prescrição. E nada mais pôde ser cobrado. Prevaleceu no caso uma diferença entre todos os participantes que detinham o mesmo direito. A igualdade vencimental entre ativos e

inativos das diversas categorias deve existir sempre, em todos os tempos, em qualquer lugar do mundo e, enquanto houver justiça, será preciso reparar os pontuais desequilíbrios.

Ao término do litígio, prevaleceu a análise do mérito com reconhecimento da prescrição pelo decurso do prazo e o prejuízo irreversível ficou nas costas daqueles que mais precisavam, que eram os idosos, trazendo decepção, angústia e profunda frustração da legítima expectativa que tinham. Foi mais uma chance que desapareceu em virtude de fatos processuais.

Até mesmo nas relações familiares, a teoria da perda de uma chance pode ser aplicada. Uma corrente doutrinária tem sustentado a possibilidade da perda de uma chance em obter alimentos futuros quando o alimentante tiver sido vítima de um ato ilícito que o impossibilite de cumprir a obrigação. Também admite a perda de uma chance no âmbito filiatório, na hipótese de aborto onde não houvesse informação ou consentimento do outro genitor, frustrando a concretização da paternidade. Ou ainda, um pai não ser informado da gravidez e posterior nascimento de um filho, frustrando-se a convivência paterno-filial e todos os efeitos (inclusive psicológicos) dela decorrentes.

Evidentemente, situações como estas devem caracterizar cabalmente uma conduta ilícita, a fim de justificar eventual indenização. Afinal, reconhecer o dever indenizatório pela simples negativa de afeto produziria uma verdadeira patrimonialização de algo que não possui tal característica econômica.

É certo que perder faz parte do jogo, mas perder uma chance em virtude de desídia de terceiros é algo muito ruim. Por tudo isso, é preciso ter cautela naquilo que se faz para que todas as chances sejam bem aproveitadas gerando na conquista do direito que as pessoas possuem.

O MUNDO GIRANDO

Em colégio muito bem-conceituado e centenário, havia as turmas A, B e C, todas da mesma série do ensino médio. Nesta última, ficavam os alunos mais fracos intelectualmente e aqueles que para lá se transferiram, supondo-se, de forma errada, que também seriam de menor cultura.

Verdade é que na turma C estudavam os alunos rebeldes, os já reprovados e repetentes, a maioria com problemas de toda ordem.

João, como foi transferido, teve que, obrigatoriamente, cursar naquela sala de aula. Era alguém muito estudioso, interessado, reservado e com bom trânsito entre os professores que gostam dos bons alunos. Apresentava os trabalhos orais e ganhava nota dez. Realizava as provas mensais e as notas também eram dez.

Era franzino e de pouca estatura física, se comparado com muitos dos alunos repetentes, bem mais velhos, desinteressados, e que só pensavam em vantagens conquistadas, não pelo estudo nem pela razão, e sim pela força.

Um deles se orgulhava de seu apelido – Capetão. Era alto, forte e violento. Ficou enciumado por ver João brilhar na escola. Combinou com outros dois ou três e colocaram um apelido vexatório em João. No futebol, procurava tirá-lo de campo com pontapés e empurrões. Passou a odiá-lo, e todos os dias aborrecia João, que nunca perdia o equilíbrio e seu objetivo que era apenas estudar e aprender.

A perseguição continuou cada vez mais evidente e chata, se constituindo em verdadeiro *bullying* que é a prática de atos violentos, ofensivos, desmoralizantes, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, causando-lhe danos físicos e psicológicos. Aliás, é bom que se diga que este termo, que surgiu a partir do inglês *bully*, tem sido comum em nossos dias diante de valentões e brigões que existem em muitos lugares. Infelizmente, pois tiram a paz de todos.

Encerrado o ano, João foi aprovado e, depois de conversar com seus pais, transferiu-se para colégio do mesmo nível até chegar à faculdade de Direito. Nunca mais soube de notícias dos maus colegas, deles se esquecendo parcialmente, ficando uma ponta de mágoa apenas.

Depois de 13 a 15 anos, na Delegacia Policial da cidade chegou em discussão profunda um casal, estando o varão agressor algemado e se achando cheio de razão.

Ingressaram na sala do delegado de polícia. Capetão era a agressor e o delegado de polícia era João. O grandão pediu muitas desculpas ao delegado e chorou muito para ser solto, chegando a se ajoelhar.

Muito provavelmente, Capetão sequer se lembrava do mal que fez a João na juventude. Mas este, na sua plenitude de alma, bastante firme na profissão que abraçou, simplesmente, cumpriu a lei.

AMBIÇÃO SEM LIMITES

Um paulista milionário orgulhava-se, aos 80 anos de idade de visitar todos os dias seu complexo industrial no ramo da alimentação. Comandava seu império de dentro do seu escritório, sempre com ideias avançadas, sendo um líder nato, respeitado por todos como um homem de negócios de muito sucesso.

Além de sua paixão por seu vasto patrimônio, era uma pessoa dedicada à família, com esposa e filhos, exigindo que aos domingos todos se reunissem em torno da mesa de almoço. Sua esposa, do lar, sempre viu no marido incontáveis virtudes, vivendo tranquila, já se dedicando aos netos.

Acontece que, há mais de 30 anos, o velho industrial tinha um relacionamento amoroso com uma das funcionárias, cujos encontros ocorriam na casa dela, próximo ao local de trabalho. Essa mulher era bem mais jovem que ele, mas o amava e o admirava. Não tinha filhos e, por isso, dedicava-se ao namorado todo o tempo que ele tinha livre.

Tina, como era chamada com muito amor, de vez em quando fazia viagens internacionais com o milionário que ia tratar dos negócios. Nada exigia dele, sabendo que a relação duraria bastante, mas se dissolveria naturalmente, um dia. Fato incomum é que amava e servia a ele como se fosse sua esposa também. Sabia que, como chegou por último na vida dele, não poderia fazer exigências e controlava suas emoções.

Retornando de uma viagem à Europa, o industrial teve um infarto e foi socorrido por ela com muita eficiência, chamando médicos e ambulância, e levando-o ao hospital.

Restabelecido, contando agora com 86 anos de idade, envergonhado de certa forma por ter tido um duplo relacionamento, amadureceu suas ideias e por algum tempo ficou pensativo, como se estivesse a resolver um problema criado por ele.

Reuniu-se com sua família e diante de todos disse com certo constrangimento a verdade. A esposa e filhos não tiveram grande surpresa, pois, se não sabiam exatamente, tinham noção desta verdade do patriarca se relacionar por longos anos com outra mulher.

Procurou se cercar de bons advogados, e não se sabe se eram tão bons assim. Decidiu fazer um testamento deixando tudo que tinha em favor de sua esposa e filhos, na parte disponível que cabia, além da herança que lhes caberia por direito, caso viesse a falecer. Providenciou a transferência da presidência da empresa ao filho primogênito que aceitou rapidamente.

Lembrou a todos que aquele império industrial se iniciou com o esforço dele sozinho, vendendo garrafas de leite que levava num carrinho de mão, de porta em porta. Que não havia recebido ajuda de ninguém, só de Deus. Deixava assim, quase tudo, em favor da família.

A única questão que fez em todo este favorecimento à família foi a de colocar uma cláusula contratual em que sua companheira seria contemplada mensalmente com uma mesada de considerável valor para que ela pudesse viver com tranquilidade até o final de sua vida. Essa quantia seria tirada da fortuna que produzia suas indústrias de laticínios e fazendas e não fazia falta, em se comparando os ganhos da produção com o valor a ser entregue a ela.

A família ciente assinou um acordo informal aceitando plenamente esta cláusula, sem qualquer tipo de impugnação de quem quer que fosse. Esta vontade do testador era muito importante para ele, como forma de agradecimento a quem tanto se dedicara em lhe dar atenção e servir.

A falibilidade humana ocorre com todos, e, um mês depois, o velho industrial teve o segundo infarto, este fatal.

Novos tempos no complexo industrial e na família. Os filhos passaram a mandar e desmandar, sob a supervisão da viúva.

No terceiro mês do falecimento, os jovens entenderam diminuir drasticamente o valor depositado em conta corrente em favor de Tina. Ela nada reclamou, embora doente e tendo chegado à terceira idade.

Um ano depois, os mesmos jovens fizeram uma auditoria geral nas empresas e foram orientados a cortar gastos para superarem a crise econômica que assolava o país.

Dentre as contenções de despesas, escolheram, também, encerrar a pensão dada àquela senhora. Entenderam que ela não poderia usufruir de mais nada por não pertencer à família, pois já havia ganho muito e então bastava. Afinal, na indústria não deveria ter pensionistas que já recebiam a aposentadoria.

Tina, depois de tantos anos, envelhecida e doente, foi parar numa casa geriátrica, não tendo parentes.

Lá havia serviços médicos, psicológicos e também, de advogados. Um desses, ouvindo a história dela, percebeu que havia ocorrido um absurdo jurídico e uma grande injustiça a ser reparada.

Ingressaram com ação judicial e juntaram fotografias e cartas do industrial para ela, dizendo que tudo que ele havia adquirido nos últimos anos tinha sido graças às conversas que tiveram; que ela, Tina, com sua simplicidade, mostrava a ele os caminhos a serem seguidos no desenvolvimento da empresa. Eram muitos escritos e todos comprometedores em face da família ambiciosa. Estavam sim, guardados a sete chaves e com ela morreriam.

Mas a ambição dos outros precisava ser combatida por ser algo indesejável. No caso, em nada empobrecia a pensão tirada da fortuna e muito ajudava a ela. Mas a família quis tudo e deixou Tina em dificuldades.

Registre-se que muitos bens foram adquiridos durante este relacionamento e, numa das cartas, dizia o industrial que era separado de fato da esposa.

Enfim, a demanda foi julgada procedente concedendo em favor de Tina metade do que havia sido adquirido pelo industrial nos últimos 30 anos de vida, pois se reconheceu que no caso ocorreram uniões simultâneas, mas sem continuação factual no dia a dia com a esposa.

Assim, ela teve por direito uma velhice tranquila e confortável.

Enquanto isso, os ambiciosos sem limites tiveram que amargar a verdade dos fatos, dividindo os bens.

A Justiça mostrou que funciona para quem tem razão e funciona muito bem.

EUROPA

Em férias por dois países europeus, comecei passeando pela Holanda quando soube de uma exposição de desenhos e algumas pinturas de Rembrandt que estava acontecendo no Rijksmuseum, em Amsterdam, para onde me desloquei.

Lá chegando, inicialmente, entrei na parte principal para rever o famoso quadro “Ronda Noturna”. Contemplei-o como obra-prima da humanidade, uma enorme tela a óleo com diversos personagens e um jogo de luz, claro e escuro, fantástico.

Em seguida, dirigi-me à referida exposição no prédio anexo, coisa rara de se ver, pois os desenhos, geralmente, retratam a primeira impressão do artista, a criação na sua origem. Muitos estavam expostos nas paredes do grande salão, todos de pequenos tamanhos, possivelmente, sendo esboços e estudos do renomado e antigo artista.

Um desses desenhos me chamou maior atenção retratando um idoso brincando com crianças, elaborado a lápis sobre papel, mas em uma visão perfeita de uma cena que me fez parar diante dele por um bom tempo, pelo movimento e realidade que transmitiam.

Aquele idoso lembrou-me meu querido e saudoso pai pela fisionomia e gestos que ele fazia. Quanto mais olhava, mais me convencia que o rosto daquele homem desenhado era meu pai. Fixei o olhar e continuei com a mesma convicção, pois era daquela forma que ele brincava com os netos.

O referido desenho não estava à venda naturalmente. E mesmo que tivesse, não poderia comprar nem a moldura.

Então, convencido que aquele poderia ser meu pai, fiquei impressionado na frente dele, fitando-o e matando a saudade.

Pensei em outras vidas, como na existência de pessoas parecidas rompendo gerações, pois o pintor viveu de 1606 a 1669 e se locomoveu por alguns lugares. Pensei também nos mouros que invadiram parte da Europa e o pintor poderia ter conhecido algum ascendente parecido com meu pai, de origem árabe.

À noite, empolgado com o fato, telefonei do Hotel onde estava hospedado para minha mãe e narrei o acontecido. Ela respondeu-me imediatamente que aquela data era aniversária do meu pai. Eu havia me esquecido no cansaço da viagem.

Disse-me mais, que ela havia sonhado com ele dizendo para que eu tivesse bastante atenção na viagem, resguardando-me de intrusos ou algo parecido. As palavras de quem tem 90 anos de idade soaram suaves, mas com muita atenção.

As coincidências existem e por algumas horas curti a presença do meu pai no dia do aniversário dele e não me esqueci do conselho deixado por ele e transmitido por minha mãe.

Consequência disso é que senti uma conexão forte com meu pai e logo surgiu uma definição sobre o caminho a seguir em uma problemática familiar. A solução chegou sem que eu estivesse pensando em resolvê-la. Mas veio uma luz e esclareceu os fatos.

Interessante dizer que esta experiência de uma ilusão ou realidade com obras de arte foi a primeira, não havendo outras, embora seja frequentador de exposições de pinturas.

Agradeço a Rembrandt pelo rosto semelhante criado e que me remeteu a quem sempre vou amar, embora possa ter sido uma pequena viagem que fiz em frente ao desenho.

De Amsterdam peguei o trem rumo a Paris. Na viagem de trem, algo severo e desagradável ocorreu comigo. Minha carteira com documentos e dinheiro estava guardada na prateleira em cima da poltrona onde me sentei ao lado da amiga viajante.

Na segunda parada, em Rotterdam, disse-lhe que gostaria de sair do trem por alguns minutos e colocar os pés no chão daquela importante cidade e então me ausentei por um instante.

Um exótico morador local levava um cachorro e parou encostado na calçada onde estacionou a locomotiva. Ele estava com roupas de fantasia às 11h e o cão olhava para mim como se quisesse trocar de dono. Conversamos e trocamos algumas sugestões.

Naquela descontração, as portas do trem se fecharam e o veículo partiu. Eu fiquei apavorado, sem a minha carteira de dinheiro, sem documentos e meu inglês é péssimo. Cheguei a gritar e nada. Minha amiga também ficou desesperada me olhando da janela do trem.

Tenho por regra manter a calma na hora de maior desespero e assim encontrar uma solução plausível. Surgiu uma luz, lembrando-me que o meu celular ficara dentro do bolso da calça. Também me lembrei que dentro do trem havia uma placa escrita com letras vermelhas “Free Wifi”. Veio no meu pensamento aquele conselho que meu pai me dera no sonho de minha mãe para redobrar o cuidado.

Logo em seguida, encontrei uma solução. Passei uma mensagem à companheira de viagem que estava dentro do trem. Ela comprou uma outra passagem parcial por meio da internet e eu a retirei no guichê da estação onde fiquei. Posteriormente nos reencontramos.

A modernidade me salvou do enorme obstáculo em que me envolvi.

Chegando a Paris que já conhecia, tive a certeza de que esta é uma cidade sempre linda feita pelas mãos dos homens, o que difere do Rio de Janeiro, maravilhosa, feita pelas mãos de Deus.

Pegando o metrô da estação de Champs-Élysées para Saint-Germain-des-Prés, onde ficava meu hotel, por volta das 19h, tive uma infeliz surpresa. Ao ingressar no vagão, uma mulher robusta à minha frente parou na porta de entrada e me impediu de adentrar, como aos demais.

Naquele aperto de passageiros, senti que alguém havia mexido no bolso traseiro da minha calça. Imediatamente, coloquei a mão para trás e empurrei a todos, virando para a direita, o que fiz em lapso de segundo. Tive a certeza de que alguém queria me furtar, como tentou fazer, pois o bolso estava fechado com um botão difícil de abrir.

Fiquei olhando ao meu redor quem poderia ter sido. Neste momento, veio uma senhora magra e baixinha dizer para que eu tomasse cuidado. Imaginei qual seria o próximo passo daquele bandido. Certamente estava bem próximo de mim. Fechei o botão da calça novamente e mais uma vez redobrei minha atenção de acordo com aquele conselho paternal.

Fui vítima de um batedor de carteira, cuja expressão em francês vim a saber chamar-se *pickpocket*. Estou certo de que se tratava de uma quadrilha de assaltantes, desde a senhora que parou na entrada da porta do trem até a mulher que procurou me avisar, desviando minha atenção. Se ela viu, poderia ter me socorrido ou ter gritado. O assaltante inconsequente e perverso quase conseguiu estragar minha viagem, pois teria que pedir socorro à Embaixada do Brasil e encerrar o passeio.

Aprendi a lição antiga de dividir o dinheiro e cartões em diversos lugares, além de voltar a usar aquela bolsinha na cintura, no interior da calça, desconfortável, mas segura. Como dizia minha avó, não se deve guardar todos os ovos na mesma cesta como fiz.

O botão da calça me salvou de muitos aborrecimentos e eu só o fechei pela lembrança do conselho do meu pai.

Certa vez um amigo passou por fato semelhante na Ásia, sendo vítima de furto consumado. Ficou tão desesperado que gritou um palavrão em português. Foi a sorte dele. Passava alguém próximo e lhe perguntou: É brasileiro? Pode ter sido um socorro lá do Céu.

Depois deste fato, por mais interessante que pudesse ser Paris, perdi bastante entusiasmo no passeio. Sorte que já estava nos últimos dias.

Finalmente, o meu cartão de crédito travou, mas já era hora de retornar.

Quando desci no Galeão, suspirei aliviado: Obrigado meu Deus!!

Foi um passeio incrível, de muitos momentos de alegria e de maior conhecimento da vida além da fronteira de nossa zona de conforto. Mas, não se pode esquecer daquela frase: “*Boa romaria faz quem em sua casa fica em paz.*”

QUESTÕES DE FAMÍLIA NAS REDES SOCIAIS

Aquele porta-retratos que ficava na sala com a fotografia da mulher amada, símbolo da felicidade, agora encontra-se guardado e esquecido na gaveta de um armário.

Muitas relações amorosas costumam terminar assim ou até pior, quando a fotografia é jogada no lixo ou rasgada. O que tão importante foi na vida de alguém, já não é mais. Passou.

Pode ser algo bastante triste e pode acontecer com alguns ou com muitos, pois ninguém está livre de uma decepção amorosa. Quando existe prole, as coisas ficam mais delicadas. Enquanto o litígio fica entre quatro paredes ou então com o apoio dos operadores do Direito, é possível caminhar para o melhor desfecho – transigir, encerrar a discussão e levar a vida adiante. Contudo, havendo a intervenção de terceiros, a situação fica mais complicada.

Foi julgado um fato envolvendo uma pessoa próxima à ex-esposa, que postou na internet que o ex-marido desta teria praticado grave crime que comprometia sua total idoneidade como cidadão de bem. Foi a parente da ex-esposa que indevidamente insistiu nesta acusação referente à prole do extinto casal ao se referir a um suposto sequestro que jamais teria ocorrido. Colocou pai e filho em risco sendo procurado por policiais e toda a vizinhança.

De outra feita, num churrasco entre familiares, uma convidada postou foto do cunhado abraçado com a nova namorada, em cena íntima, abrindo assim um conflito da ex-esposa que não mais permitiu a visita da filha ao pai até que se regulamentasse judicialmente a visita com acompanhante. No caso, a nova namorada era, tempos atrás, a melhor amiga da ex-esposa. O que se chama de “barraco” foi geral via redes sociais, envolvendo quase todos da família, inaugurando novos litígios cíveis e criminais.

A veiculação de notícias falsas nas redes sociais, sobretudo as que afirmam ser o indivíduo um criminoso, bem como ofensas diversas, sem qualquer prova advinda de investigação, pode atingir, em pouco tempo, um número considerável de pessoas, tornando o insulto bastante tormentoso.

Aquela acusação, como tantas outras, pode causar diversos prejuízos ao cidadão ou cidadã, dentre os quais: correr risco de vida, ficar malvisto na vizinhança, perder o emprego, ter sua vida vasculhada, ser convocado para ir várias vezes à Delegacia de Polícia e Fórum, além do abalo psicológico pela desonra.

A Constituição da República garante, com *status* de direito fundamental, a inviolabilidade da honra e imagem das pessoas, ficando o responsável pela ofensa obrigado a indenizar os prejuízos causados (artigo 5º, incisos V e X, da CF). Tanto o autor da postagem ofensiva, quanto aqueles que compartilharam a notícia ou ofensa, mesmo que não tenham o intuito de ofender, podem ser responsabilizados.

O Código Penal, ao tratar dos crimes de calúnia, difamação e injúria prevê a punição para tais condutas reprováveis e a legislação civil, por sua vez, prevê que o nome da pessoa não pode ser empregado em “*publicações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória*”.

O compartilhamento de mensagem virtual surte os mesmos efeitos de uma publicação, tornando conhecido de um grupo cada vez maior de pessoas um fato não verdadeiro, ou então, não autorizado e distorcido da realidade. Em razão disso, merece reprimenda tanto o autor da mensagem ofensiva quanto aquele que a compartilha.

No caso, a indenização por danos morais teve cunho pedagógico, ou seja, conscientizar os internautas sobre a responsabilidade que devem ter nas redes sociais, sob pena de esta servir de instrumento contra a paz social.

Além da indenização, seja a que título for, a vítima também pode exigir a retirada da publicação. O embasamento legal se encontra no art. 20 do Código Civil, ao dispor que “*a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas a seu requerimento*”, quando “*lhes atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade*”.

Quem acessa a rede mundial de computadores sabe que ela serve como instrumento pacífico e não para fomentar a discórdia. Um ligeiro comentário negativo ou uma acusação indevida roda o mundo em segundos e o esquecimento é delongado.

Em matéria de família, pai, mãe e filhos se entendem, se desentendem e todos podem terminar abraçados, o que é muito bom. O mesmo pode ocorrer entre amigos, o que também é sempre bom. O que não pode ocorrer é a intervenção de terceiros tomando partido, com acusações graves, fornecendo imagens não autorizadas e críticas negativas pelas redes sociais. Essa exposição desnecessária não é a melhor opção e pode acirrar os ânimos, quando o mais importante já se foi – o amor. Este pode acabar e a união também. A fotografia pode mudar da sala para a gaveta ou lixo, mas precisa permanecer o respeito ao próximo e às leis.

Para tanto, amigos e parentes devem ter a cautela necessária para não ficar expondo nas redes sociais uma das partes com desentendimento familiar, o que só prejudica. A tranquilidade existente no círculo social em que vivemos depende de cada participante. Resolver o litígio sem críticas de pessoas próximas e postagens é muito mais fácil. Quando os conselhos equilibrados, sutis e verdadeiros não conduzem à paz, resta a conduta para ajudar uma das partes ou ambas, que pode ser o silêncio. Sim, o silêncio também é uma boa atitude.

INCLUSÃO SOCIAL

A igualdade, ao lado da fraternidade, caminha de mãos dadas perante a Humanidade, pois vivemos sob o mesmo céu, com o sol nascendo e as estrelas brilhando para todos, sem exceção.

Por isso, o significado de ser igual é extraordinariamente importante e deve ocupar a mais alta esfera de consciência de cada ser humano, considerando que este direito emerge, como regra, no convívio social e decorre da fraternidade que é a base.

Desta forma, a igualdade prevê oportunidades iguais para todos os que devem gozar de tratamento isonômico pela lei. São vedadas as diferenciações arbitrárias e absurdas, não justificáveis pelos valores da Constituição Federal. A minoria, muitas vezes oprimida e esquecida, fica sem direito às mesmas oportunidades que se mostram pertencentes a qualquer cidadão. A maioria, por sua vez, de forma involuntária ou não, contribui para a infeliz discriminação e exclusão de uns em favor de outros.

Precisamente, refiro-me ao tema de proteção e respeito às pessoas com deficiência, que só será compreendido quando todos interpretarem bem o alcance da igualdade.

Portanto, a finalidade deste texto é a de buscar a inclusão integral de todos no seio da sociedade, assegurando-lhes as mesmas oportunidades tais como, saúde, lazer, trabalho, educação, previdência, transporte, rompendo com todas as barreiras negativas entre os seres humanos.

Na magistratura sempre levei em conta o aspecto humanístico da demanda para somente depois ingressar no mérito do litígio. A dignidade da pessoa humana e a preocupação com a igualdade sempre estiveram presentes no meu raciocínio lógico-jurídico.

No exercício da função judicante, deparo-me com decisões difíceis e complexas que atingem milhares de pessoas ou, às vezes, o destino de um ser humano.

Embora possa contar com a experiência, aliada à sensibilidade e à Lei, não raro o Julgador vê à sua frente um fato de delicada solução, devendo optar pelo justo e legal ou pelo justo nem tão legal, ou o rigorosamente legal, mas nem sempre justo.

Julgar, por certo, não é um atributo divino e sim um ato humano, como já teria dito um renomado Ministro, o que é verdade, pois nem sempre acertamos. Muitas dúvidas surgem, persistindo a preocupação e a responsabilidade constantes.

Às vezes é preciso ir muito além, buscando o ponto de equilíbrio do justo e do legal. A experiência, aliada à sensibilidade, no difícil ofício do julgador, o conduz à serena e justa pesagem dos fatos para o exato equacionamento da lei na solução dos conflitos, sempre a envolver exaltação e malquerenças que surgem.

Mas, nada é mais gratificante a quantos têm o encargo de semear a boa justiça respirando o ar da população, carregando na alma a força do significado dessa igualdade.

No Tribunal do Júri de Niterói, onde trabalhei por muitos anos, sempre fui feliz e justo. Esta Vara Especializada tem a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, dentre os quais o homicídio. Costumeiramente fazíamos a cada três meses o sorteio dos novos jurados através de uma enorme lista com centenas de nomes. Certa vez, foi sorteado um jurado com deficiência visual. Era um professor universitário e mestre em Ciências Políticas, e que se tornou o primeiro jurado “cego” do Brasil.

Disse ele, quando entrevistado pela jornalista: *“Fui pego de surpresa. Recebi uma carta da Justiça mandando eu comparecer ao Tribunal. Lá, soube que seria jurado. Queria muito ficar, achei que não seria possível, mas não encontrei resistência, pelo contrário. Hoje, estou feliz, fazendo história e exercendo meu papel na sociedade”*.

Nós, operadores do Direito naquela Vara, ficamos apreensivos com a nova situação. Mas, logo nos convencemos de que a inclusão social vale em todos os segmentos.

Como se sabe, a arte maior no Tribunal do Júri é a improvisação. Assim, foi decidida a permanência dele no corpo de jurados, pois aquilo que a lei não proíbe é permitido. Além disso, o jurado atendia a todas as formalidades legais.

Adotamos mecanismos e instrumentos especiais para a participação dele nos júris que eram realizados. Coube à competente oficial de justiça a invenção de se fazer uma cédula especial, pois o Tribunal de Justiça não dispunha de cédulas com o método Braille.

O sigilo da votação continuou integral. A Oficial de Justiça ficava ao lado dele na cadeira da ponta e o acompanhava na locomoção. Quando as partes queriam mostrar algo importante, como, por exemplo, por onde entrou e saiu um disparo, ela pegava na mão dele e encostava na parte de seu corpo, tudo na presença do defensor, promotor, dos demais oficiais de justiça e do juiz de direito.

Nunca houve qualquer tipo de impugnação sobre o assunto, pois a necessidade especial do jurado não comprometia a atividade dele de entender o litígio de acordo com as provas e julgar conforme sua consciência.

O exemplo deste jurado foi muito importante para a sociedade. Mostra que é necessário cumprir o dever que lhe toca, com coragem e responsabilidade.

Enquanto alguns cidadãos sorteados e que enxergavam bem procuravam fugir ou se furtar a este compromisso legal por diversos motivos, como se possível fosse, o “jurado cego” foi convocado, assumiu seu posto e desempenhou a função pública com muito mérito, lembrando que o melhor julgador não é aquele que julga com os olhos, mas com a reta consciência.

Creio que foi uma inclusão social de sucesso com valorosa contribuição à Justiça Fluminense. A igualdade prevaleceu entre todos com muito respeito.

Já como desembargador da Terceira Câmara do Tribunal de Justiça, deparei-me com o seguinte fato: recebi para despachar um agravo de instrumento proposto por um jovem que, aos 17 ou 18 anos de idade, continuava sem alfabetização, pois o Município não lhe dava o tratamento escolar adequado. Tratava-se de alguém com certo grau de incapacidade, em razão de Síndrome de Down e conseqüente deficiência. Pretendia acesso à educação especial com sua inclusão em classe de atendimento prioritário, mediante sala com recursos próprios com o acompanhamento necessário de professor.

De pronto proferi decisão, cuja ementa foi a seguinte:

“Agravo de Instrumento. Pleito de acesso à educação especial com inclusão em classe especial de atendimento prioritário para adolescente portador de Síndrome de Down. Decisão que indeferiu antecipação de tutelas. Direito fundamental à educação. Proteção Integral. Menor com 17 anos de idade que ainda não foi alfabetizado e que, apesar de vir tendo acesso à educação especial, esta não se mostra suficiente e adequada ao atendimento por completo de suas necessidades. Necessidade de atendimento em classe prioritária em turno integral, com acompanhamento multidisciplinar para cumprimento do programa escolar de forma adequada. Presença dos requisitos autorizadores da tutela antecipada. Provimento do recurso.”

A melhor solução do conflito de interesses chegou iluminada de Justiça, em cumprimento à Lei. A inclusão social é um dever de todos. Somos todos iguais, seres humanos que precisam uns dos outros. Aqueles que hoje são ajudados podem nos ajudar amanhã.

Creio que temos muito a aprender com as pessoas portadoras de Síndrome de Down, sobretudo aprender a amar, verbo muitas vezes esquecido na sociedade. Eles naturalmente se tornam os mais queridos em seus lares.

Não conheço nenhum caso de pessoas com essa síndrome que tenham cometido crimes. Mas conheço milhões de pessoas que se consideram sãs, mas que reiteradamente praticam ilícitos penais e civis. Não conheço ninguém deste grupo que seja corrupto ou que proceda ilicitamente. Vamos, então, tratá-los da forma como eles nos tratam, com carinho e respeito.

Esta decisão, posteriormente, foi confirmada por unanimidade, e a execução do julgado ocorreu sem delongas.

Em outro julgamento, o pai que era funcionário público pedia a redução de sua carga horária de trabalho, para acompanhar seu filho menor portador do Transtorno de Espectro Autista. Fez todas as provas necessárias, inclusive pericial, mas, em sede administrativa perante a Secretaria de Estado de Educação, o pedido foi negado, prejudicando pai e filho.

Ao analisar o caso como relator, considerei que o pedido do professor encontrava respaldo na Constituição Federal e do Estado do Rio de Janeiro. Então, deferi a liminar pleiteada em sede de mandado de segurança reduzindo em 50% a jornada de trabalho do pai professor. Encerrei a fundamentação da seguinte forma:

“O Poder Público deve atuar no sentido de proteger e garantir a vida, saúde e educação deste menor a ser totalmente incluído em todos os atos necessários ao seu desenvolvimento como ser humano. É um dever, não uma faculdade, que todos contribuam ao seu bem-estar, principalmente o pai que assim se dispõe e o Estado que recusa a redução da carga horária a que faz jus o impetrante, em tese.”

O julgamento final também ocorreu por unanimidade, prevalecendo a convolação da liminar em decisão definitiva.

Recentemente, outro litígio sobre semelhante tema chegou para despachar por livre distribuição. Uma concessionária de transportes públicos não fazia a obra de acessibilidade na estação onde uma menor com necessidades especiais tinha que passar todos os dias. Sem acesso, aguardava a ajuda das pessoas para carregá-la até a plataforma. Ingressou com ação própria, mas a primeira instância indeferiu a tutela de urgência.

Decidi, em antecipação de tutela recursal, deferir a liminar para que a empresa realizasse a obra com urgência para garantir à menor a acessibilidade no transporte, conforme Lei 13.146/2015 e Constituição Federal.

A decisão foi simples e ligeira, resumindo-se nesta frase:

“O portador de necessidades especiais deve ter total liberdade e independência de locomoção como pessoa normal que é da sociedade. Dessa forma, os obstáculos ilegalmente encontrados devem ser removidos no sentido de poder a agravante desempenhar com tranquilidade as atividades diárias de sua vida.”

De tudo isso, ficou a lembrança de que ninguém pode ou deve cruzar os braços para dificultar a vida das pessoas. Ao contrário, dar as mãos para que possam seguir seus caminhos, superando os obstáculos.

A igualdade, fraternidade, dignidade da pessoa humana e a solidariedade fazem com que se abram as portas da esperança e das oportunidades, cabendo a cada um realizar sua parte, pois o sol nasce para todos.

O HOMEM DOMÉSTICO

Não pretendo fazer qualquer tipo de comparação entre o homem e a mulher, apenas comentar o que venho sentindo e vendo nas últimas décadas.

As mulheres, de um modo geral, conquistaram o espaço que lhes pertence definitivamente por meio da sabedoria, sagacidade, habilidade, inteligência e atitudes dignas de aplausos de todos. É a modernidade que mostra este cenário bem diferente do século passado.

São tantos os segmentos da sociedade que elas passaram a ser maioria por mérito, que os homens, naturalmente, cederam seus antigos lugares.

É bastante comum ver no relacionamento entre os dois que ela tenha um potencial financeiro superior a ele, pelas felizes conquistas e oportunidades iguais.

Portanto, aquele tempo que a mulher não votava, era só dona de casa e tomava conta dos filhos, lavava, passava e cozinhava está acabando, se já não acabou.

Contrariamente, os homens que ocupavam aquelas posições superiores ou melhores de negociantes, comerciantes, funcionários bem-sucedidos estão agora pegando no pesado, inclusive como o principal comandante da casa e filhos. Enquanto as mulheres pontificam em seus trabalhos, os homens estão ficando na retaguarda familiar, além da tarefa especial de levar e trazer os menores do colégio e ensiná-los os deveres das matérias escolares. Além disso, cuidar dos animais da casa. É óbvio que estou me referindo aos familiares do Ocidente.

Isso não é nenhum demérito para quem quer que seja e sim uma constatação que tem ocorrido, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

Não me coloco como exceção. Hoje, já fiz o café da manhã, limpei a casa e tratei do jardim, das flores, das frutas e ainda fui ao supermercado. Cozinhar não me parece difícil, pois a comida na minha casa não é sofisticada. O problema é passar roupa se preciso for, onde me complico. Como se sabe, os empregados estão escassos e caros.

Tenho um amigo que vai além, cuidando com muita responsabilidade da idosa sogra cadeirante, fazendo o bem.

Por isso, cabem às mulheres e aos homens fazer o que podem para complementar aquilo que está faltando ou precisando. Se um não faz, cabe ao outro fazer, e assim sucessivamente, com reciprocidade e solidariedade, e sem cobranças e nem concorrência.

Quando tal situação não ocorre, a relação pode ir se desfazendo paulatinamente.

O homem não se deve envergonhar de ficar numa posição inferior. Pois não há nada de inferior quando se faz por amor e amizade, por um, por dois e para todos.

Este é o homem moderno que faz tudo isso e muito mais, adaptando-se aos novos tempos. E quem assim não age pode ficar na contramão.

VANTAGENS INDEVIDAS

O caminho da tentação nos leva a cometer deslizes e pode nos levar da vida reta à tortuosa, causando prejuízos de toda espécie a nós mesmos e aos outros.

Como se sabe, a tentação estimula a pessoa a praticar um ato atraente, mas reprovável, proibido, ou então, não proibido, mas que atinge a sociedade por ser inapropriado. Ela encoraja o cidadão a ter o desejo de levar vantagem em tudo, o que é um triste costume para alguns.

E esse costume negativo encontra-se por toda parte e surge a qualquer momento, sendo preciso frear o mau pensamento para não reincidir naquilo que é ruim, como nas questões envolvendo bens e dinheiro, onde alguns querem ganhar mais em detrimento dos outros.

Passo a comentar dois fatos:

Um deles referia-se à uma senhora de 76 anos de idade, moradora na zona sul da cidade, que gostava de dançar, ir ao teatro, passear, curtindo a vida da melhor forma possível. Não queria saber de compromissos e assim evitava encontrar com filhos e netos. Só pensava em gozar a vida. Era viúva de um importante funcionário público da Secretaria de Fazenda e por isso sua pensão era bastante robusta, passando de 20 mil reais, o que dava de sobra, pois não dividia o que ganhava com ninguém.

Depois de lanchar na padaria da esquina com algumas amigas e amigos, conheceu alguém novo no grupo, um senhor de 89 anos de idade. Soube que ele não tinha herdeiros e vivia de sua aposentadoria de 5 mil reais por mês. Por coincidência, na mesma rua do elegante bairro, ambos residiam. Enquanto ela morava num apartamento de quatro quartos ele tinha uma quitinete.

Sabedora da doença dele, dita senhora começou a se aproximar, levando café da manhã, compras e tudo mais para agradar o novo amigo. Muito em breve, tornou-se, por vontade exclusiva dela, a companheira. Ela fazia questão de assim se apresentar, embora tudo fosse muito recente.

A senhora sabia que o companheiro estava prestes a morrer em virtude de doença grave que lhe acometia. Providenciou a união estável e obteve a chancela judicial. Logo em seguida o dito senhor faleceu e ela passou a receber a segunda pensão.

Só que, em um mundo globalizado e informatizado como temos agora, o Estado fez o chamado cruzamento de dados, constatando que ela tinha duas pensões. A segunda anulou a primeira, automaticamente. A união estável produz os mesmos efeitos de um casamento. Então, o Estado cortou a primeira pensão mantendo a segunda, como consta na legislação.

Ela queria demais e acabou se perdendo na tentação de obter vantagem. A robusta pensão foi substituída por outra bem menor.

Procurou desfazer o que sua tentação lhe provocou e não teve êxito na Justiça e ainda foram extraídas peças do processo para investigação, pois havia indícios de depoimentos falsos.

O outro fato não foge do mesmo conceito dos danos que causam a tentação:

Um italiano dono de fábricas, imóveis alugados, fazendas, estacionamentos e muito dinheiro veio a falecer já no estado civil de viúvo, deixando três filhos adultos.

A partilha seria bastante simples, pois, havendo incontáveis bens, a divisão deixaria os filhos ricos.

Acontece que um deles, sob a alegação de que ajudou o pai a erguer aquele império, queria a metade de tudo, e da outra metade, ainda um terço. Tentado em receber muito mais do que os irmãos, constituiu advogados e ajuizou diversas ações, bloqueando saques, bens, a produção da fábrica, da fazenda e dos aluguéis.

Dez anos depois o litígio perdurava, e um dos filhos foi morar no exterior. Interminável o litígio, pela ganância de um dos herdeiros, todos os bens foram se deteriorando e ninguém tomava providência.

Um bom imóvel foi perdido em face de usucapião requerido por terceiro. A fábrica fechou as portas. Os inquilinos pararam de pagar os aluguéis ou então consignaram em juízo, a fazenda virou mato e o gado sumiu. As contas bancárias foram juntadas umas nas outras, e ao longo dos anos, não se sabe explicar como, o dinheiro que havia foi reduzido a 20%.

Enfim, uma milionária herança foi desfeita e destruída pela incompreensão dos filhos, especialmente, por um deles. A fraternidade se perdeu pela força do litígio.

Provavelmente, se o pai falecido soubesse deste desfecho, não passaria do início de sua trajetória gloriosa que foi levar e vender leite em garrafa na carrocinha, de casa em casa.

Substituir o triste costume de levar vantagem pela sensatez e pelo que se mostra justo é a melhor opção.

O DESESPERO

Tenho um amigo, corretor de imóveis, que sempre foi atento às boas oportunidades de compra e venda, mostrando eficiência em seu trabalho e, por isso, foi chamado a participar da intermediação de um bom negócio no interior de Goiás. Consistia em fazer a venda de jazigos perpétuos no terreno planejado para tal fim, que se expandiu do cemitério ao lado.

Foi uma tarefa de uma semana bem-sucedida, e ele sempre lembrava aos clientes de que a última moradia de paz seria importante a todos, considerando que a vida, mesmo bem vivida, um dia termina no derradeiro suspiro. Também lembrava que esta cautela antecipada seria cômoda para quem já estava a sofrer pela perda do ente querido, ou seja, os parentes.

No entardecer de um dia de inverno, trabalhava por volta das 17 horas no *stand* de vendas que ficava logo na frente do asfalto, entre o cemitério antigo e a nova expansão, havendo uma larga rua entre as áreas.

Depois daquele dia estafante, longe de seu Estado e de sua família, acendeu um cigarro e saiu andando pela rua, falando baixo ao celular com sua esposa.

A conversa se estendeu e ele continuou a caminhada ao escurecer. Não escolheu a margem do asfalto pois havia sido informado sobre a existência de onças e cobras. Também dispensou um cachorro vira-lata que se encontrava na proximidade e intuitivamente quis lhe acompanhar.

Abro um parêntese para dizer que ele é alguém bastante forte, alto, com pouco mais de 60 anos de idade e que outrora foi atleta, campeão no remo e, posteriormente, no basquete, pois com sua altura incomum era fácil acertar a cesta.

Ao desligar o telefone, retornou ao *stand* de vendas, observando que fez uma boa caminhada em lugar bastante ermo e silencioso.

Quando passou próximo a um túmulo antigo, foi surpreendido por alguém que saiu de um buraco feito no local e gritando, agarrando em sua calça, impedindo-o de se locomover.

Meu amigo olhou para trás e viu um ser que realmente lhe segurava pelas pernas, por meio da calça. Ele deu um pulo, gritou mais desesperado ainda do que o grito que ouvira momentos antes e saiu correndo do local, mais rápido do que um foguete.

Quase sem fôlego, contou o fato ao capelão e ao outro colega corretor que não lhe deram crédito. Mas meu amigo insistiu que algo inacreditável acabara de acontecer. Ninguém acreditou nele. A insistência foi tão grande, que os três retornaram ao local com a luz do celular acesa.

Novamente alguém saiu da tumba gritando, mas foi possível perceber que não era alguém de outro mundo. Era sim um desabrigado, com fome e um pouco bêbado que habitava o lugar por algum tempo.

No outro dia, o serviço de assistência social e psicológica da cidade foi até o referido cidadão e o levou para tratamento.

O susto que meu amigo levou foi tão grande que deixou o restante da venda para ser feita pelo colega e retornou à sua cidade natal.

Interessante que, toda vez que ele conta a mesma história, fica vermelho e arrepiado com o trauma que sentiu, e ao terminar, costumeiramente, diz: *“Teria sido melhor se eu estivesse acompanhado daquele vira-lata e passasse perto das onças e das cobras.”*

A INQUIETUDE DA VERDADE

Em cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, Soledad, nascida e criada no lugar, próximo à Fábrica Inglesa de Tecidos, veio a se casar com Antônio, com quem teve três filhas, Joana, Maria e Conceição.

A família sempre foi muito feliz dentro da modéstia que os pais viviam, como empregados da referida fábrica. Era possível dar uma criação digna às filhas, que estudaram em colégio público à época e sempre foram muito saudáveis.

Soledad, neta de espanhóis, naturalmente bonita sem poder comprar os enfeites femininos, trabalhava como secretária do dono da indústria, que costumava passar uma temporada de três meses por ano gerenciando o complexo de tecelagem. Ele era inglês, com negócios na Inglaterra, Argentina e Brasil.

Antônio, por sua vez, dedicava-se ao trabalho como tecelão diretamente junto às máquinas que funcionavam de manhã até a noite.

O inglês, senhor Harolds, tinha o costume de andar pela cidade, com aquele ar britânico, sentindo-se o dono do lugar, um tanto colonizador e suntuoso com seu charuto havana, perfumando ou não o lugar por onde passava. Visitava a casa ao lado da fábrica, pertencente a Antônio e família, e até mesmo brincava com as três crianças, nunca se esquecendo de trazer uma lembrancinha toda vez que vinha da Inglaterra.

O mercado têxtil foi ficando, após a década de 70, bastante concorrido, e a lucratividade foi se rendendo à modernidade e às importações. Até que, de forma inesperada, aquela fábrica centenária fechou as portas, despediu seus funcionários e, assim, uma fase promissora daquela cidade foi-se embora. Eram os sinais dos novos tempos sombrios que viriam paulatinamente.

Antônio começou a trabalhar com plantio de bananeiras e vendia para todo o Estado as bananas produzidas, o que fazia com muito carinho. Lembro aqui uma frase certa vez por ele dita: *“Eu me orgulho de que minhas bananas não são amadurecidas no carbureto e sim de maneira natural.”*

Soledad passou a trabalhar numa pequena indústria de presentes ou lembrancinhas para lojas. Pintava minúsculos objetos como pires, chaveiros e demais *souvenirs*, objetivando vendê-los em lugares turísticos, como em lojas do Corcovado e do Pão de Açúcar.

Os tempos ficaram mais difíceis para aquela família, cuja principal preocupação era dar boa educação e saúde às filhas, à época com 10, 12 e 13 anos de idade. Eram três crianças lindas, sendo as duas mais velhas bem parecidas, morenas e de larga compleição física. A mais nova, Conceição, diferentemente, tinha olhos azuis, loura e corpo longo, sendo a mais alta embora a mais nova.

A necessidade fez com que as três usassem os mesmos vestidos, sapatos e livros, que passavam umas para as outras.

Contudo, com todos os obstáculos financeiros, conseguiram se formar nas escolas e faculdades públicas, seguindo cada qual seu próprio destino.

Conceição, ao mesmo tempo que já trabalhava como professora, continuou estudando e se aprimorando, cursando a Academia de Belas-Artes. Gostava de desenhar e pintar até nas horas de descanso, chegando a esboçar um caderno de pintura por semana.

Tornou-se alguém muito culta, inclusive, fluentemente falava inglês e francês. Sua marca registrada era a sinceridade e honestidade, não abrindo mão de suas retas convicções.

Na fase adulta, tornou-se uma bela mulher, sempre cobiçada, até que veio a se casar por longo período, mas acabou se separando. Continuou seguindo o caminho que Deus lhe reservou, ao mesmo tempo que passou a ajudar os pais e as irmãs, pela solidariedade e amor que sempre teve.

Tornou-se uma pessoa cheia de responsabilidades na lida diária, quer pela preocupação com a família e trabalho, quer com a própria sobrevivência digna. Curiosamente, sempre teve o sonho de ganhar na loteria esportiva, mega-sena e outros jogos populares. Tinha vontade de conhecer o mundo, aliás, como já teria feito em pequena parte, toda vez que conseguia juntar algum dinheiro que lhe sobrava.

Aos 50 anos de idade, permaneceu linda e sempre vaidosa com seu rosto e corpo, favorecida pela sorte. Da mesma forma, sua habilidade para pintar atingiu um grau de enorme contentamento para ela e seus clientes que passaram a adquirir trabalhos específicos de pintura botânica, o que lhe compensava financeiramente.

A luta continuava até que seus pais partiram. Continuou unida às irmãs. Sua beleza a acompanhava no tempo.

Certo dia, quando morava na cidade do Rio de Janeiro, tocou o seu interfone. Era alguém que precisava lhe falar muito, com ligeiro sotaque.

Desceu à sala junto à portaria do edifício onde morava. Era um cônsul inglês que lhe desejava dar uma notícia de cunho muito pessoal, como deu, medindo as palavras.

Disse-lhe que foi incumbido de procurá-la, o que fez por seis meses até que a encontrou. Um importante *Sir* inglês, que não deixou filhos na Inglaterra, antes do falecimento, fez um testamento contemplando-a como única e universal herdeira. Era o senhor Harolds, dono da antiga fábrica instalada em sua cidade natal. Ele alegava ser o pai dela, do seu único relacionamento havido com Soledad.

Teria então, Conceição, da noite para o dia, se tornado uma milionária se aceitasse as condições do referido testamento.

No primeiro momento Conceição caiu em prantos e lágrimas e soube imediatamente da resposta a todas as perguntas que lhe faziam na infância, adolescência, juventude e na fase adulta: Qual a razão de ser tão diferente de suas irmãs? Pensou, também, que poderia ter conhecido o mundo, inclusive a Inglaterra ainda não visitada, e, sobretudo, não precisaria ter tido a vida difícil que sempre teve, matando um leão por dia, como se diz na gíria.

Disse Conceição ao cônsul que depois lhe daria uma resposta e soube que a única condição imposta seria colocar o sobrenome Pattersen de Barryford, após o cumprimento das formalidades legais e judiciais.

Muitos planos passaram pela cabeça de Conceição, ante a notícia dada, como viajar pelo mundo afora, conhecer cada lugarzinho, sobretudo no nordeste brasileiro e no interior da Europa, o que lhe daria a felicidade de, na qualidade de professora de história, ver e conhecer o que estudou nos livros. Seus problemas financeiros seriam assuntos do passado, bem como de sua família. Seu novo namorado poderia ser abandonado num simples bilhete: “Fui.”

Chamou as irmãs com quem conversou muito. A verdade inquieta chegou à tona como se fosse o sol do meio-dia. Percebeu que a humanidade existe como um imã, onde pai e filha se atraem e se apresentam no nascimento ou em um dia à tarde como aconteceu, mesmo cinquenta anos depois.

Dias depois, o cônsul a procurou novamente. Conceição simplesmente respondeu: “Agora é tarde, meu pai é quem me criou e me deu carinho. A fortuna não lhe pertencia ou, se lhe pertencesse, abriria mão dela.

Então, Conceição seguiu adiante no seu caminho, mesmo perante as vicissitudes da vida, como uma feliz guerreira.

Ninguém havia notado que em sua pintura botânica, especialmente quando retratava orquídeas, sempre havia cinco flores representando a união de seus pais, as irmãs e ela.

O HOMEM DO MUSEU

Esta é a história de um homem que queria fazer um museu. Que fosse pequeno, simples e de pinturas de artistas conhecidos apenas regionalmente. Mas as dificuldades foram muito grandes, a ponto de, por diversas vezes, desistir, e, tempos depois, insistir nesta ideia fixa que se tornou um desafio. Até que um dia pudesse dizer que esta é a história de um homem que queria fazer um museu e fez.

Existem vários tipos de museus, mas o que se desejava era um museu específico de quadros de pinturas, pois estes eram o que sobrava no acervo desse colecionador.

Tudo começou quando eu trabalhava como Juiz de Direito de Vara Criminal no Tribunal do Júri da Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Não sei a razão, mas, aos quarenta e poucos anos de idade, passei a me afastar um pouco do convívio saudável com a sociedade. É possível que tenha sido uma pequena depressão ou algo parecido. Havia me divorciado e me sentia um pouco só, morando em uma enorme casa em Itaipu, na Região Oceânica.

Nessa época, voltava cedo para casa e às 18 horas já não havia o que fazer, nem nos finais de semana. Estava um pouco perdido e não queria forçar o meu reencontro com os costumes naturais. É bem verdade que, em dia de Júri, o que ocorria duas vezes por semana, meu horário passava da meia-noite e chegava de madrugada às vezes.

Havendo tempo disponível, comecei a fumar charuto e a refletir mais.

Próximo do lugar onde morava foi realizado um leilão de arte em galeria conhecida. Atrevi-me a ir pela primeira vez e gostei de um quadro a óleo sobre tela, medindo 50x60cm, cujo tema era uma baiana carregando frutas. Eram tantas as cores que me impressionei e tentei arrematá-lo. O preço base não era nada exorbitante e se aproximava de um bom terno ou três gravatas de trabalho.

Iniciado o leilão, aguardei a apresentação daquele quadro e, quando ocorreu, fui o primeiro a levantar a mão de forma aflita.

Muito tempo depois vim a saber que os profissionais que sabem arrematar bem um objeto dão o lance de forma bastante sutil, em vez de levantar a mão lá no alto, apenas mostram sutilmente o dedo. Mas fui adiante, e no terceiro lance, conquistei a minha primeira vitória, que era aquele quadro pintado por Adelson do Prado, um pintor baiano que morava em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Logo no outro dia de manhã fui pegá-lo. Naquele sábado, acendi um charuto robusto e sentei-me em frente à pintura para contemplá-la. Fiquei por cerca de uma hora vendo os traços e as cores com fundo branco. Aquilo me fez bem e me descontraíu.

Afastei-me de todos os problemas e por algumas horas estudei a força da arte, que é feita para a humanidade. É possível que agarrar-se à emoção despertada pela arte me fizesse adquirir forças para seguir adiante em meu árduo trabalho criminal e de forma equilibrada.

Dias depois de haver contemplado sistematicamente o quadro, coloquei-o na parede da sala de jantar, sendo o primeiro deles naquela casa ainda vazia de decoração. A partir deste fato, operou-se em mim uma grande metamorfose. Parece que eu descobri algum sentimento oculto que guardava a sete chaves. Minha vida foi tomada de um profundo entusiasmo.

Posteriormente, quis saber sobre o artista. O dono da galeria, que é um amigo de muitos anos, não hesitou em me colocar em contato com ele.

Gostei muito de conhecer o artista de quem me tornei muito amigo. Comprava obras pintadas por ele e também passei a comprar obras dele em leilão.

Com o tempo verifiquei que outros pintores também me agradavam e comecei a comprar obras de artistas até então desconhecidos.

Entendi necessário fazer um pequeno e superficial estudo sobre os pintores de um modo geral. Comecei pelas pinturas do século XVIII, até chegar à atualidade. Comprava livros, lia a vida e obra dos artistas e, assim, passei a ter um conhecimento melhor e mais aprimorado sobre os quadros e seus pintores.

Sempre que comprava um quadro muito bonito, cumpria o mesmo ritual: colocava-o em frente à cadeira em que eu me sentava, e fumava um charuto, analisando-o. Depois o pendurava na parede.

Ao longo do tempo, a casa ficou repleta de quadros na parede, até que destinei um quarto específico para abrigar aqueles que já não mais poderiam ficar expostos por falta de espaço.

Alguns anos se passaram e aquele quarto ficou pequeno. Os quadros foram acomodados um em cima do outro, mas com todo cuidado para nenhum dano ocorrer.

Então, o *closet* do quarto ao lado passou a ser usado para guardar aqueles que eram comprados em muitos leilões que frequentava.

As pessoas próximas a mim perceberam que eu estava obcecado por ter uma considerável coleção de quadros, que eu poderia ter perdido os limites, e passaram a reclamar do meu comportamento. Eram tantas pessoas reclamando de mim que fui alertado e sacudido sobre a situação com o intuito de mudanças.

Continuei mesmo assim, como se fosse o que havia de melhor a fazer, que me traria felicidade de forma plena e espontânea. Não gostava de malhar, não gostava de sair à noite e minha vida social foi reduzida. Então, sobrou-me apreciar e amar as pinturas.

Aqui abro parênteses para esclarecer que acredito que ser Juiz de Direito de Vara Criminal, especificamente no Júri, com casos famosos e muito graves, fez-me distanciar paulatinamente do convívio com as pessoas e deixei de frequentar certos lugares e eventos.

Ademais, por muito tempo tinha uma escolta de bons e competentes policiais que me acompanhavam e protegiam em decorrência de julgamentos criminais. Por isso, ia e voltava para o trabalho sem procurar me divertir. Pouco me restava, além de admirar a pintura.

O tempo, senhor das soluções, acabou me levando à promoção, e fui alçado ao cargo de Desembargador depois de mais de 21 anos como Juiz de Direito. Mais maduro, passei a selecionar melhor o que comprar e só o fazia se me proporcionasse muita alegria.

As compras foram diminuindo, até que naturalmente deixei o charuto e não mais comprava quadros por impulso. Só em casos excepcionais, portanto, pouquíssimos ao longo dos anos.

Como investimento tenho certeza de que nada fiz de bom, mas também tenho a certeza de que admirar a pintura foi uma forma de complementar a felicidade de minha vida, em uma fase que não foi tranquila. A pintura deu-me uma forma de substituir a liberdade, deu-me a substituição de uma família desfeita. É certo que ficou bem aquém, mas ajudou.

E, nesta situação, vi-me como um colecionador de quadros que não são caros, pois estes nunca pude comprar.

Minha alegria estava em comprar aquilo que me agradava, e Deus foi generoso comigo. Somente comprava as pinturas mais em conta, dentro das possibilidades econômicas, que me agradavam, e era preciso que eu tivesse simpatia pelo autor da obra. Se vivo, procurava me aproximar dele. Se falecido, procurava conhecê-lo em livros editados.

Como já dito, há alguns anos fui promovido de Juiz de Direito ao cargo de Desembargador e gosto muito do que faço. Estou com a vida estruturada, reiniciando meus contatos sociais.

Exatamente neste momento é que surgiu minha indignação. Fui mostrar a casa a uma amiga e ela então disse ao olhar o *closet* de um dos quartos: “*Você não tem vergonha de deixar estes quadros empilhados?*” Esta pergunta e outros conselhos de amigos, no mesmo sentido, levaram-me à reflexão.

Quando o pintor tem a inspiração e faz a obra de arte, ela deve ser vista por todos que a quiserem ver. Deixa de pertencer a um só possuidor e passa a pertencer à humanidade. Acho que esta é a essência e finalidade da criação, da inspiração e do trabalho artístico.

Eu estava sendo egoísta, já que não sou comerciante. Permitir que outros possam ver e sentir o conteúdo de uma obra de arte se apresenta como um dever social.

Por outro lado, ocorreu algo estranho. Em uma casa com tantos quadros, parece que eles ganharam vida e eu, o dono deles, passei a me sentir refém dos mesmos.

A partir daí, gerou em mim um mal-estar diário por ter de ficar com quadros empilhados e guardados nos quartos, guarda-roupas e demais dependências. Sentia que alguém invisível estava me pedindo para livrá-los daquela prisão, colocando-os nas paredes para serem contemplados.

E assim começa a saga do homem que queria fazer um museu. Não havia outra alternativa, não queria vendê-los nem doá-los. Só restaria colocá-los em paredes de uma casa destinada a receber pessoas para admirá-los.

O primeiro passo foi encontrar uma casa da família que pudesse ter esta destinação, mas não a encontrei.

Certa vez, retornando de Minas Gerais para Niterói, no carnaval, passei por Teresópolis, cidade conhecida pela linda vista do “Dedo de Deus” e por tantos outros encantos, inclusive o próprio clima. Tive vontade de passear pela estrada Teresópolis-Itaipava por alguns quilômetros.

Coincidentemente avistei uma placa de “vende-se” à beira do caminho. Era um sítio e, ao entrar para conhecê-lo, vi uma antiga e espaçosa casa de tijolinhos aparentes em estilo original. Gostei.

Telefonei à proprietária e dois meses depois efetuei a compra por preço bastante moderado. Soube, posteriormente, que na parte de cima da estrada, na época das chuvas fortes, houve um deslizamento de terra. Não comprometeu a casa, mas, de certa forma, a desvalorizava. Para mim não havia risco algum contra a casa e por isso esse fator não foi tão importante.

Ao olhar de longe para essa casa, batizei-a de “Pequeno Museu de Grandes Obras”. Este foi o meu primeiro pensamento. Entretanto, muito deveria ser feito para que um dia este sonho fosse realizado. Superar todos os obstáculos com obstinação e determinação foi decisivo, a começar por uma boa reforma.

Encontrei o lugar e restava a sabedoria para adequá-lo ao que eu chamava de pequeno museu. Queria dar uma boa destinação aos quadros, respeitando os pintores e prestigiando-os na minha infinita insignificância. Senti como sendo um dever a ser cumprido. Para isso, precisei conciliar minha vida profissional e pessoal.

Gostaria de contar um pouco da minha profissão, depois de escolhidos os pintores que fazem parte da minha coleção e, por último, a dificultosa via para realizar meu sonho de ver uma casa montada com os quadros à vista e expostos a quem por eles se interessar.

Finalmente, não posso esquecer de que este caminho só surgiu na minha trajetória por ter encontrado fechadas as portas dos lugares públicos para fazer exposição.

A burocracia é muito grande e cheia de percalços e exigências. Existem edital, seguro, período longo de espera, além de outros fatores que impedem tal realização, em especial àqueles que, como eu, trabalham.

Tudo difícil e não raro tiram-nos a oportunidade de utilizarmos um espaço público para fazer exposições e outros eventos, em virtude de apadrinhamentos e preferências pessoais.

Minha inexperiência neste campo também contribuiu para o insucesso de minhas investidas, por mais que tenha batido em muitas portas públicas de diversos lugares.

Neste mundo das pinturas foi possível aos leitores observarem que já percorri distâncias e dias para encontrar aquele quadro que me interessava. Ao mesmo tempo, muitos quadros foram me encontrar de diversas formas. Alguns perdidos e esquecidos nas prateleiras de lojas de antiguidade ou brechós ou, então, rodavam o Planeta e acabavam sob minha posse, como se a escolha fosse deles e não minha. Isto tem um significado e pode ser uma missão.

Muitos me perguntavam qual a razão de adquirir tantos quadros antigos e novos, já que não era comerciante. Eu dizia que queria fazer um museu. Assim, aqueles que não me conheciam bem começaram a me chamar de “o homem do museu”.

Em tempos de muita crise social e econômica, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro especialmente, fazer planos parece uma utopia. Realizar sonhos torna-se algo incomum e difícil pelos obstáculos encontrados pela frente.

Mas, insistir em um ideal é necessário, fazendo parte da vida e do propósito daqueles que quase nunca se cansam.

E assim, foram realizadas algumas obras na casa de Teresópolis. Um caseiro passou a tomar conta do lugar. A casa foi toda pintada novamente. Os quadros foram chegando aos poucos. Todos os pintores da coleção se fizeram representar. A casa continua pequena para abrigar tantas pinturas. O galpão também foi completado. Mas é um início, e quem não inicia não termina nunca.

A humilde casa, portanto, está com seus quadros. Chamá-la de museu seria um exagero. Mas chamá-la de uma antiga casa de cultura da arte, de caráter privado, sem intenção de lucro, apenas com o propósito de mostrar as obras para que todos possam admirá-las ou criticá-las, isto é uma grande verdade.

Desta forma, tiro das minhas costas a responsabilidade de não permitir que outros possam ver estas pinturas. Todos podem, sim, fazendo um agendamento no final

de semana. Sinto-me aliviado sem o referido peso nas costas. Mostrei para mim mesmo o respeito e a responsabilidade que tenho para com as obras de arte.

Ficarei honrado e feliz com sua visita. Os quadros ficarão disponibilizados às instituições culturais para exposição temporária, se houver interesse.

Esta é a história de alguém que quis fazer um museu e não obteve êxito. Mas consegui montar uma casa de arte, com muitas pinturas maravilhosas, com simplicidade, sacrifício e prazer. Todos os quadros encontraram uma parede, depois que saíram do amontoado e à disposição de quem quiser vê-los.

Não sei por quanto tempo terei condições de manter o sítio, casa, galpão e os quadros, que geram despesas. Mas, a cada dia que passa, é uma realização, e os artistas plásticos estão satisfeitos comigo por permitir que todos possam vê-los.

Não existem quadros famosos e caros. Todos foram comprados por preços bastante acessíveis, muitos de pintores só conhecidos regionalmente ou mesmo desconhecidos. Mas, se foram escolhidos por mim, naturalmente, eu os amo, os admiro e não os vendo, embora, agora, esteja pronto pra compartilhar com todos esta admiração.

O homem do museu não existe. Quem existe é o cidadão comum que admira a arte, sobretudo as pinturas, e por isso preparou uma antiga casa e um galpão para colocar todos os quadros na parede e assim poder contemplá-los e permitir que outros o façam, sem necessidade do difícil espaço público.

Aprendi neste período que as obras de arte são feitas para a humanidade e a eternidade.

De tudo isso, fica um ensinamento: nunca é tarde para arquitetar e realizar um sonho. Acreditar neste ideal foi/é o caminho.